



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

Engenharia

DA ARQUITECTURA VERNACULAR À INFORMALIDADE CONTEMPORÂNEA DOS ASSENTAMENTOS

OS AVIEIROS DA PÓVOA DE SANTA IRIA PROJECTO DE REGENERAÇÃO

Vânia Loureiro

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura
Arquitectura

(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutora Ana Lúcia Virtudes

Covilhã, Outubro de 2011

DA ARQUITECTURA VERNACULAR À INFORMALIDADE CONTEMPORÂNEA DOS ASSENTAMENTOS. OS AVIEIROS
DA PÓVOA DE SANTA IRIA, PROJECTO DE REGENERAÇÃO

Aos meus Pais.
À Vida.

Agradecimentos

Agradeço à minha Orientadora, Prof. Doutora Ana Lúcia Virtudes, pela ajuda infindável, pelo apoio incondicional, pela perseverança, paciência, acima de tudo pela amizade. Agradeço também, a todos os que me possibilitaram o acesso às mais variadas informações, e que tiveram a disponibilidade de partilhar parte do seu conhecimento: ao Dr. João Serrano (Instituto Superior de Santarém); à Prof. Doutora Rosália Guerreiro (ISCTE-IUL); ao Dr. João de Carvalho (Vereador da Cultura da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira); à Dra. Júlia Reis (Geógrafa na Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território); ao Urbanista Fernando Gama (também pertencente à Câmara Municipal de Vila Franca de Xira).

Agradeço, sem ter como, aos meus pais, pelo esforço, pela luta incansável, por todo o amor e dedicação, por estarem sempre comigo. E agradeço também o apoio e força da família que tanto acredita e que espera sempre o melhor, bem como a paciência dos amigos perante tantas ausências, ou tantas queixas repetidas, sempre retribuídas com esperança e força. À Catarina, por ver a coerência por entre os devaneios, e saber dizê-lo. Ao Telmo pela infinita paciência, pelo empenho, pelo amor. Obrigado.

Resumo

A informalidade arquitectónica e urbanística dos assentamentos urbanos, dado o crescimento exponencial e constante, é uma realidade cada vez mais comum nas cidades de todo o mundo. Sendo que o *espaço informal*, neste contexto se refere ao espaço aleatório e precário no seu sentido mais actual, quase (ou) sempre ilegal, que surge em diferentes partes da cidade, integrando-se (na maioria das vezes) na malha urbana. A forma como esta problemática é abordada (pela total destruição material e social) não comporta o cuidado e a valorização necessárias à maior parte das intervenções nestes espaços, principalmente quando aliada às intervenções que deslocam as populações para zonas de *habitação social* periféricas ou simplesmente distantes e para edifícios cujas tipologias são completamente distintas das ruas residências.

A abordagem à arquitectura vernacular e à valorização do *património popular* surge, nesta dissertação, como forma de provar a importância destes *espaços informais* através de associações e comparações entre os conceitos, que se verdadeiramente semelhantes. Se a arquitectura popular ou vernacular merece a designação de *património* certamente que o espaço informal, no contexto aqui referido, não se distanciará muito do mesmo valor cultural e deverá ser abordado dessa forma.

Através de um estudo de caso que se pode classificar em ambos os campos, o aglomerado de casas e cais Avieiros na Póvoa de Santa Iria no concelho de Vila Franca de Xira, pretende-se mostrar, com uma abordagem projectual e análise prévia, a importância da regeneração do espaço informal a partir do seu valor cultural e social. Pretende-se deixar clara a proximidade entre o espaço informal e vernacular e sugerir novas perspectivas de actuação ao nível da regeneração do espaço urbano.

Palavras-chave

Espaço informal; arquitectura vernacular; cidade / rio; cultura avieira;

Abstract

The informal urban settlements, due to the exponential and constant growth of urban areas are an increasingly common reality around the world. “Informal” in this specific context means the most random and (most of the times) illegal areas in the urban space. Nowadays this problem is not being addressed with the care and meaning that this kind of interventions should have, especially when combined with measures of displacement of people for social housing areas most of the times in peripheral zones.

The approach to vernacular architecture and enhancement of folk heritage comes in this dissertation as a way to prove importance of these informal spaces through associations and comparisons between those truly similar concepts. If folk or vernacular architecture deserves the designation of Cultural Heritage certainly the informal space in the context mentioned here, is not far from the same cultural value and should be taken that way too (especially considering the communities).

Through a case study that could be classified in both fields, the cluster of houses and piers from avieiros in Póvoa de Santa Iria (Vila Franca de Xira), shall be shown, with a interventional approach and a preliminary examination, the importance of the regeneration of the area from its cultural and social value. It is intended to express the proximity between vernacular and informal spaces and suggest new prospects for action at the regeneration of urban spaces.

Keywords

Informal space; vernacular architecture; city / river; Avieiro's culture

Índice

1.	INTRODUÇÃO	1
1.1.	Relevância da temática.....	1
1.2.	Objectivos.....	3
1.3.	Metodologia.....	4
1.4.	Estrutura	4
	PARTE I - O ESPAÇO INFORMAL CONTEMPORÂNEO DO PONTO DE VISTA DA ARQUITECTURA VERNACULAR.....	6
2.	A Arquitectura Vernacular	7
2.1.	O Conceito de Vernacular	7
2.2.	A importância da Preservação	10
2.3.	Exemplos de Arquitectura Vernacular	13
2.3.1.	No Mundo	13
2.3.2.	Em Portugal	16
2.4.	O vernacular pelo olhar da contemporaneidade.....	19
3.	ARQUITECTURA INFORMAL DOS ASSENTAMENTOS URBANOS	20
3.1.	A informalidade	20
3.2.	O Espaço Informal da Cidade	20
3.2.1.	O conceito de cidade a partir da dicotomia formal/informal	21
3.2.2.	A (C)idade complexa	22
3.3.	Exemplos de Arquitectura Informal	24
3.3.1.	Contextos urbanos Internacionais.....	24
3.3.2.	Contexto Nacional	27
3.4.	Uma mudança de perspectiva urgente.....	29
4.	Da Arquitectura Vernacular à Informalidade Contemporânea	31
4.1.	A Propósito do Tempo e do Espaço.....	31
4.2.	Um olhar sobre a prática.....	32
4.3.	A cultura vernacular da construção informal no espaço urbano	33
	PARTE II - PROJECTO DE REGENERAÇÃO DO BAIRRO AVIEIRO DA PÓVOA DE SANTA IRIA..	34
5.	O Povo Avieiro e as suas Aldeias no Tejo.....	35

5.1.	A História.....	35
5.2.	A sedentarização no Tejo: as aldeias Avieiras	36
5.3.	A aldeia Avieira na Póvoa de Santa Iria	42
5.4.	Os assentamentos avieiros na prática do espaço informal e da arquitectura vernacular	46
6.	O Bairro Avieiro no contexto da Cidade	47
6.1.	A Póvoa de Santa Iria	47
6.1.1.	No contexto Metropolitano	48
6.1.2.	No contexto da Proximidade do Rio	48
6.2.	Uma necessidade mútua de integração.....	49
7.	Proposta de Desenho Urbano	50
7.1.	Caracterização da área de estudo.....	51
7.1.1.	Conformidade com os instrumentos de Gestão Territorial.....	59
7.1.2.	Problemas e Potencialidades	63
7.1.3.	Objectivos da intervenção.....	64
7.2.	Proposta.....	64
7.2.1.	Medidas projectuais e programáticas	64
7.2.2.	Índices e parâmetros urbanísticos	71
7.3.	Valorizar o informal a partir da intervenção que formaliza o espaço	73
	CONCLUSÕES	75
	BIBLIOGRAFIA.....	77
	ANEXOS	80

Lista de Figuras

Figura 1 - tenda nómada no deserto Sara, Mali.....	13
Figura 2 - conjunto de doongas (<i>barcos-casas</i>).	14
Figura 3 - Povoado típico dos árabes do pântano.....	15
Figuras 4 e 5 - Mudhif, casa de hóspedes. Seu aspecto interior e exterior.	15
Figura 6 - Conjunto de casas medievais, Cluny.....	16
Figura 7 - Azenhas do Mar, Sintra.	17
Figura 8 - Praia da Vieira, Marinha Grande.....	18
Figura 9 - Mendiga, Porto de Mós	18
Figura 10 - Cortiços do centro de Nova Iorque (hoje considerados edifícios históricos).	25
Figura 11 - Cortiços ilegais, Luanda.....	25
Figura 12 - Edifício comunitário para abrigar população sem-abrigo em Nova-Deli	26
Figura 13 - Favela representativa da ocupação de vazios na área central da cidade	26
Figura 14 - Lima, Peru, assentamento informal que se estende pela periferia	27
Figura 15 - exemplo de <i>Ilha</i> , Porto.....	28
Figura 16 - bairro de lata de Santa Marta do Pinhal, Seixal	29
Figura 17 - Cova da Moura.	29
Figura 18 - Exemplo de casa avieira com cozinha em frente. Aldeia de Caneiras	38
Figura 19 - Representação geral das aldeias avieiras no Tejo.....	40
Figuras 20 e 21 - Aldeia do Patacão, hoje desabitada e completamente em ruína.	40
Figuras 22 e 23 - Palhota, ainda habitada e com alguma actividade piscatória.....	41
Figura 24 e 25 - Caneiras, aldeia habitada onde ainda existem pescadores activos mas também algum turismo habitacional.	41
Figura 26 - Assentamento Avieiro Palafítico	43
Figura 27 - Núcleo Avieiro não palafítico, demolido.	44
Figura 28 - Novo Bairro dos Pescadores	45
Figura 30 - Imagens ilustrativas do estado de degradação do bairro.....	51
Figura 31 - Planta de Localização da área de intervenção	52
Figura 32 - Planta das diferentes tipologias existentes	53
Figura 33 - Planta referente número de pisos de cada ao edifício.	54
Figura 34 - à esq.: continuidade urbana apesar da divisão física; à direita: Moinhos da Póvoa, fábrica de moagens desactivada	55
Figura 35 - Planta referente ao estado de conservação dos edifícios	55
Figura 36 - Extracto de uma fotografia aérea do bairro.	56
(Fonte: Dário Queiroz, Espólio fotográfico da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira)	56
Figura 37 - Espaço positivo e negativo existente	57
Figura 39 - Planta dos edifícios a demolir e dos que se irão manter na proposta.....	59
Figura 40 - Extracto da Planta de Ordenamento: Áreas de risco ao uso do solo.	60

Figura 41 - Extracto da Planta de Ordenamento: Classificação e qualificação do solo.....	61
Figura 43 - Planta de Condicionantes: REN (Reserva ecológica Nacional)	62
Figura 44 - Planta de outras condicionantes	62
Figura 45 - Fotografias exemplificativas de problemas mais urgentes	63
Figura 46 - Fotografias representativas de algumas potencialidades locais	63
Figura 47 - Planta geral da intervenção	65
Figura 48- Representação virtual da proposta. Espaço junto ao bairro Avieiro	66
Figura 49 - Planta dos espaços verdes colectivos.....	67
Figura 50 - Representação virtual da proposta de hortas urbanas.....	67
Figura 51 - planta dos percursos	68
Figura 52 - Representação virtual da intervenção ribeirinha e sua intenção de continuidade para o espaço urbano.....	69
Figura 53 - planta de tipologias do edificado proposto	69
Figura 54 - Representação virtual da proposta: multiplicidade tipológica para garantir um espaço continuamente utilizado	70
Figura 55 - Representação virtual da proposta num ponto de vista que permite analisar o seu enquadramento na cidade e nos espaços pré-existentes.	71

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Tabela síntese dos Índices e Parâmetros urbanísticos	71
---	----

1. INTRODUÇÃO

1.1. Relevância da temática

Esta dissertação focar-se-á no estudo dos assentamentos informais e na sua relação com a arquitectura vernacular, procurando perceber as proximidades entre ambos e, através disso mesmo, procurar a forma mais correcta de abordar estas problemáticas.

Verifica-se que os assentamentos informais existem um pouco por todo o território. Poder-se-ão encontrar no interior das cidades mais desenvolvidas, bem como nos locais mais recônditos e isolados do território. Em sentido muito generalizado, estes assentamentos informais caracterizam-se por uma clara marginalização e estigmatização, por condições precárias de vida, tanto do ponto de vista habitacional como urbanístico, económico ou social. Deparam-se frequentemente com problemas como conflitos entre a comunidade do “bairro” e a circundante e a sua difícil ligação ao espaço urbano envolvente. Esta dificuldade verifica-se na falta de continuidade urbana com a envolvente, em bairros que se constituem como “ilhas” à margem da cidade, invisíveis, indesejáveis e preteridos no conjunto urbano.

Historicamente tem-se oportunidade de observar o surgimento destes aglomerados em diferentes épocas, desde a cidade medieval que tem, em muitos casos, nos seus centros históricos espontâneos e irregulares uma base inicial de génese informal, às concentrações de população cada vez maiores nas cidades, actualmente em crescimento, de muitos países em desenvolvimento.

Fisicamente também apresentam formas bastante diversas, desde se encontrarem em zonas privilegiadas geograficamente, centrais e com grandes potencialidades no contexto citadino como podemos ver em Bombaim (Índia) por exemplo, onde o maior aglomerado informal, alberga pelo menos um milhão de pessoas, a casos que se formam em espaços rurais, apenas pelo valor dos recursos existentes no espaço natural e podem, ou não, com o passar dos anos se inserir numa maior realidade urbana.

Independentemente destas diferenças formais e temporais, entre outras mais que poderiam ser referidas, é certo poder-se afirmar a presença destes assentamentos informais nos mais variados aglomerados urbanos e a semelhança entre os mesmos no que diz respeito à maioria dos problemas que enfrentam:

- Uma arquitectura, de cariz popular e autoconstrutivo, que é moldada com os materiais mais baratos e disponíveis (madeiras, metais, plásticos, entre outros), que leva a casas pouco seguras e sem se aproximarem sequer dos mínimos estipulados para o conforto habitacional. Não há alinhamentos ou ritmos planeados entre os edifícios, sendo que muitas vezes não há ruas, passagens, acessos (raros casos quebram esta regra).
- As casas evoluem tanto quanto necessário, sendo estruturalmente fracas e desreguladas, muitas vezes um piso tem um proprietário e o seguinte outro, provocando situações de acessos exteriores aos pisos superiores em escadas de madeira, metálicas, sem

medidas de segurança ou regras, sem forma de acesso a esses “nichos” em caso de emergência ou mobilidades.

- A construção do espaço urbano e habitacional, não é desprovida de sentido, poderá até, em determinados contextos conter algum planeamento inicial, uma vez que a comunidade tem consciência do que necessita e tenta apesar das limitações, construir uma resposta a essas mesmas necessidades. O caos a que associamos tantas vezes estes assentamentos surge, muito provavelmente, desta constante construção do mais necessário, por grandes massas de população, que fazem o melhor que sabem num espaço em que a única premissa é ocupar o mínimo possível. A deficiência de infra-estruturas, de redes de abastecimento de água, luz, entre outros, bem como ausência de equipamentos públicos, de saneamento básico e frequentemente a falta de muitas das condicionantes mínimas para as condições básicas de habitabilidade do espaço estarem garantidas, são alguns exemplos de problemas existentes.

A cidade, como já referenciado, “vira costas” a estes espaços (ou o espaço em si se isola). Surgem barreiras difíceis de quebrar, autênticos limites quer no sentido estrito, pois não raras vezes assumem a forma de muros cerrados, quer no sentido mais figurativo, dado que as diferenças culturais, a segregação social, a exclusão e a tendência para a criação de regras comunitárias nestas zonas que conflituam com as da sociedade envolvente.

Interessa, no contexto desta investigação, compreender a relação deste tipo de assentamento com as formas e culturas vernaculares, dado que associamos a formas de arquitectura vernacular determinadas tipologias que não se distanciam tanto quanto seria de esperar do anteriormente falado. A arquitectura vernacular exprime-se pela tradição, por um sentido natural de construir, fazendo-o sempre com os recursos disponíveis e com uma profunda ligação ao lugar, procurando o maior nível de adaptação possível. Assim, espera-se, no decorrer deste trabalho, entender onde é que se distingue ou assemelha a arquitectura vernacular e a dos assentamentos informais contemporâneos.

O caso em estudo é um exemplo da realidade descrita anteriormente. O Bairro Avieiro que surge na Póvoa de Santa Iria, hoje praticamente abandonado, fora um local intenso de vivências, onde o rio Tejo e a casa eram uma só realidade, onde a comunidade, a cultura e a vida ali se enraizaram de forma espontânea e foram evoluindo. O povo Avieiro, responsável pela criação deste bairro bem como de muitas outras ao longo do rio, procurava melhores condições de vida e mais rendimentos na pesca, daí a sua chegada ao rio Tejo e a sua procura pelas áreas mais rentáveis à actividade.

A protecção de áreas onde a expressão cultural e identidade são tão *suis generis*, é cada vez mais urgente dada a destruição e desaparecimento das mesmas no nosso contexto. Importa especialmente por isso, estudar a aproximação real entre o vernacular e o informal uma vez que sendo a mesma coisa, nalguns casos, importará rever a forma de intervenção nestas áreas preteridas do espaço urbano. Daí a importância de análise deste caso tão concreto da Póvoa de Santa Iria. Trata-se de um bairro que surge numa proximidade ao espaço urbano (em contrariedade com a maioria das aldeias avieiras que surgem isoladas nas

margens do Tejo) e que embora seja classificado enquanto área degradada e obsoleta, representa o fruto de uma comunidade que tentava integrar-se no espaço, procurando para isso construir, da forma possível, este aglomerado *abarracado*. A questão essencial reside no facto de se aceitar a valorização do espaço vernacular e bem como a sua reabilitação, mas espaços como estes serem todos os dias demolidos.

Hoje a protecção da cultura deste povo é uma prioridade e por isso mesmo esta dissertação vem estudar este caso tão específico. Este assentamento encontra-se desabitado (tendo sido as habitações já demolidas) e a população foi realojada num bairro *novo* (ao abrigo de um Programa Especial de Realojamento), cuja tipologia habitacional se distingue drasticamente da presente no aglomerado autoconstruído. É apenas utilizado pelos pescadores que ainda mantêm a utilização dos seus arrumos.

Ora, estamos portanto perante uma situação em processo, onde é possível acompanhar estas perspectivas generalistas de intervenção no espaço preterido, bem como assinalar as intenções musealizadoras duma comunidade viva. E assim, para além de procurar esta aproximação entre o vernacular e o informal, procura-se explorar o leque de oportunidades que a regeneração urbana pode trazer a um espaço como este, sem o destruir. A dualidade entre o espaço informal e o formal por ser a resposta para ambas as partes e a intervenção específica (menos generalista ou globalizadora) a solução para a salvaguarda da identidade local. A compreensão e valorização do modo informal pode ser o caminho para uma melhor vivência urbana.

1.2. Objectivos

Esta dissertação constrói-se a partir do objectivo principal que é a elaboração de um projecto de regeneração do bairro Avieiro localizado na Póvoa de Santa Iria e de dois momentos distintos que antecedem e vão construindo o objectivo inicial. Por um lado pretende-se estudar a importância do assentamento enquanto parte da malha urbana e a sua relação com a cultura avieira, isto é compreender a ponte que existe entre arquitectura vernacular e a arquitectura informal (serão a mesma? Prevalecerá uma à outra?), e por outro lado compreender as formas mais correctas de actuar com estas populações de baixos rendimentos que são muitas vezes realojadas para espaços descaracterizados, sem vida comunitária e acima de tudo localizados maioritariamente nas periferias (em detrimento de acções de reabilitação da área onde se situam as suas casas).

Será esta habitação social uma habitação “*anti-social*”? Será realmente necessário o realojamento da população ou será muito mais proveitoso reabilitar o local, dinamizar os recursos e a cultura? Procura-se com esta dissertação responder a estas e outras questões sobre a habitação destas populações e a forma como são tratados estes elementos culturais tão marcantes que se encontram nestes espaços informais da arquitectura.

Estas respostas e considerações serão expressas sob a forma de um projecto final que procurará as especificidades arquitectónicas vernaculares e informais no local e as readaptará

à actualidade contemporânea. De acordo com tudo isto, surgem os objectivos específicos desta dissertação:

- i. Compreender o verdadeiro âmbito da expressão “informal” e relacioná-la com a arquitectura vernacular;
- ii. Estudar a importância da cultura Avieira, o seu impacto no espaço urbano e na relação *cidade / rio*;
- iii. Perceber as especificidades de uma intervenção em zona ribeirinha, dada a situação específica - área metropolitana de Lisboa;
- iv. Perante o local em estudo, conseguir *ler no próprio espaço* a sua informalidade e daí tirar argumentos para a intervenção projectual;
- v. Intervir ao nível projectual, contribuindo para a revitalizar o espaço urbano.

1.3. Metodologia

A metodologia é moldada no sentido de proporcionar, no fim de todo o processo, o acesso às respostas que se procuram e a realização do projecto de regeneração do espaço informal analisado.

A primeira fase compromete-se a recolher toda a base bibliográfica necessária para a compreensão dos conceitos implícitos nesta dissertação que estuda a distância entre a arquitectura vernacular e a informal. Assim pretende-se estabelecer as bases conceptuais necessárias para a compreensão de um lugar específico, o estudo de caso.

Numa segunda fase prevê-se um contacto mais próximo com o local em estudo e com a sua população, desde o levantamento fotográfico, a um período de comunicação com os actuais e antigos moradores e mesmo visitas ao edifício onde terão sido realojados. Ainda se prevê a conversação com os agentes intervenientes na acção a decorrer no local, a Câmara Municipal da Póvoa de Santa Iria.

Após toda a recolha de matéria teórica e prática surge uma terceira fase metodológica onde se desenvolvem todos os raciocínios necessários para a construção de uma coerente estratégia de análise e actuação na área de estudo de onde resultará uma quarta e última fase onde será elaborado o projecto de regeneração do local e da cultura presente.

1.4. Estrutura

A dissertação divide-se em duas partes distintas uma teórica, que comportará em si três capítulos distintos que visam a compreensão de um problema comum, e uma fase prática que será dividida em outros três capítulos, que visam a correcta compreensão do lugar, da comunidade em causa e do projecto resultante.

A primeira parte intitulada “O ESPAÇO INFORMAL CONTEMPORÂNEO DO PONTO DE VISTA DA ARQUITECTURA VERNACULAR”, procura explorar a distância ou proximidade entre o conceito de arquitectura vernacular e espaço informal. Dedicar assim o primeiro capítulo à arquitectura vernacular, onde se explora o conceito e se compreende o âmbito da mesma

quer em Portugal, quer a nível internacional. O segundo explora a arquitectura informal, as suas razões e causas, o porquê do seu aumento exponencial no contexto contemporâneo e principalmente algumas amostras da sua abrangência. O terceiro é a interpretação da proximidade entre ambos os conceitos, buscando a valorização da arquitectura informal em paralelo com a vernacular, procurando desfazer o mito da destruição total destas áreas. Estes capítulos, em especial o último, espera produzir argumentos que possibilitem a análise mais correcta de um lugar tão específico como o que se estuda e no qual se intervém na segunda parte. É importante que se ultrapasse a perspectiva da qualidade habitacional por si só. O conforto é crucial e deve ser inerente a qualquer intervenção, mas a identidade cultural e local são componentes desse conforto que raramente se têm em conta. O espaço informal vernacular tem um contributo a dar para além da sua musealização, mas será possível integrar esta perspectiva numa sociedade preconizada pela formalidade? É exactamente esta a questão a que se tentará responder com a intervenção no local.

A segunda parte, tem por título: *“PROJECTO DE REGENERAÇÃO DO BAIRRO AVIEIRO DA PÓVOA DE SANTA IRIA”*. Especificamente por ser esse o objectivo máximo, chegar a uma proposta de projecto, num terceiro capítulo. Uma estratégia urbana que interligará a informação recolhida na primeira parte da dissertação com a adquirida nos capítulos que a antecedem, que aprofundam o conhecimento da cultura Avieira, da Póvoa de Santa Iria, do assentamento urbano em causa e das mais variadas condicionantes que os relacionam. Integram-se agora, os conhecimentos adquiridos a respeito da cultura vernacular Avieira com os assuntos mais formais que regem um projecto, desde o seu enquadramento legal às prioridades de uma estratégia arquitectónica e urbanística contemporânea.

Por fim, em anexo apresentam-se algumas informações que se consideram complementares às considerações e questões apresentadas na dissertação e projecto. Apresenta-se o levantamento fotográfico feito durante as visitas ao local e a documentação fotográfica conseguida a partir do espólio da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira; os extractos das plantas do Plano Director Municipal que elucidam as condicionantes e as exigências de ordenamento, entre outras questões pertinentes (analisadas num capítulo específico da segunda parte); Documentação diversa sobre a situação específica, actual e passada, do Bairro e da sua comunidade; por fim, apresentam-se dois artigos resultantes de comunicações apresentadas no decorrer desta dissertação, estes são de certa forma, breves sínteses das considerações que se foram construindo ao longo do trabalho.

PARTE I - O ESPAÇO INFORMAL CONTEMPORÂNEO DO PONTO DE VISTA DA ARQUITECTURA VERNACULAR

2. A Arquitectura Vernacular

Este capítulo pretende explorar a temática da arquitectura vernacular. Perceber em que consiste, como surgiu e o que representa. Procura-se elucidar essencialmente, qual o seu valor no contexto contemporâneo em que se insere e o porquê da urgência na preservação. Discutem-se ainda as melhores formas de o fazer, confrontando a postura museológica e estática com a preservação da comunidade e suas conseqüentes evoluções.

2.1. O Conceito de Vernacular

Derivando do latim *vernaculus*, que significaria doméstico, indígena ou nativo, o termo *vernacular* tem mantido o seu significado ao longo dos tempos, mudando apenas a forma como é aplicado ou interpretado. Encontram-se registos da sua utilização em Inglaterra no início do Século XVII, servindo apenas para descrever uma determinada forma de linguagem específica de um país ou uma região. Só nos finais do século XIX surge a utilização do termo como referência a um tipo de construção, associado ao estudo da arquitectura. Deve-se ao movimento *Arts and Crafts*, onde, segundo Michael Manser¹, a importância da arquitectura era totalmente atribuída ao tipo de sociedade onde a construção vernacular se inscrevia, aos comportamentos e aos impulsos humanos que levavam a uma forma tão especial de construir. Esta fase é ainda revisitada, num Pós Segunda Guerra Mundial, onde se afirma a arquitectura vernacular como a expressão de uma clara necessidade humana de determinados tipos de construção. Para Manser esta visão da arquitectura vernacular acabaria por se revelar incompleta, pois, o conceito actual da palavra deveria demonstrar a clara relação entre a arquitectura indígena, os materiais locais e a localização geográfica².

Paul Oliver³ procura garantir a maior proximidade possível à definição concreta de *arquitectura vernacular*, estipulando as distinções essenciais de termos que poderiam parecer à primeira vista sinónimos:

- *Arquitectura primitiva*, surge muitas vezes, segundo o autor, em trabalhos que privilegiam os edifícios monumentais e formais de determinada cultura, acrescentando ainda a pejorativa distinção entre classes sociais;
- A expressão *abrigo* remete para uma necessidade básica, mas não representa um tipo de construção generalizado;

¹ Michael Manser, passim *Is there a modern vernacular?*, 1993

² «The meaning of vernacular referring to buildings must therefore be assumed to describe buildings which are indigenous (for which vernacular is a synonym) to a particular geographical area.

The modern use of the word vernacular for buildings still implies a structure made of locally found or crafted materials.», idem, p.198

³ Paul Oliver, *Encyclopedia of vernacular architecture of the world*, p. xxi.

- *Indígena* é também um substantivo que perde significado ao verificar que muitos dos edifícios assim classificados são construídos por imigrantes e colonos;

- *Anónima* é uma classificação claramente redutora, por ser o resultado de um olhar na perspectiva do estudo da arquitectura erudita ou *de autor*. Torna-se uma expressão arquitectónica menor em prol de uma realidade onde a atenção é atribuída à obra do arquitecto;

- *Arquitectura popular* será sempre, para o autor, sinónimo de diferenciação social, enquanto *rural* e *rústica* são substantivos aplicados demasiadas vezes e de forma um pouco vulgarizada;

- Finalmente a denominação de *tradicional* seria a mais próxima de *vernacular*, mas ainda assim são conhecidos bastantes casos elaborados por arquitectos e não raras vezes associamos a expressão tradicional a edifícios monumentais.

Assim, concordando claramente com o Manser, Oliver define a arquitectura vernacular como sendo um dialecto regional ou local, uma linguagem comum na forma de construir⁴. É distinta de caso para caso, com características gerais muito próprias: um tipo de construção local em que a adaptação ao lugar é a mais profunda, de forma a garantir que os seus habitantes se encontram protegidos e confortáveis. Varia consoante os princípios económicos, sociais e culturais de cada comunidade e utilizando sempre materiais locais e técnicas ancestrais, já herdadas do passado. A arquitectura vernacular é “*a arquitectura do povo e erigida pelo povo, não para o povo*”⁵.

Podemos encontrar as mais variadas formas de construção vernacular, onde a diferenciação geográfica, a presença ou ausência de determinados materiais construtivos e o tipo de necessidades económicas, são claramente factores decisivos para a comunidade e acabam por condicionar a própria forma arquitectónica. Contudo as vivências, os rituais, os hábitos, a tradição herdada dos antepassados vão influenciar determinantemente a forma do edifício, mais que quaisquer outros factores⁶.

A casa vernacular é mais que os materiais que a moldam e os conhecimentos que a estruturam, pode ser interpretada como uma presença efémera, temporária, em comunidades nómadas, para as quais o abrigo é a essência do acto associado às bases culturais e sociais que estruturam, ainda assim, a sua forma. Paralelamente, pode ser tão permanente que é construída e transmitida de geração em geração, marcando presença pela forma, materiais e pela adaptação extrema e eficiente ao clima⁷, representando acima de tudo uma clara ligação da comunidade que a habita ao lugar que esta ocupa. Para Oliver, a

⁴ Id., ibid.

⁵ “The architecture of the people and by the people, but not for the people”, Paul Oliver, *Dwellings*, 2003, p.14.

⁶ Idem, p7

⁷ Idem, p16. cf. Hassan Fathy, *Natural energy and vernacular architecture*, 1986, p. 7.

arquitectura vernacular não é apenas o facto de se habitar determinado espaço, mas também o acto de o construir.

Hassan Fathy, que explora as potencialidades da construção vernacular, procura abrir caminho no sentido de voltarmos a olhar para a tradição sem a visão redutora de um modernismo globalizador, que pretendia provar a necessidade urgente de instaurar a tecnologia e as recentes potencialidades da construção em qualquer lugar, melhorando sempre a qualidade habitacional. Esquecer a tradição pode significar a perda dos conhecimentos mais especiais e eficientes, que permitem a determinadas comunidades aproximarem-se o mais possível da noção de sustentabilidade.

Importa compreender que associar a construção vernacular a uma noção de passado ou revivalismo poderá considerar-se errado e todos os autores citados, de certa forma, justificam esta tendência. A importância da preservação deste conhecimento prende-se exactamente às possibilidades que este nos proporciona, através das mais variadas lições de adaptabilidade e eficiência (quer a nível económico, social, arquitectónico, entre outros) que podemos observar. As técnicas vernaculares não são imutáveis e a sua capacidade de adaptação prova-se exactamente neste ponto. É também Oliver que explora numa das suas obras, *Built to meet needs*⁸, esta vertente tão frequente nas comunidades mais tradicionais, que é a noção de perenidade ou efemeridade dos edifícios, sendo muitas vezes aceite o processo de reconstrução quando o edifício já não serve o seu propósito, quer funcional, quer construtivo. Isto é, não há, entre a maioria das comunidades tradicionais ou indígenas a necessidade metódica de preservação do elemento construído. Este existe pela simples necessidade funcional de o viver, sendo, no entanto, moldado pelos comportamentos sociais e culturais implícitos à, sempre tão específica, identidade local.⁸

A construção é um processo ancestral que só se mantém actual e aplicável (mais que qualquer outro) nos dias de hoje, exactamente devido à sua extraordinária capacidade de adaptação, de evolução, de utilização dos materiais locais disponíveis e de reutilização dos que resultam dos processos de reconstrução. O método construtivo mantém-se, na maioria das vezes, intacto apenas pelo facto de derivar das experiências prévias que testaram as mais variadas possibilidades antes de definir o que seria considerado mais correcto. Daí que a perspectiva de mudança não seja uma busca ou um objectivo nestas comunidades, mas sim um dado adquirido quando se prova ser mais eficiente que a forma, técnica ou material anterior.

⁸ Idem, passim *Built to meet needs*, 2006.

2.2. A importância da Preservação

Tal como referido no início deste capítulo, no Século XIX já se falava em arquitectura vernacular, e desde então alguma atenção tem sido prestada a este tipo de construção. No entanto só em pleno século XX se torna consideravelmente visível a sua relevância.

Alguns dos grandes nomes do Modernismo, manifestam já um interesse claro na verdadeira harmonia com a natureza que representa a arquitectura vernacular. Adolf Loos é um claro exemplo, quando ao meditar sobre o espaço natural e a forma também natural de construir, por determinadas populações, assume que essa construção é claramente *um exemplo de sucesso, tal como será exemplo qualquer animal que siga o seu instinto para o fazer*⁹. No entanto, é no repensar das teorias globalizadoras do modernismo e no surgimento dos primeiros movimentos pós-modernos que se torna imperativo prestar atenção a estas *arquitecturas sem arquitectos*. Expressão primeiramente utilizada por Bernard Rudofsky a 9 de Novembro de 1964 aquando da inauguração exposição intitulada exactamente “*Architecture without architects*” com o subtítulo “*A short introduction to a Non-Pedigreed Architecture*”, no Museu da Arte Moderna em Londres¹⁰, onde o autor expôs imagens de várias comunidades indígenas e suas construções vernaculares. Tentava chamar à atenção para uma valorização da arquitectura que iria para além do conhecimento arquitectónico mais erudito, ou que em nada se relaciona com este, se não na forma como por vezes se influenciam, tal como considera Walter Rossa a respeito da nossa arquitectura Portuguesa: “a nossa arquitectura «vernácula» não é mais que o final de um processo de aculturação da «erudita» - por sua vez fortemente inspirada na primeira, ainda que de contextos diversos (...)”¹¹. Aqui, Walter Rossa expressa a relação extrema que a arquitectura vernacular tem com a arquitectura erudita mostrando que a primeira detém, muito provavelmente, o papel primordial.

Após validar, no âmbito desta dissertação, a pertinência da arquitectura vernacular como elemento cultural e como parte integrada no estudo da arquitectura (através das citações anteriores e de tantas outras), percebem-se duas perspectivas distintas de utilizar esta forma de construir no conhecimento da mesma. Por um lado, uma vontade de preservação, musealização ou mera observação que chega à arquitectura sob a forma de mera inspiração. Por outro lado, surge uma forte tendência para explorar todas as potencialidades da arquitectura vernacular enquanto experiência que conecta directamente com a natureza, enquanto forma inteligente de produzir o habitat.

⁹ Paul Oliver, *op.cit.*, 2003, p.9.

¹⁰ José António Bandeirinha, *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007, p. 30.

¹¹ Walter Rossa, *A Cidade Portuguesa*, 1995, p.247.

No primeiro caso assume-se uma evolução clara da sociedade, pois o método tradicional não é mais do que a raiz, a origem da forma popular de construir que hoje deve ser valorizada e que tantas vezes serve de inspiração à arquitectura contemporânea. Assim o invoca Robert Stern, citado por Paul Oliver, ao assumir que a arquitectura vernacular é intemporal e apresenta uma forma de construir que emerge do próprio solo, dada a conexão com o lugar e com a natureza. Paralelamente, refere que também se torna estática, que não evolui, uma vez que será sempre o espelho da tradição e por consequência metodologicamente ingénua e simplista¹². Também Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, na sua obra *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, abordam desta inspiração que representa actualmente a arquitectura vernacular e o facto de esta ser, para muitos autores, apenas algo a reviver em reproduções “de luxo” nas suas casas ou para observar fora destas enquanto exemplos de uma forma de vida com menor qualidade¹³. Comprovando-se assim, uma postura actual de valorização apenas estética do vernacular, onde se depreende uma forma estática e imutável. Na qual a essência arquitectónica reside apenas nos pormenores físicos e onde a leitura cultural acaba por mostrar-se distante e puramente material.

Claramente em oposição a esta ideologia, o segundo caso mencionado assume-se como um caminho para a valorização pela utilização e sobrevivência destes métodos tradicionais. No fundo, todo o processo ideológico atravessa uma fase inicial de observação e aprendizagem que se assemelha um pouco com a postura anterior. Mas esta é rapidamente ultrapassada por uma sensação de compreensão profunda, que muito mais que a estética, busca o conhecimento, a forma de fazer, os princípios e as regras que tornam esta construção vernacular um exímio exemplo de eficiência e sustentabilidade aos mais variados níveis, como anteriormente referido.

Hassan Fathy, já mencionado anteriormente, é um dos melhores exemplos desta forma de pensar a arquitectura vernacular, por considerar que a apreciação do conhecimento tradicional pode trazer a capacidade de resolver problemas contemporâneos ao nível da arquitectura e da vivência da cidade. O conhecimento vernacular é, para este arquitecto, o

¹² «Reviewed ‘the post-modern continuum’ including a discussion of the vernacular which ‘grows out of a local soil that nourishes a local flavor; it offers simple solutions, simply arrived at. A true vernacular is timeless in the very best sense of the Word, but it does not “develop”. It is a “native” and a “naive” architecture, in which there is common agreement on form.’ Reflecting the tendency ‘to idealize that which is lost, the vernacular was elevated to the level of an ideal, comparable to that of classicism itself; it was assigned a moral value, that of “honesty”. Craft was elevated into creed’. Stern’s comments perpetuated the stereotypes of naïve and intuitive building, and the ‘loss’ of the vernacular which has been current a lifetime before», Paul Oliver, *Op.cit*, 2003, p.12.

¹³ «Sucedee incluso que, em todo o mundo, à medida que o povo esquece essas outras formas da sua cultura material tradicional, as classes cidadinas buscam um neo-regionalismo ou neo-rusticismo (que utilizam alguns dos seus aspectos em versões de luxo), um regresso nostálgico a esse aparente «paraíso perdido» do mundo rural que se extingue», E. V. Oliveira e F. Galhano, *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, 1992, p.361.

caminho para uma forma mais sustentável de construir e viver. Considerando ainda que as comunidades que resistem às imposições de uma ideologia altamente modernista em vez de serem subvalorizadas, deveriam ser alvo de maior atenção, dado serem intimamente conhecedoras dos seus métodos ancestrais que ainda hoje, e nos países desenvolvidos, poderiam dar imensos contributos. Para Fathy é muito importante mostrar aos membros destas comunidades vernaculares que os seus métodos são preciosos para alcançarem a independência e sustentabilidade de que necessitam para ultrapassar os elevados níveis de pobreza que as caracterizam tantas vezes¹⁴.

No trabalho de Paul Oliver, também é evidente a valorização destas comunidades e suas técnicas (como se tem vindo a analisar ao longo do capítulo), chegando mesmo a contradizer, de certa forma, a citação feita anteriormente de Adolf Loos, ao mencionar que *se a construção vernacular fosse apenas uma questão de intuição, estas comunidades seriam apenas pássaros a fazer seus ninhos*¹⁵. Com esta afirmação enfatiza a mudança que se pode observar nos métodos e técnicas das comunidades vernaculares, bem como as inovações e influências de que são alvo, ainda que num processo mais lento.

Christopher Alexander explora os conceitos opostos de cidade natural e cidade artificial e considera que para evitar que o mundo se transforme num amontoado de *caixotes de vidro e cimento* dever-se-á compreender as características essenciais que fazem da cidade natural um bom sítio para viver. Não importa, na sua opinião, imitar o antigo para transpor as características positivas mas sim compreender de onde vem a sua verdadeira essência¹⁶. Alexander acredita que esta essência reside no facto do elemento construído, cidade ou casa, ser como um organismo que evolui e cresce seguindo as regras mais exactas e eficientes, as da natureza. Tais regras e essência, derivam de algo que se pode compreender e moldar, numa linguagem baseada naquilo que o autor denomina por *padrões* e que não são mais do que elementos ou conceitos que constroem a percepção de um bom edifício ou cidade. Esta linguagem é inerente à vivência vernacular, daí que os métodos que possui sejam mais eficientes que todos os outros aplicados à realidade dita “desenvolvida”¹⁷.

Assim, todos estes autores são unânimes quanto à urgência de preservar a arquitectura vernacular. Contudo, consideram ainda mais premente compreender que tal preservação passa por manter, reabilitar, recuperar, mas acima de tudo por aprender com todo este potencial que frequentemente se ignora com a consequente perda gradual e

¹⁴ Hassan Fathy, op.cit., 1986.

¹⁵ «Construction is not a matter of intuition as if the builders were like birds making their nests, but the result of deliberate decisions taken to meet perceived needs. A single tradition may be described in general terms, but it should be understood in specific ones; the differences are subtle but significant, eventually contributing to the slow changing of traditional form as innovations are introduced and influences assimilated.», Paul Oliver. Op.cit., 2003, p.79.

¹⁶ Christopher Alexander, *The city is not a tree*, Architectural forum de abril e maio de 1965.

¹⁷ Idem, *The timeless way of building*, 1979

irreversível de conhecimento. Por último, o mero olhar museológico com que a dita Sociedade industrializada observa a arquitectura vernacular, poderá enfraquecer ou aniquilar a identidade e vivência das culturas vernaculares.

2.3. Exemplos de Arquitectura Vernacular

2.3.1. No Mundo

O vernacular acompanha a evolução do próprio Homem e tal como existe um número infundável de referências culturais e povos, existe também uma quantidade incalculável de formas de construir. Assim, na impossibilidade de apresentar todos os casos, os exemplos ilustrativos desta temática foram escolhidos com base nos seguintes critérios: a diversidade tipológica, o grau de sedentarismo, materiais construtivos e as rotinas ou contextos socioculturais.

A Figura 1 apresenta uma tenda nómada, recorrente do povo Tuareg, cujas rotinas e contexto sociocultural se caracterizam pela constante migração pelo deserto Sara, vivendo essencialmente de pastoreio e algumas actividades mercantis. Quanto aos materiais de construção aplicados, abrigo é feito a partir de peles de animais que cobrem e se prendem a um conjunto de estacas¹⁸. É visível a sua diminuta resistência enquanto abrigo, característica favorável a algo que requer mobilidade.



Figura 1 - tenda nómada no deserto Sara, Mali.
(Fonte: P. Oliver, op.cit, 2006)

A Figura 2 ilustra a habitação dos nativos que residem no lago Dal, região de Srinagar (Índia). Com um ar um pouco mais robusto que a tenda Tuareg, este exemplo é ainda alusivo a um estilo de vida nómada dado tratar-se de um *barco-casa*. O material construtivo

¹⁸ Paul Oliver, op.cit., 2006, pág15.

empregue é essencialmente a madeira. Por norma esta habitação detém duas divisões apenas mas chega a albergar uma dúzia de pessoas¹⁹.

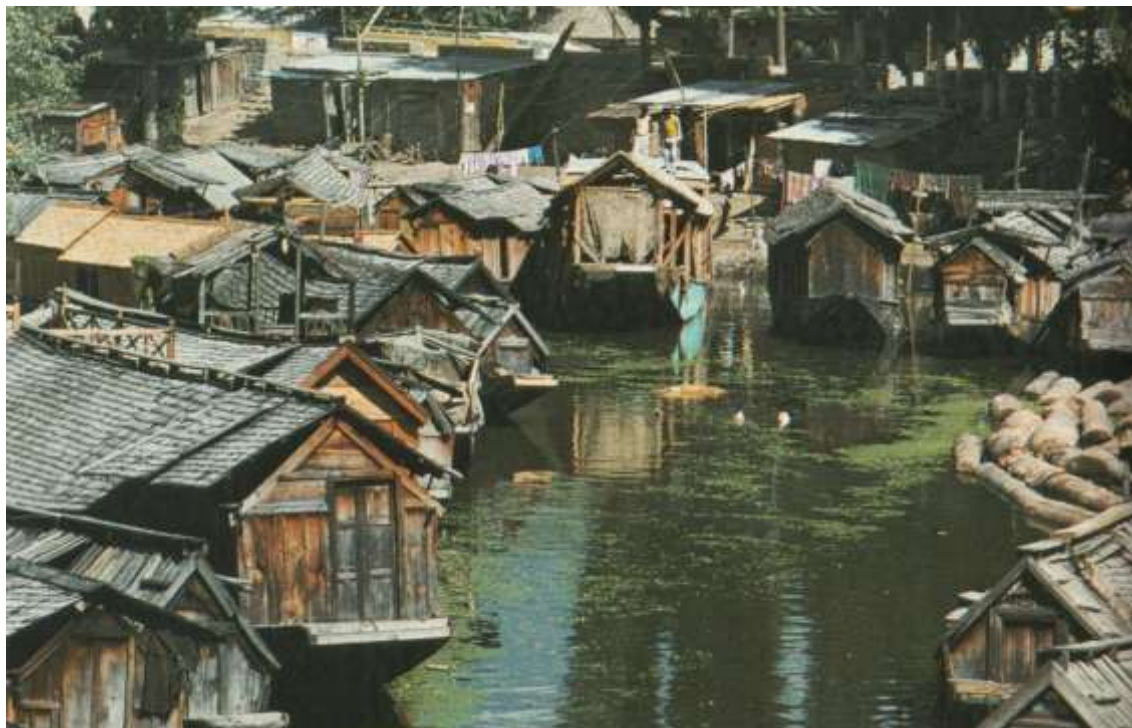


Figura 2 - conjunto de doongas (*barcos-casas*).
(Fonte: *Países e Povos do Mundo - Índia*, 1993, p.54.)

Ainda como exemplo de uma ligação directa com água e sua mobilidade, as casas do terceiro caso, construídas a partir dos juncos dos pântanos (material comercializado por todo o Iraque), assentam em ilhas artificiais feitas com lama e caniços de junco (Figura 3). Esta área pantanal imensa localiza-se na confluência dos rios Tigre e Eufrates e alberga várias comunidades árabes que souberam adaptar os princípios da vida no deserto ao quotidiano nos pântanos²⁰. Ao viverem da comercialização desta matéria-prima, desenvolveram e aperfeiçoaram a forma de a trabalhar, aplicando-a não só ao nível da casa de habitação mas também ao nível de outras tipologias de maior envergadura, como a casa de hóspedes que se pode analisar nas Figuras 4 e 5²¹.

Aspectos comuns aos exemplos até agora analisados, são a fraca durabilidade dos materiais construtivos e as circunstâncias adversas do local, que exigem a constante renovação da casa mantendo contudo os modos de habitar ancestrais praticamente inalterados durante séculos.

¹⁹ *Países e Povos do Mundo - Índia*, 1993, p. 54.

²⁰ *Idem*, *passim Médio Oriente*, Larousse. *Seleccões Readers Digest*, 1995, p. 110 a 113

²¹ *Id.*, *ibid.*

Ao contrário dos exemplos anteriores a Figura 6 representa algo verdadeiramente estável e perene. Trata-se de habitações construídas em plena Idade Média na cidade francesa de Cluny, que ainda hoje são habitadas²². Neste caso observa-se que não foram apenas as técnicas construtivas que permaneceram ao longo dos séculos, mas também os próprios objectos construídos.



Figura 3 - Povoado típico dos árabes do pântano.

(Fonte: *Países e Povos do Mundo - Médio Oriente*, 1995, p.110.)



Figuras 4 e 5 - Mudhif, casa de hóspedes. Seu aspecto interior e exterior.

(Fonte: *Países e Povos do Mundo - Médio Oriente*, 1995, p.114 e 115.)

²² Paul Oliver, *op.cit.*, 2006, p.38



Figura 6 - Conjunto de casas medievais, Cluny.
(Fonte: Paul Oliver, *op.cit.*, 2003, p. 38)

2.3.2. Em Portugal

Como se pretendeu demonstrar no ponto anterior, a arquitectura vernacular é, ainda hoje, uma das formas mais comuns de construção no mundo inteiro, sendo que a percentagem de edifícios desenhados e construídos por profissionais dessa área específica é ínfima, cerca de 1% (para edifícios habitacionais)²³. No contexto dos países europeus e especificamente em Portugal a construção vernacular escasseia cada vez mais, perdendo-se no tempo e na falta de medidas de preservação efectivas. Na década de 1950, foi feito em Portugal um dos maiores esforços neste sentido, pois várias equipas de arquitectos percorreram o país para registar a diversidade da arquitectura vernacular, que teve como resultado o Inquérito à Arquitectura Popular Portuguesa²⁴. Segundo Alexandre Alves Costa, foi um movimento que permitiu refutar a ideia instaurada pelo regime de que existiria uma tipologia muito específica de “casa portuguesa”²⁵. Ao contrário, percebeu-se que em cada região poderíamos encontrar diversas formas de construção, das quais são exemplos marcantes os três casos aqui apresentados.

Na Figura 7, um conjunto habitacional dum encosta junto ao mar, em Sintra. A casa tipicamente caiada espelha a influência do Mediterrâneo e a preferência pelas zonas elevadas o conhecimento da dureza da vida junto ao mar do Atlântico. A casa aceita a rocha como o principal condicionante da forma e os acessos irregulares tornam possível ou aceitável o percurso.

²³ Paul Oliver, *op.cit.*, 2003, p.15.

²⁴ AAVV, *Arquitectura Popular em Portugal*, 2004.

²⁵ Alexandre Alves Costa, *Introdução ao estudo da História da Arquitectura Portuguesa*, 1995, p.58.



Figura 7 - Azenhas do Mar, Sintra.
(Fonte: AAVV, *Arquitectura Popular em Portugal*, 2004, p.27.)

A Figura 8 é ilustrativa de mais um tipo construção junto ao mar, agora em zona plana, no próprio areal. As construções em madeira procuram a leveza para poderem ser elevadas em estacas, isto para evitar os ventos e as areias no interior da habitação. Percebia-se já no momento em que foi elaborado este levantamento, que as comunidades começavam a aproveitar as novas técnicas construtivas para trocar as estacas em madeira ou os pilares em adobe por betão, mais resistente.

Já a Figura 9 representa a típica construção em ambiente rochoso, na serra, feita com pedra esculpida toscamente e sem grandes pormenores, dada a simplicidade da vida, as dificuldades económicas e, muitas vezes, as poucas necessidades básicas estipuladas para o dia-a-dia.



Figura 8 - Praia da Vieira, Marinha Grande.
(Fonte: idem, p.32.)



Figura 9 - Mendiga, Porto de Mós
(Fonte: idem, p.57.)

2.4. O vernacular pelo olhar da contemporaneidade

A arquitectura vernacular não é mais do que a constante busca do ser humano por uma forma de estar, e por isso difere de cultura para cultura, não se restringindo a uma mera linha fronteiriça, não variando de país em país, mas de contexto para contexto e de comunidade para comunidade.

Pela sua história e pela sua capacidade de conhecimento do meio natural, a arquitectura vernacular merece total atenção por parte da sociedade contemporânea. Representa a herança que resta à humanidade do conhecimento mais profundo para a sobrevivência. E será por isso, a melhor fonte de sabedoria a respeito de uma vida efectivamente sustentável e em maior comunhão com os recursos naturais - respostas cada vez mais urgentes na actualidade. Hoje, a arquitectura vernacular pode potenciar respostas sobre as mais variadas temáticas, desde a construção por si só, à sociedade em geral, mesmo nos contextos mais cosmopolitas.

3. ARQUITECTURA INFORMAL DOS ASSENTAMENTOS URBANOS

O que é a arquitectura informal? Quais as suas razões e consequências? Perguntas a que este capítulo responde, tentando explorar esta temática tão actual. Aborda-se numa perspectiva global algo que se materializa nos mais variados contextos, especificando assim as diferentes formas com que surge. Definem-se diferenças formais e semelhanças comportamentais. Acima de tudo, procura-se a valorização na compreensão de um método muito próprio e, tantas vezes, intrínseco ao ser humano.

3.1. A informalidade

Por informal entende-se tudo o que não é oficial ou não regulamentar, é portanto, aquilo que não segue as regras supostas. Está intimamente relacionado com a vivência em sociedade e com os pressupostos que lhe estão inerentes: as regras legislativas, comportamentais e físicas que moldam o comportamento humano quando inserido em determinada comunidade, país ou região.

Frequentemente aquilo que denominamos por arquitectura informal, está associado a uma arquitectura não especializada, que em muito pouco se relaciona com a *erudita*. Acima de tudo, é uma arquitectura extremamente versátil e imaginativa, mais ingénua talvez, mas em constante ligação com a comunidade, não fosse construída e habitada pela mesma. É adaptável às mais adversas circunstâncias e às mais distintas formas e saberes.

No contexto actual da sociedade em que nos inserimos a arquitectura informal representa frequentemente a não correspondência com a propriedade dos solos ou situações fundiárias irregulares e complexas. Bem como a ausência de infra-estruturas, tais como redes de saneamento, electricidade, abastecimento água e ainda de equipamentos municipais que assistam a comunidade (escolas ou infantários, serviços de saúde, entre outros). Esta precariedade ao nível das condições de habitabilidade deve-se também às dificuldades económicas da comunidade, bem como às lacunas dos conteúdos dos instrumentos de gestão territorial que identificam estes locais como espaços “não existentes” do ponto de vista urbanístico (classificando-os como *domínio publico hídrico, leito de cheia, Reserva Ecológica Nacional, não pertencentes aos perímetros urbanos*, entre outras condicionantes). Ora, todos estes factores agravam a precariedade e a insalubridade características de áreas informais paralelamente ilegais.

3.2. O Espaço Informal da Cidade

O êxodo rural, o aumento exponencial das estruturas urbanas e a sua incapacidade de resposta à quantidade de população que chega em busca de trabalho, habitação e melhores

condições de vida, dão frequentemente origem àquilo que denominamos por cidade informal: Aglomerados ou assentamentos onde a população edifica, por vezes fracos, espaços de habitação e de trabalho, gerando uma cidade à parte, uma realidade informal, da habitação (sem propriedades estipuladas nem possíveis de definir) à própria economia (surtem mercados clandestinos, formas de subsistência que não acarretam os custos dos mercados ditos formais: impostos, normas de segurança, materiais certificados ou serviços credenciados, por exemplo) ²⁶. A cidade possível, com os meios alcançáveis (a simples matéria do local e a gestão do pouco poder económico), revela uma capacidade de adaptação extrema, quando o meio formal se mostra demasiado caro para ser uma possibilidade²⁷.

3.2.1. O conceito de cidade a partir da dicotomia formal/informal

Vários autores se referem à cidade como algo heterogéneo, diversificado, muitas vezes imprevisível, imperfeito decerto mas sempre caracteristicamente *mágico* e múltiplo em muitos sentidos. A cidade representa a vivência em sociedade no seu nível mais intenso e a passagem do tempo na sua representação mais directa, pela condensação das marcas que vão surgindo²⁸ e as diferenças que se podem observar a cada dia: o novo e o velho, o activo e a ruína, o renovado, o conservador, o histórico e o contemporâneo.

Distinguir a cidade formal da cidade informal poderá ser simples se nos predisusermos a assumir prontamente que formal significa planeado e informal significa sem regra ou ordem (isto é sem plano). No entanto, o estudo da cidade nem sempre permite que tal distinção se faça tão literalmente. Para isso seria necessário que os conceitos não se misturassem nem no espaço nem no tempo. Spiro Kostof clarifica esta questão ao assumir que nenhuma cidade, por mais espontânea que pareça, o será de verdade. Existirão sempre associados à criação do espaço os princípios do bem comum em comunhão com os direitos individuais do cidadão, e essa ligação gera um tipo de organização muito específica de cada lugar²⁹. Nenhuma cidade será portanto ausente de qualquer formalidade, por mais intrínseca e despercebida que esta seja. De acordo com R. Guerreiro talvez nem exista mesmo uma diferença assim tão linear entre a cidade planeada e a cidade orgânica: “«*Todos os homens são, de uma forma inata, artesãos que têm como destino criar...um local adequado e permanente, um mundo saudável e belo*» (Lynch, 1999:). Assim, a cidade artificial não será também ela natural, uma vez que está na natureza do homem produzir o artifício? E a cidade

²⁶ Vânia Loureiro, *A informalidade do espaço vernacular na cidade contemporânea*, 2011.

²⁷ Jorge Anzorena, *Informal housing and the barefoot architect*, 1993.

²⁸ Manuel Graça Dias, *Manual das Cidades*, 2006, p.11.

²⁹ Spiro Kostof, *The city shaped*, Thames and Hudson Ltd, London, 1999. Pag 52

natural, não é ela também artificial, um artifício produzido pelo ser humano?”³⁰. Querirá com isto dizer que tal como a cidade orgânica não é, de todo, desprovida de intenções e muito menos de acções, a cidade planeada não será também absolutamente cumpridora das regras que a idealizaram³¹. Portanto, as cidades são uma junção entre o formal e o informal e é nesta mistura de perspectivas urbanas e temporais que a magia surge e a sua identidade se revela³².

Identificam-se partes da cidade que serão totalmente planeadas e formais, baseadas em ideais políticos, sociológicos ou meramente urbanísticos que buscam, das mais variadas formas, ou seja uma melhor cidade; e partes informais, geradas a partir da falta de meios económico sociais, e que se regem pela lei natural da sobrevivência em sociedade. Para Rahul Mehrotra a cidade informal é caracteristicamente cinética, e transporta a sabedoria do tradicional para o mundo contemporâneo, sem temer a relação com o moderno. Fluência, instabilidade e indeterminação são as bases para o seu surgimento. Aqui, a arquitectura perde o seu papel primordial, substituída pelos espaços e pelas interacções. Reinventa-se a si mesma através dos materiais mais impensáveis e das necessidades mais primárias, dando sempre primazia aos conteúdos sociais e culturais.

3.2.2. A (C)idade complexa

Para Christofer Alexander “A cidade é um receptáculo de vida. Se este receptáculo contribuir para a separação das vidas que nela existem, pelo facto de ser uma árvore, será como uma taça cheia de lâminas afiadas prontas a cortar tudo o que nela cair. Em tal receptáculo a vida ficará destroçada. E se criarmos cidades-árvores a vida que nela vivermos ficará, também, despedaçada”³³. Ao falar em árvore Christopher Alexander refere-se à estrutura de ligações simples e una (da qual será exemplo uma árvore genealógica muito simples), a uma forma redutora e simplista de observar a cidade e de actuar na mesma, uma vez que a cidade será tão complexa quanto a própria vida e portanto um pensamento desta natureza elimina na maioria das vezes muitas possibilidades pertinentes. Só ao aceitar a cidade enquanto estrutura semi-reticulada (que permite relações entre diversos ramos, criando uma estrutura de ligações complexa), é que se pode assumir a sua plenitude, e ao compreender tal ideologia talvez se possa fazer verdadeiramente cidade.

³⁰ Rosália Guerreiro, *Urbanismo Orgânico e a Ordem Implícita: Uma Leitura Através das Geometrias da Natureza*, 2010, p. 69.

³¹ Idem, p.70.

³² «Most of historic towns, and virtually all those of metropolitan size, are puzzles of premeditated and spontaneous segments, variously interlocked or juxtaposed. The ‘organic’ old core is itself likely to be a composite of several units» Spiro Kostof, *op.cit.*, 1999, p.16.

³³ Christopher Alexander, *op.cit.*, 1965.

É evidente que para este arquitecto e teórico (que dedicou toda a sua obra a uma melhor pratica da arquitectura) a cidade semi-reticulada é a cidade informal, a cidade que surge do processo natural de construir o habitat. Que surge duma profunda ligação com o lugar, através dos processos mais naturais, uma vez que é um organismo vivo ela própria. A cidade árvore é a cidade formal, que falha por não possuir a essência viva do que o é efectivamente. Na cidade formal, planeada, as parcelas da unidade não se relacionam com outras noutra unidade a menos que o todo o faça. Não há relações inesperadas ou aleatórias, nunca³⁴. Isto porque advém de um plano prévio, um plano que procura prever todas as possibilidades e que impossibilita a imprevisibilidade de acontecer. Trata-se de planejar a vida urbana, mas para Alexander poder-se-ia tratar de planejar um outro tipo de vida qualquer, porque se o que faz da cidade um local admirável é a *vida* que esta detém (e a complexidade que a caracteriza) e se não é possível controlar uma vida do seu início sem que esta se torne demasiado constrangida, então o plano da cidade não pode ser totalitário ao ponto de a considerar sequer previsível.

Falou-se no capítulo anterior numa determinada linguagem que Christopher Alexander considerava a solução para uma completa forma de construir e criar, essa linguagem derivaria de padrões que existem em cada situação vivenciada, tal como no espaço que a encena, daí que essa mesma permita perceberem-se elementos comuns na forma de *fazer ou agir*. Por serem tão intuitivos os padrões geravam espaços vivos, cheios de peculiaridades. A industrialização apagou este processo, as pessoas deixaram de saber desenhar os seus próprios espaços e os próprios arquitectos deixaram de ter ligação com as particularidades mais importantes numa construção. Perdeu-se a linguagem, a ordem orgânica encontra-se a ser substituída pela ordem controlada³⁵. Esta realidade estaria presente nas comunidades vernaculares e está presente, hoje, nas comunidades informais que continuamos a tentar extinguir da cidade contemporânea.

A cidade é uma realidade complexa, é um organismo vivo que, como tal, não representa um resultado mas sim um processo contínuo de evolução. Aceitar que a visão una de um plano, de uma lei, pode reger todas as partes, sem tampouco as conhecer aprofundadamente, torna compreensível a visão a que se assiste de anular o específico e resolver com o modelar. Assumir determinada área como informal e classificá-la como ilegal no meio urbano, tem também muito a ver com esta visão globalizada do todo em que a excepção à regra não é elegível como opção.

³⁴ Id., ibid.

³⁵ Idem, *op.cit.*, 1979. Cap. 15.

3.3. Exemplos de Arquitectura Informal

3.3.1. Contextos urbanos Internacionais

Como é do conhecimento geral “*existem mais de 200.000 favelas no mundo, que variam a sua população de entre algumas centenas até mais de um milhão*”³⁶ e apesar de haver desde sempre, relatos deste tipo de assentamentos, é após os anos 1960 que surgem as grandes acumulações deste fenómeno nas maiores cidades. Assim, tornou-se imperativo, ponderar aspectos como o custo da habitação, a forma mais adequada de acesso (aquisição ou arrendamento), o percurso até ao eventual emprego, a segurança pessoal, no surgimento das tipologias de assentamento urbano informal.

Mike Davis sistematiza as diferentes formas de habitação precária (*slum typology*)³⁷ onde descreve os diferentes tipos de assentamentos e habitações que surgem, maioritariamente, nos países em desenvolvimento, associadas a circunstâncias especificadas como o constante deslocar de populações em massa para a cidade em a busca por emprego, qualidade de vida e a incapacidade estrutural, económica e social por parte da mesma para dar resposta a todos. Assim, definem-se seguidamente as tipologias mais pertinentes tendo em conta a aproximação ao centro da cidade e ao grau formalidade das construções, assentamentos e ocupações.

- Localizados no centro da cidade e considerados como elementos formais de habitação: os cortiços (criados por autoconstrução ou construídos especificamente para estas populações) ilustrados nas Figuras 10 e 11; a habitação social ou albergues e casas de abrigo, tudo formas de habitação mais económica e que permitem à população mais desfavorecida uma proximidade ao centro urbano (Figura 12). Existe também um padrão de habitação informal paralelo a estas tipologias: assentamentos em vazios urbanos (Figura 13) ou ocupação de edifícios devolutos, chegando mesmo à usurpação do espaço público sem construção ou abrigo associados.

- Na periferia, encontram-se outras tipologias formais como o arrendamento privado ou a habitação social. De carácter informal podemos encontrar os assentamentos ilegais, onde as casas são ocupadas e construídas pelos próprios donos (autoconstrução), e muitas vezes alugadas a terceiros como obtenção de recursos. Determinados assentamentos podem ser legais e proporcionados por entidades públicas, casos em que são fornecidos serviços e localização específica embora a construção habitacional se mantenha de fraca qualidade. Os campos de refugiados são também uma tipologia muito comum nalguns contextos.

Seguem-se alguns exemplos de tipologias referidas pelo autor e que se revelam de especial ênfase no decorrer deste trabalho e no contexto da vivência urbana contemporânea:

³⁶ Mike Davis, *Planet of slums*, 2007, p.26.

³⁷ Idem, p.30.



Figura 10 - Cortiços do centro de Nova Iorque (hoje considerados edifícios históricos).
(Fonte: <http://forum.skyscraperpage.com/showthread.php?t=156197>)



Figura 11 - Cortiços ilegais, Luanda
Fonte: http://olhares.aeiou.pt/musseques_foto3015741.html



Figura 12 - Edifício comunitário para abrigar população sem-abrigo em Nova-Deli
(Fonte: <http://solar.calfinder.com/blog/products/solar-powered-shelters-provide-winter-safety-for-homeless/>)



Figura 13 - Favela representativa da ocupação de vazios na área central da cidade
(Fonte: <http://blogdofavre.ig.com.br/2008/04/justica-manda-parar-remocao-em-favela-ao-lado-de-ponte/>)



Figura 14 - Lima, Peru, assentamento informal que se estende pela periferia
(Fonte: <http://www.flickr.com/photos/eric-mary/3404311731/sizes/z/in/photostream/>)

3.3.2. Contexto Nacional

Como país desenvolvido e integrado na realidade Europeia, pode admitir-se que em Portugal as necessidades habitacionais da população se encontram satisfeitas, que a qualidade de vida em nada se aproxima dos exemplos acima descritos. Seria no entanto, ingenuidade e até ignorância não olhar mais atentamente para o panorama geral, embora não existam exemplos em grande escala destas realidades informais. São muitos, ainda, os “pequenos casos” que podemos identificar. Casos em que urge intervenção, mas que tal como nos casos anteriores, é mais urgente o entendimento e a valorização de determinados padrões (tanto arquitectónicos como socioculturais) e comportamentos (se não também de algumas formas de construir).

Do ponto de vista da habitação precária no centro da cidade, um dos mais poderosos exemplos nacionais serão as *ilhas do Porto*, hoje restam recordações de um património informal já praticamente desabitado. No passado seriam aglomerados de casas destinadas a operários e suas famílias, casas essas edificadas, muitas vezes, nas traseiras dos edifícios da classe burguesa, frequentemente pertencentes aos proprietários das indústrias, onde as condições seriam precárias e a vivência em comunidade muito coesa (Fig. 15)³⁸.

³⁸ Manuel C. Teixeira, *Habitação popular na cidade oitocentista - as ilhas do porto*, 1996.



Figura 15 - exemplo de *Ilha*, Porto

(Fonte: <http://www.bmota.net/index.php/pt/fotografia/ilhas-do-porto?showall=1>)

Já nas periferias das nossas cidades não faltam exemplos que ainda hoje façam alusão aos bairros de lata, tão frequentes desde alguns anos a esta parte, que são na realidade exemplos, em menor escala, das grandes favelas brasileiras ou angolanas. Embora de raiz semelhante, podem distinguir-se dois tipos de bairro ilegal/informal nas periferias: *o bairro de lata*, construído a partir de materiais instáveis cujo resultado é muito precário, e cuja arquitectura tem pouca expressão devido à falta de uma estrutura edificada. Sobressaem aqui as necessidades infra-estruturais iminentes e a intervenção necessária é sempre profunda (Figura 16), tendencialmente mais pequenos, estes assentamentos representam normalmente pequenos grupos comunitários. O segundo caso é um bairro, de construções permanentes (normalmente resultantes de processos evolutivos de autoconstrução), com algumas infra-estruturas implementadas, onde a ilegalidade se relaciona com questões como a propriedade, o reconhecimento legal das construções, entre outras. Mas a qualidade habitacional é, em antítese ao caso anterior, quase sempre satisfatória e as problemáticas sociais aproximam-se mais do preconceito e estigmatização que de reais incompatibilidades dos membros dessas comunidades com a restante sociedade (tal como será o caso da Cova da Moura - Figura 17 - bairro sólido, estruturado e com uma vivência comunitária extraordinária, construído há mais de 30 anos e onde a ilegalidade impede o desenvolvimento).

Qualquer dos exemplos aqui mencionados, sejam eles nacionais ou não, são o mais puro retrato da capacidade de adaptação do ser humano às condições a que se vê sujeito e merecem uma especial atenção pela força e conhecimento que, para isso, acarretam.



Figura 16 - bairro de lata de Santa Marta do Pinhal, Seixal
(Fonte: <http://rumoabombordo.blogspot.com/2008/10/as-obras-de-santa-engrcia.html>)



Figura 17 - Cova da Moura.
(Fonte: Telmo Domingues, 2010)

3.4. Uma mudança de perspectiva urgente

A caracterização do espaço arquitectónico informal aqui descrito pretende alertar para uma diferente perspectiva. Observam-se no termino deste capítulo retratos das mais polémicas situações, que urgem reparação e às quais não podemos retirar atenção, devemos sim redobrá-la e procurar formas de intervir neste constante teste à integridade humana.

Mas quem sabe, não possam estes casos ser apenas a descontextualização da realidade habitacional no tempo, o estado inicial de um processo que, adquirindo as ferramentas necessárias, possa evoluir positivamente e formar parte integrante da cidade. Quem sabe, não possamos aproveitar nestes locais subdesenvolvidos e preteridos, o potencial social, cultural e até urbanístico deste processo para combater as infelizes consequências duma globalização que descaracteriza e desvirtualiza cada vez mais a cidade contemporânea?

4. Da Arquitectura Vernacular à Informalidade Contemporânea

Este terceiro capítulo relaciona de forma directa os que o antecedem. A busca essencial é a aceitação da arquitectura dos assentamentos informais enquanto exemplos vernaculares contemporâneos. Inicia-se um raciocínio de aproximação e valorização destas realidades pela mera interpretação dos contextos temporais e locais ditos diferenciadores. Esclarece-se a urgência de preservação e valorização das comunidades e suas práticas informais.

4.1. A Propósito do Tempo e do Espaço

Os dois capítulos anteriores tiveram como objectivo analisar dois grupos de fenómenos distintos: por um lado a arquitectura vernacular, associada às origens, à tradição, à proximidade com a natureza; e por outro a arquitectura informal, desclassificada e estigmatizada, associada aos assentamentos urbanos informais, tão recorrentes no panorama mundial da contemporaneidade. Mas apenas no decorrer de cada um deles ficaria explícito que esta distinção não é tão linear, havendo efectivamente uma proximidade muito grande entre a arquitectura praticada nos assentamentos informais e as práticas vernaculares.

Para Paul Oliver, esta situação urbana actual representa o *neo-vernacular*³⁹ pela forma como se continua a utilizar os materiais possíveis e existentes no local bem como as técnicas artesanais e ancestrais apenas associados a novos contextos. E assim, estes espaços vernaculares distinguem-se dos iniciais apenas pelo envolvimento urbano, não havendo razão para a total desvalorização a que se assiste.

Simon J. Browner considera de forma muito pertinente, que nestes assentamentos informais e quase sempre ilegais, a tradição se torna performativa. Tal como uma canção popular ou uma lenda que passa de boca em boca e que em cada uma varia no tom e no ritmo. A arquitectura vernacular no meio urbano é uma diferente forma de contar a tradição construtiva, caso a caso⁴⁰.

Depreende-se, que a distinção informal/vernacular é meramente espaço-temporal. Valorizam-se as relações arquitectónicas que o homem estabelece com a natureza num espaço rural e longínquo, ou as que o foram no passado, como as cidades medievais europeias ou os assentamentos tribais no deserto. Mas os mesmos padrões de comportamento associados ao espaço urbano contemporâneo nem sempre são valorizados ou aceites. Do mesmo modo, se aceita a arquitectura vernacular quando as necessidades básicas de sobrevivência são

³⁹ Paul Oliver. *op. cit.*, 1997, p.xxii.

⁴⁰ Simon J. Browner, *Building tradition: Control and authority in vernacular architecture*, 2005.

poucas e os modos de viver humildes, mas o mesmo tipo de construção associado à incrementação de novos materiais, técnicas e requisitos deixa de ser valorizado para passar a descaracterizador. Ou seja, para além de não ser aplicável a muitos ambientes urbanos (espaço), o vernacular também deixa de ter lugar na contemporaneidade (tempo).

A construção vernacular no sentido da verdadeira adequação da comunidade ao lugar, pelo uso das técnicas mais tradicionais, tende a desaparecer em prol desta sociedade preconizada pela globalização dos estilos, das técnicas e das funções. Assim, há que expressar a preocupação com a protecção destas áreas tão específicas e tão únicas.

4.2. Um olhar sobre a prática

Para Oliver, salvaguarda passa por três pontos essenciais: protecção, reabilitação e uso⁴¹. Contudo assistimos ao esquecimento da terceira vertente deparando-nos, muitas vezes, com verdadeiros museus ao ar livre, desumanizados e sem sentido. O valor da arquitectura vernacular não se encontra na sua forma ou nos materiais apenas, pois está essencialmente no acto de construir com determinados significados por determinado povo, para determinados objectivos. Mesmo ancestral a arquitectura vernacular evolui, ainda que lentamente, tal como mencionado anteriormente. Daí ser tão importante que ao concluir a reabilitação de um edifício este mantenha o seu sentido, a sua utilização. A arquitectura vernacular vai muito além do que se constrói, é a realidade humana no seu sentido mais natural e orgânico. Como é possível que possamos ler a preservação destas áreas, hoje raras em determinado contexto, como elementos a preservar, em detrimento da vida que neles ainda resta?

Estamos perante uma mudança radical, a população deixa de se resignar à terra que a envolve e de procurar viver apenas com os frutos que daí poderá retirar. Procura-se a cidade, o foco principal de trabalho ainda que para isso à custa de um tecto menos digno na esperança de um melhor mais tarde. É muito importante entender que a cultura permanece, e que esses locais agora ilegais e sem direito a intervenção para melhores infra-estruturas, são a prova de que a arquitectura vernacular não morre, pertence ao nosso mais íntimo instinto de sobrevivência, e está hoje, nas cidades tal como esteve tantas outras vezes, em tantos outros lugares. Merece o olhar atento de quem sabe que as estratégias estão a falhar, de quem admite que a cidade não é nem nunca foi uma árvore e que a sua complexidade aceita na perfeição a aproximação ao caos, porque é isso que a cidade é: um organismo complexo que jamais poderia vingar através de uma visão simplista e redutora.

⁴¹ Paul Oliver, *op. cit.*, 1997, p. 22.

Na perspectiva de Aditya Sawant⁴² há um exagero na preocupação estética e para uma desmedida suposição a respeito do estado das favelas, musseques, bairros ilegais ou como lhes queiramos chamar⁴³. Alerta para o facto de, através de uma especulação baseada apenas em factos visuais, serem reprimidas e condenadas áreas específicas da cidade, cuja aproximação visual à favela é evidente, mas à qual não é prestada a devida atenção para se poder entender especificamente se existem situações internas semelhantes.

Mike Davis refere que não devemos manter a errada perspectiva de que os assentamentos informais são lugares de *crime, doença e desespero* mas que acima de tudo não devemos pensar que as problemáticas terão capacidade de se solucionar por si, sem intervenção exterior⁴⁴. E este é o cerne da questão: é necessário reconhecer o valor que estas áreas têm, é necessário compreender o contributo que poderão dar ao estudo e principalmente à prática do urbanismo, é urgente ver o potencial cultural e sociológico inerente bem como a relação pura com a natureza e a construção que daí advém. Mas acima de tudo é preciso compreender que esta cidade, vernacular ou não, urge intervenção, mudança, melhoramento. Todo o conhecimento íntimo do lugar e da sua forma de viver, bem como a preservação e valorização/aprendizagem do vernacular, deve servir sempre para traçar um caminho eficiente e concreto.

4.3. A cultura vernacular da construção informal no espaço urbano

Como aceitar a proximidade de um tipo de construção cuja técnica ancestral permite manufacturar um edifício que nos impressiona pelas mais variadas características e contextos, tal como as casas de pedra e cal das aldeias marítimas portuguesas, à construção precária dum bairro ilegal como a Cova da Moura?

Jorge Anzorena torna a resposta tão clara que vale a pena transcrever: “Em última instância, toda a arquitectura revela a aplicação da ingenuidade humana para a satisfação das suas próprias necessidades. E entre estas necessidades não está apenas o abrigo, aquecimento e conforto mas também a necessidade que está presente em qualquer momento, em qualquer parte do mundo, das mais diferentes formas, por algo mais profundo e universal; por beleza; por permanência; por imortalidade.”⁴⁵

⁴² Aditya Sawant, *Digging beyond visual judgments and ‘sustainable materials’, Some rants on slum upgrading*, 2011.

⁴³ Há uma variedade de termos que se utilizam para denominar os bairros ou assentamentos ilegais e informais, que podem variar de acordo com a tipologia ou com o lugar/país em que se inserem.

⁴⁴ Mike Davis, *op.cit.*, 2007.

⁴⁵ Jorge Anzorena, *op.cit.*, 1993.

PARTE II - PROJECTO DE REGENERAÇÃO DO BAIRRO AVIEIRO DA PÓVOA DE SANTA IRIA

5. O Povo Avieiro e as suas Aldeias no Tejo

Este primeiro capítulo da parte II, procura introduzir a temática do estudo de caso apresentado, explicitando as origens e características mais relevantes da comunidade local. O povo Avieiro que constrói o assentamento em análise mais à frente, é aqui dado a conhecer. A história breve das suas origens, as suas rotinas e quotidianos desde o nomadismo ao sedentarismo, bem como as diferentes aldeias ou assentamentos daí resultantes. Apresenta-se ainda o assentamento avieiro em estudo, no contexto da história do seu povo.

5.1. A História

Estes pescadores do Tejo, cuja cultura e história é aqui contada, são originários da praia da Vieira de Leiria, onde faziam parte da comunidade aí existente. Avieiros⁴⁶ é o nome que lhes é dado, ao migrarem até à Borda-d'água⁴⁷, por quem aqui morava.

Na Vieira de Leiria a vida dura e trabalhosa ia sustentando as famílias que passavam o Verão na praia em palheiros, hoje praticamente inexistentes, que se levantavam em estacas a propósito de uma fuga aos ventos carregados de areia que fustigavam as casas em qualquer época do ano⁴⁸. A vida dos pescadores era próspera, com as marés mais calmas e a afluência do peixe.

De Inverno a vida complicava-se com o estado tempestuoso do mar impossibilitando os pescadores de levar os barcos para a faina. As migrações surgem como alternativa à mísera vida durante a falta de trabalho (alguns pescadores ainda trabalhavam com a madeira abundante devido à proximidade do pinhal de Leiria ou algumas actividades comerciais, mas a oferta era escassa e a agricultura infértil). O caso aqui relevante é a migração para o Tejo, em busca das águas ribeirinhas afáveis para a pesca, principalmente no inverno.

Estes movimentos migratórios sazonais são impossíveis de limitar no tempo, existem relatos desde sempre de pescadores *de fora* no Tejo, no entanto datam de finais do século XIX as primeiras fixações e de dois momentos do Século XX⁴⁹ os expoentes máximos destes assentamentos nas margens do Tejo, sendo eles: 1919 e 1939. Trata-se curiosamente de uma

⁴⁶ Existem duas explicações distintas para esta denominação, no entanto não é possível sequer saber se alguma delas será exacta: “*Ab Vieira*”, onde o prefixo *ab* significa uma origem, uma deslocação; ou a simples evolução da expressão “*gente da Vieira*” que se tornaria pela oralidade “*gente’a Vieira*”. Ambas referenciadas por Jeanine Carré Colas na sua obra “*Avieiros, Estudo de uma População de Pescadores Emigrados nas Margens do Tejo*”.

⁴⁷ Expressão comumente utilizada para caracterizar as margens, a proximidade com a água, seja mar ou rio.

⁴⁸ AAVV, *Arquitectura Popular em Portugal*, op.cit., 2004

⁴⁹ Adelaide Salvado, *Os Avieiros nos Finais da década de 50*, 1985.

população que terá, muito cedo, iniciado este tipo de quotidiano incerto uma vez que, segundo Paula Maia⁵⁰, a própria comunidade da praia da Vieira de Leiria será integrada por homens e mulheres nascidos em Aveiro e outras zonas mais a norte. Um povo tendencialmente em mudança, nómada, e em busca de algo melhor, pelo que se pode analisar.

No Tejo, cursavam o rio em busca do valioso peixe: o sável. Muitas vezes o barco era instrumento de trabalho e de habitação⁵¹. Para tal era colocado um toldo junto à proa para dormirem e se abrigarem (o quarto), bem como no centro um dispositivo rudimentar permitia fazer fogo para cozinhar os alimentos⁵² (a cozinha). Fixavam-se também em praias isoladas erguendo barracas de caniços ou pequenas tendas para poderem pernoitar junto às margens⁵³, afastados dos restantes grupos de pescadores e da sociedade em geral, sendo por isso tantas vezes marginalizados. Relata-se que apreciavam a liberdade de ter tudo num barco e com isso poderem movimentar-se pelo rio sem constrangimentos, o que seria uma *mais-valia* quando o objectivo era voltar para casa em poucos meses.

A Vieira de Leiria foi durante tempos o ponto de partida e chegada destas famílias de pescadores. Mas a migração sazonal era algo a que a maioria não se conseguia *dar ao luxo* de praticar, sendo as deslocações muito dispendiosas face às dificuldades económicas que acompanharam sempre estas famílias. Por isso foi havendo um processo de sedentarização, mais ou menos lento, dependendo de caso para caso.

5.2. A sedentarização no Tejo: as aldeias Avieiras

Tal como referido no ponto anterior, nalgumas situações as comunidades Avieiras formavam pequenos acampamentos, onde pernoitavam e onde preparavam os alimentos, outras vezes dormiam no barco e lá cozinham, lá faziam toda a rotina. De uma forma ou de outra a fixação era um objectivo para estas famílias, que embora não tivessem condições económicas para regressar todos os Verões, almejam pelo menos uma habitação condigna.

Independentes no trabalho e na vida, estas comunidades começaram por se fixar sempre isoladas de qualquer malha urbana existente, não procuravam a proximidade com as

⁵⁰ Paula Maia, *Os Avieiros de Nómadas a Sedentários*, p.30

⁵¹ Segundo Adelaide Neto Salvado (*op.cit.*) os barcos habitáveis seriam barcos feitos posteriormente e com melhores condições (o Saveiro). Os iniciais seriam tão fracos que permitiam apenas a pesca, o descanso tinha que acontecer nas margens do rio. Cf. Alcídio Gasparinho, *O Bairro Avieiro em Vila Franca de Xira*, p.14, Completa ou contrapõe esta informação afirmando que a habitação em barracas em forma de acampamento se resumia ao tempo em que os pescadores se encontravam a construir o barco - o saveiro - e após terminado era aí que residiam.

⁵² A popa servia de oficina, o verdadeiro espaço de trabalho, onde se pescava, ordenava as redes e arrumava o peixe.

⁵³ Nestas margens, a maioria dos terrenos são então propriedade privada, daí a impossibilidade de fixação permanente em áreas que lhes agradem.

populações nem para negociar, uma vez que durante vários anos era por intermédio de almocreves que vendiam o pescado. Assim, tendo como foco principal os pontos mais favoráveis do rio, foram surgindo diferentes assentamentos Avieiros, ao longo das duas margens.

Surgem assim as palhotas, as quais terão sido mais tarde substituídas por habitações em madeira, sendo sempre esse o objectivo dos seus moradores. A casa em madeira por sua vez, não se identificava com a traça arquitectónica do Ribatejo, sendo antes uma transposição da tradição construtiva Vieirense, em madeira e elevada sob estacas.

Segundo Adelaide Neto Salvado, a casa avieira caracterizava-se pelas suas modestas dimensões e por assentar em estacas (inicialmente feitas a partir de troncos de árvores, mais tarde em pilares de cimento ou mesmo de tijolos e reboco). O telhado de duas águas inicialmente em caniços e ramos de árvores, passou também a ser em telha ou outros materiais metálicos ou plásticos, dependendo da capacidade económica. A fachada principal era constituída por uma porta central e duas janelas que a ladeavam, a porta tinha normalmente continuação para uma varanda também elevada em estacas e estas sempre de madeira. No seu interior, existem 3 divisões, uma maior com lareira (poucas vezes utilizada) e duas mais pequenas que serviam de quartos. Estas duas divisões eram feitas em tabique, formando um pequeno sótão para guardar apetrechos da pesca. Quanto às redes, por norma, seriam guardadas num engenho de ramos pendurado a meio da casa. As refeições tinham lugar, salvo excepções, num edifício à parte, numa construção rudimentar na qual é feito fogo para cozinhar (no próprio chão), ficando assim abrigado do vento ou de intempéries. É comum verificar-se nas aldeias avieiras, um corredor entre casas e uma análise mais atenta evidencia uma ala de cozinhas e outra de habitações (ver figura seguinte).



Figura 18 - Exemplo de casa avieira com cozinha em frente. Aldeia de Caneiras
(Fonte: Renata Ferreira, 2010)

Embora a tipologia se mantenha claramente, podem-se distinguir diferentes materiais aplicados ou a inexistência de palafitas, surgem vários relatos de aldeias avieiras (ou parte delas) com estas características mais dissonantes. A arquitectura vernacular Avieira não se pode restringir a alguns elementos específicos fixando-os, quando os membros dessa mesma cultura a interpretam de forma bem mais flexível, quando a classificação de Avieira mostra que a aproximação tipológica não exige a imutabilidade das partes, mas sim a essência no todo. Estas construções, mais simples, relacionavam-se com a falta de meios económicos pura e simplesmente, daí muitas vezes serem parte de um processo evolutivo de reconstrução ou permanecerem palheiros, que aos poucos vão melhorando as suas condições. Segundo Alcídio Gasparinho⁵⁴, que nos chama a atenção para esta questão, Conchoso é a aldeia que melhor a ilustra, dado que não tinha quaisquer construções em palafitas, e consequentemente sofria mais com as cheias do rio e com as intempéries.

⁵⁴ Alcídio Gasparinho, *op.cit.*, 1990/91.

As aldeias Avieiras são caracteristicamente assentamentos urbanos paralelos à margem do rio, que por norma se adaptam à topografia e à proximidade com as águas. Embora a princípio sejam frequentemente mais instáveis ou precárias, tendem a evoluir no sentido de uma maior qualidade construtiva e conforto habitacional. No entanto, trata-se desde cedo de uma vontade de fixação, de criar uma morada, de deixar a vida nómada feita de tantos sacrifícios, pobreza e instabilidade.

O processo de fixação foi tendencialmente muito atribulado dado que todos os terrenos à beira-rio seriam propriedade de outrem e por norma, não havia qualquer intenção de permitir as fixações que o povo avieiro aspirava. Motivados pela vontade de terem uma casa, uma vida menos miserável, um abrigo estável e seguro, foram combatendo as dificuldades, ainda que nem sempre pelos métodos mais legais: “cortavam o caniço de dia e faziam as palhotas de noite, ocupando-as de seguida”⁵⁵. Assim se formaram os variados assentamentos urbanos ilegais/informais que ocuparam as áreas mais inabitadas das margens do Tejo. Casos que, por si só, pelo seu valor arquitectónico e cultural justificam a especial atenção atribuída a este povo, que como tantos outros percorria as águas deste rio. Dos 31 assentamentos de que há registo no rio Tejo⁵⁶, apenas 16 apresentam vestígios ou estão ainda construídos, dos quais 7 permanecem habitados⁵⁷.

Não se pretende, neste trabalho, caracterizar ou estudar cada um dos assentamentos exaustivamente, apenas ilustrar a expressão destas aldeias no contexto ribeirinho nacional. Para então enquadrar o estudo de caso, o bairro Avieiro da Póvoa de Santa Iria. Das imagens que se seguem, a primeira (Figura 19) representa esquematicamente a disposição, ao longo do rio, das aldeias mais significativas, tornando-se clara uma ocupação das margens que se pode confinar entre os concelhos de Abrantes e Vila Franca de Xira. As restantes imagens são exemplos pertinentes de assentamentos Avieiros ainda hoje existentes, e que apresentam diferentes estados de conservação (Figuras 20 a 25).

⁵⁵ Alcidio Gasparinho, *op.cit.*, 1990/91, p.19.

⁵⁶ Segundo a Investigação de João Palla, Associação dos Arquitectos Sem Fronteiras (Portugal) - *A Arquitectura das Casas Avieiras*, Actas do 1º Encontro Nacional da Cultura Avieira, 2010

⁵⁷ Id. *ibid.*

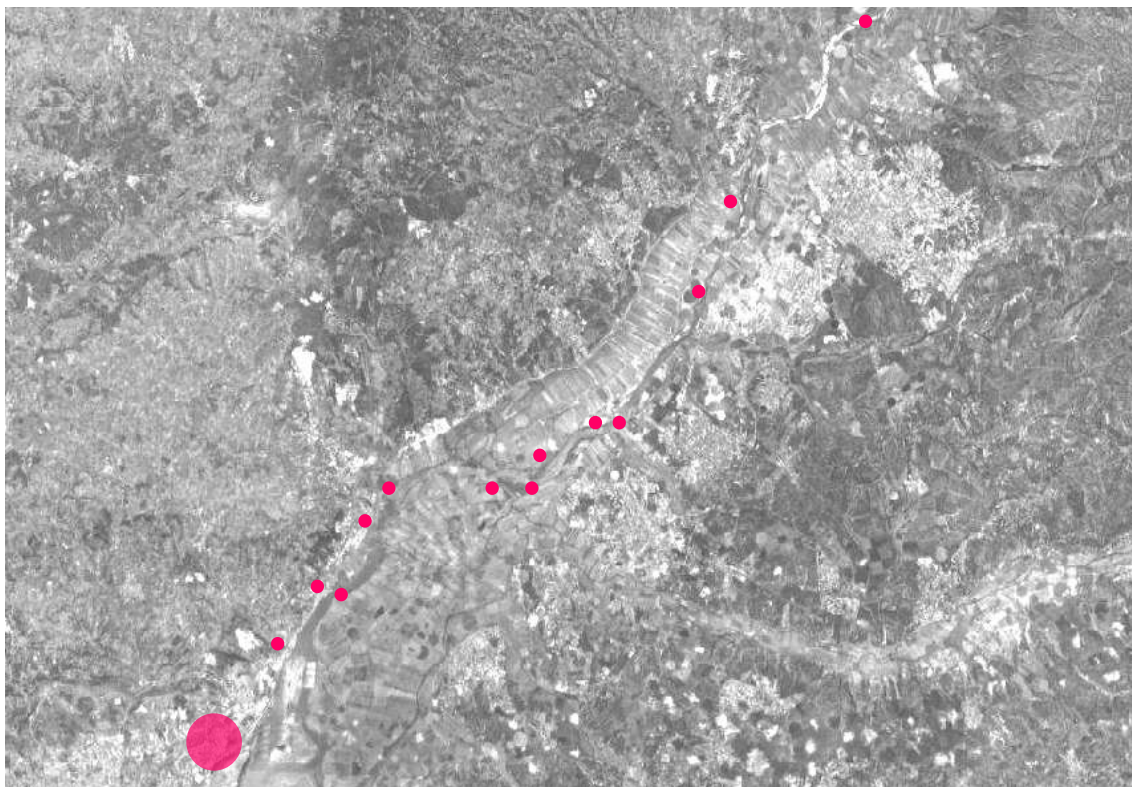


Figura 19 - Representação geral das aldeias avieiras no Tejo.
(Fonte: edição sobre Google earth)



Figuras 20 e 21 - Aldeia do Patacão, hoje desabitada e completamente em ruína.
(Fonte: Renata Ferreira, 2010)



Figuras 22 e 23 - Palhota, ainda habitada e com alguma actividade piscatória.
(Fonte: Renata Ferreira, 2010)



Figura 24 e 25 - Caneiras, aldeia habitada onde ainda existem pescadores activos mas também algum turismo habitacional.
(Fonte: Renata Ferreira, 2010)

5.3. A aldeia Avieira na Póvoa de Santa Iria

O assentamento Avieiro de que se irá falar seguidamente surge por volta da década de 1960 como resultado de mais um processo de deslocação desta população. A certa altura a pesca começou a escassear nas zonas onde se instalaram⁵⁸, dando-se um acréscimo significativo nas dificuldades económicas das famílias. A área de Vila Franca de Xira era uma das zonas reconhecidas como rica em recursos⁵⁹, uma vez que os Avieiros, ao se dedicarem um pouco à agricultura no verão, época mais escassa em peixe, já comercializavam por ali os seus produtos, especialmente o melão que plantavam ou compravam aos agricultores⁶⁰. Embora tivessem conhecimento deste facto, de que quanto mais próximo do estuário do rio mais abundância havia de peixe, a sua licença de pesca não permitia usufruir daquela área. No entanto, tal como lutaram pela possibilidade de se instalarem junto ao rio, também se impuseram às adversidades então presentes. Insistiram na possibilidade de pescar e assentar naquela área e durante algum tempo lutaram por esse direito, geraram conflitos com a população e as entidades públicas. No entanto em todo o concelho de Vila Franca de Xira houve um esforço pela legalização (nas três aldeias existentes: Vila Franca de Xira, Alhandra e Póvoa de Santa Iria), chegando a haver autorização para construir na Póvoa de Santa Iria⁶¹ e tendo sido facultada gratuitamente a licença de pesca aos membros desta comunidade.

A migração para sul, para o concelho de Vila Franca de Xira não foi única, encontra-se antes inserida num conjunto de migrações que aconteceram na mesma época, a propósito da escassez de peixe já referida. Estas migrações aconteceram, não só para outros pontos do rio Tejo como também para o rio Sado, em Alcácer do Sal, havendo portanto comunidades de pescadores hoje ali instaladas que pertenceram outrora às aldeias Avieiras do Tejo e que hoje formam naquela localização um núcleo Avieiro⁶².

⁵⁸ «A partir da metade dos anos cinquenta as alterações que surgiram no leito do Tejo, como por exemplo as barragens, alteraram a sua estrutura física segundo M. Morais 1985:20, o que impedia a reprodução do peixe de água salgada que habitualmente desova a montante dos rios de água doce, como por exemplo o sável. O desenvolvimento da agricultura, com a utilização de produtos químicos, originou que as águas do Tejo ficassem poluídas, provocando a diminuição do peixe no rio» Alcídio Gasparinho, *op.cit.*, p.24

⁵⁹ Henrique Souto, *A Comunidade Avieira da Póvoa de Santa Iria*, 1998.

⁶⁰ «A partir dos anos cinquenta desciam o rio até à Vala do Carregado e Vila Franca de Xira aqui permaneciam na actividade dos meloais, vendendo e comprando melão, fazendo do Esteiro do Nogueira uma autêntica feira do Melão, passado o verão voltavam novamente às suas aldeias», Alcídio Gasparinho, *op.cit.*, p.26.

⁶¹ «(...) Os da Casa Branca e da Palhota estabeleceram-se na Póvoa de Santa Iria onde construíram um bairro clandestino, obviamente sem qualquer infra-estrutura. // No entanto conseguiram por influência da Junta Central da Casa dos Pescadores, a legalização do bairro que o desenrolar dos acontecimentos foi atenuando e gozaram até da benevolência, tanto da Administração do Porto de Lisboa como do próprio governo, que lhes concederam facilidades para adquirirem os materiais e até protecção.», idem, p.31 e 32.

⁶² Henrique Souto, *op.cit.*, 1998.



Figura 26 - Assentamento Avieiro Palafítico

Assim surge a Aldeia Avieira da Póvoa de Santa Iria, um aglomerado de casas não palafíticas (Figura 27) patrocinadas pelos apoios anteriormente referidos e construídas pelos próprios pescadores. São antecidas por um conjunto de construções em madeira (Figura 26), maioritariamente arrumos dos apetrechos de pesca elevados em estacas e pontões em madeira que se articulam até ao rio (há relatos de que os primeiros cais não se articulavam, sendo constituídos por escadas de madeira que desciam até ao barco, consoante a altura das águas⁶³). Estes arrumos enquadram-se na classificação de construções precárias onde os Avieiros acabavam por residir e se abrigar apesar de as construírem com o intuito de arrumações apenas.

Não é portanto consensual qual das partes terá sido construída primeiro, o bairro em alvenaria ou o aglomerado de cais. Isto é, de acordo com a origem dos assentamentos Avieiros originais, primeiro surgiam as *barracas* erguidas ou não em estacas, mas sempre de carácter básico e precário. Mais tarde com o acumular de rendimentos adquiriam material para poderem construir melhores casas, mais confortáveis, dignas de quem passa dias num barco pelo seu esforçado trabalho. Alguns autores indicam que os cais e os arrumos terão surgido já posteriormente à construção do bairro em alvenaria⁶⁴, outros referem-se aos aglomerados em palafitas como originais, e mais tarde à construção do Bairro dos Pescadores⁶⁵. A ocupação,

⁶³ João Palla, *op.cit.*, 2010.

⁶⁴ “Embora o bairro original esteja construído a cerca de 50 metros do nível médio das águas do estuário, os pescadores acrescentaram-lhes várias barracas em madeira, para guarda de artes e outros materiais, e vão continuamente fazendo cais palafíticos, também em madeira, que permitam um mais fácil acesso às embarcações (...)” - Henrique Souto, *op.cit.*, 2008.

⁶⁵ (...) núcleo palafítico que se divide em duas zonas: a primeira destinada a cais e embarcações de recreio e a segunda destinada aos pescadores. (...) Os Avieiros viviam em três linhas de casas construídas por volta de 1960 (...).João Palla, *op.cit.*, 2010

sempre tempestuosa deste povo, leva a crer que primeiro terão forçado a fixação do assentamento de forma totalmente informal e precária⁶⁶ tendo só depois obtido autorização para construir e apoios para o fazer de forma mais permanente. Alcídio Gasparinho clarifica, a questão ao descrever o processo de negociações entre a APL (Administração do Porto de Lisboa), a Casa dos Pescadores e a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Segundo o autor a ocupação das margens do rio neste concelho foi feita de forma invasiva por parte dos Avieiros que buscavam a possibilidade de se instalar e fazer a sua vida por ali. Ocuparam as pequenas áreas de Vila Franca de Xira, Alhandra e Póvoa de Santa Iria com barcos mais velhos e diminutas barracas para a reparação dos mesmos. Assim habitavam aquelas margens e iam procedendo a construções mais resistentes começando a luta pelo direito de construir nas imediações do rio. E é num contexto de análise da *deplorável* situação das comunidades Avieiras, que surgem as negociações entre as entidades competentes sobre como agir, de onde resulta a autorização por parte da APL para a construção efectiva de habitação na Póvoa.



Figura 27 - Núcleo Avieiro não palafítico, demolido.
(Fonte: Marco Aurélio, 09/1996 - Espólio Fotográfico da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira)

João Palla aponta “cerca de 35 pescadores ainda em actividade”⁶⁷, no entanto nenhum será já residente no bairro, uma vez que as casas em alvenaria foram todas demolidas, sendo estas substituídas pelo *novo Bairro dos Pescadores* construído a algumas

⁶⁶ “Tinham experiência neste tipo de fixação. (...) Consistia em fazerem durante a noite as barracas de caniço, ocupando-as de seguida com os utensílios que possuíam, com os velhos e as crianças. Em Vila Franca de Xira o processo foi similar, diferindo, na qualidade dos materiais, que não eram de caniço, mas de madeira, de troncos, de latas, etc.. construíam-nas ao fim-de-semana, aproveitando assim, a ausência dos funcionários da APL.” Alcídio Gasparinho, *op.cit.*, p.37

⁶⁷ Idem, p.69.

centenas de metros de distância, associado a um programa PER - Plano Especial de Realojamento - aplicado pelo município e pelo qual a população já ansiava há vários anos⁶⁸ (Figura 28).



Figura 28 - Novo Bairro dos Pescadores

Uma das características mais pertinentes nesta comunidade é a sua variedade de origens. Mesmo sendo um bairro denominado como Avieiro é possível perceber a coexistência multicultural, havendo uma proximidade entre as diferentes comunidades de pescadores migrantes que procuram usufruir da área (avieiros, varinos, murtoseiros, outros). Assim, este pescador nómada relaciona-se directamente com aqueles que integram desde sempre a comunidade ribeirinha, e com os que usufruem da proximidade ao rio e pescam por lazer⁶⁹. As gerações mais recentes tendem a romper com esta instável, mesmo mísera, forma de vida que caracteriza toda a história do povo Avieiro e portanto definem novas ambições pessoais e perspectivas profissionais, adaptadas à realidade contemporânea em que se inserem.

⁶⁸ De acordo com artigos do jornal local e depoimentos orais de alguns moradores, esta construção era muito desejada, as casas encontravam-se em estado de degradação, no entanto importa clarificar que em muitos casos os moradores não melhoraram as suas habitações (tão queridas por serem parte de si e do seu esforço) pela constante sombra de uma ordem de demolição (hoje afixada nas *barracas* que restam) que significaria a perda de todo o valor investido. Assim, a solução apresentada foi o realojamento e a demolição das casas outrora autorizadas. Esta informação foi recolhida numa das várias visitas ao local e confirmada em dois artigos do seguinte jornal: *Vida Ribatejana (Pescadores estão fartos de esperar pelo novo bairro* - pág 7, nº4149, 14-11-2001; *Avieiros da Póvoa desesperam pela construção do novo bairro* - pág.3, nº4190, 28-08-2002)

⁶⁹ «Coexistem no núcleo palafítico duas áreas distintas, as construções dos avieiros e as das embarcações de recreio», João Palla, op.cit., pág 69.

Quebram-se as barreiras de uma comunidade tida como independente e pouco sociável, estreitam-se as relações e busca-se a integração plena no contexto urbano.

5.4. Os assentamentos avieiros na prática do espaço informal e da arquitectura vernacular

Em síntese, os “ciganos do Tejo”⁷⁰ são um povo tendencialmente nómada, que vive dos recursos possíveis de extrair ao mar e ao rio. Um povo que tenta erigir, por cima de um passado de imensa pobreza e necessidade, as condições para uma maior qualidade de vida. Um povo que não tem medo de enfrentar a aventura e partir em busca de mais e melhor, mas que almeja fixação, habitação condigna e consequentemente alguma estabilidade socioeconómica.

Primeiro o barco, depois a casa, aí a aldeia e o princípio de uma relação com o que envolve o rio. O caminho percorrido neste capítulo é a evolução vivida por este povo que se procura caracterizar. De nómada a sedentário e de individualista a membro de uma comunidade, o Avieiro constrói um lugar e parte de uma cidade, sabendo aplicar a tradição - *o vernacular* - e forçar a sua sobrevivência num mundo formalizado e cada vez mais urbanizado - *o informal*.

⁷⁰ Alves Redol, *Avieiros*, 1942.

6. O Bairro Avieiro no contexto da Cidade

Este capítulo analisa o assentamento avieiro da Póvoa de Santa Iria enquanto espaço associado a um espaço urbano. Facto que efectivamente o distingue de todos os outros que surgiram ao longo do Tejo (salvo algumas excepções, também no concelho de Vila Franca de Xira). Exploram-se as características da cidade que o alberga, dormitório periférico do grande centro urbano que é Lisboa e procura-se compreender as características físicas e sociais mais pertinentes da relação entre a cidade, o rio, a metrópole e o bairro avieiro.

6.1. A Póvoa de Santa Iria

Localizada nas imediações da grande cidade de Lisboa, apresenta-se como uma área periférica que terá sido no passado um centro de produtividade nacional. Terá pertencido aos concelhos de Loures, Alverca e Vila Franca de Xira, pertencendo hoje a este último. Datam de muito cedo, aproximadamente do século XV, relatos da existente marinha de sal da Póvoa de Santa Iria, bem como a rica produção de azeite, elementos que fabricavam riqueza para a zona e para o país. Trata-se de uma povoação pequena cujo traçado urbano se constrói organicamente, entre o prestigiado ponto de referência e de História, o Palácio da Quinta da Piedade e o rio Tejo. Vê o seu crescimento acentuado a partir do século XIX. Vivia, a sua população, essencialmente da pesca, do sal e dos transportes fluviais, quando o surgimento do Caminho-de-ferro em 1956 possibilita uma expansão do mercado industrial e várias indústrias se instalam na zona⁷¹. Esta industrialização é um padrão comum em diversas freguesias da margem do rio Tejo, principalmente devido a uma oscilação entre a indústria e as actividades agrícolas que permitiu este crescimento e o aproveitamento dos recursos existentes. Estas fábricas, embora surjam maioritariamente no século XX, são o espelho de um caminho rumo à industrialização e urbanização da área. Paralelamente, o desenvolvimento dos transportes e o crescimento do centro urbano que é Lisboa repercute-se nas áreas adjacentes, crescendo e evoluindo estas áreas periféricas, tais como a freguesia em estudo. O núcleo urbano secular, que é a Póvoa de Santa Iria, vê-se hoje aglutinado por um crescimento exponencial e descaracterizador, cuja consequência mais directa é a semelhança a um grande dormitório suburbano. Hoje, a cidade tem cerca de 30 mil habitantes e pouca população envelhecida⁷².

⁷¹ Informação retirada do site da junta de Freguesia da Póvoa - <http://www.jf-povoasantairia.pt/index.php> (consultado em 15.07.2011)

⁷² Id, *ibid*.

6.1.1. No contexto Metropolitano

O estudo da Póvoa de Santa Iria enquanto espaço urbano torna indissociável esta questão, apontada no parágrafo anterior, uma vez que a sua condição de cidade se prende intimamente com a integração na área metropolitana de Lisboa.

A própria morfologia urbana ilustra uma expansão caracteristicamente linear que comprova a valorização de determinadas aproximações espaciais em detrimento da desvalorização do próprio centro, por exemplo. O centro urbano da Póvoa de Santa Iria fixa-se num ponto que ainda hoje apresenta algum destaque do ponto de vista da disposição geográfica. No entanto a forma alongada e estreita da cidade confina-se claramente às importantes vias de comunicação e transportes: o Rio Tejo, a Linha Ferroviária do Norte e a Estrada N10. Dando assim primazia à relação com o grande centro urbano. A cidade estende-se ao longo de um percurso que tem origem, física e social, no centro de Lisboa, sendo um claro exemplo de “*periferia espontânea*” que embora não planeada, surge por condicionalismos directos e concretos. Tais como o aumento da população na cidade e a necessidade de mais oferta habitacional, e o surgimento de mais e melhores vias de comunicação que permitiram o acesso mais rápido a essa mesma oferta. Estes aglomerados periféricos, nos quais se insere a Póvoa de Santa Iria, são caracterizados por serem maioritariamente residenciais e apresentarem um crescimento realizado por adições sucessivas que se organizam através de uma estrutura viária já existente⁷³. São espaços urbanisticamente descaracterizados, dada a sua génese de investimentos pontuais privados, onde a especulação imobiliária anula a identidade e a legibilidade urbanas.

O núcleo histórico, um espaço urbano já localizado entre a extensa área industrial ribeirinha e algumas vias de comunicação terrestres importantes, vê-se, mais tarde (hoje), aglutinado pelo que é a expansão da metrópole. A extensão das periferias e a consequente criação de uma área metropolitana concêntrica tende a desvitalizar e descaracterizar este espaço original, fazendo da cidade uma estrada que liga a Lisboa. A proximidade à capital pode ser uma mais-valia, traduzindo-se numa fonte de desenvolvimento e crescimento local. No entanto é importante combater a descaracterização urbana patente na busca pela identidade espacial e social. Esta encontra-se no que de mais intrínseco possui o espaço, a história, a cultura e as pessoas.

6.1.2. No contexto da Proximidade do Rio

É no contexto da análise da malha urbana na sua proximidade ao Rio Tejo, que ressalta uma das mais importantes características locais, que ao mesmo tempo a relaciona novamente a área urbana em estudo à área metropolitana que a engloba. A linha Ferroviária

⁷³ Álvaro Domingues, *passim (Sub)úrbios e (Sub)urbanos - o mal estar da periferia ou a mistificação dos conceitos?*, 1994/5, p.5-18

estabelece-se como uma barreira física de grande impacto, sendo frequentemente uma linha divisória entre a função habitacional e a produção industrial. Esta situação mantém-se em ambos os sentidos da linha, no entanto será mais pertinente a situação que se aproxima à capital. Sabe-se que grande parte da actividade industrial na zona está desactivada e portanto esta faixa que distancia a cidade do rio torna-se gradualmente num espaço obsoleto, degradado e desconcertante do ponto de vista da paisagem urbana. A proximidade ao rio deve ser interpretada como uma característica muito própria da Póvoa de Santa Iria e de outras áreas consideradas meras periferias ou dormitórios da área metropolitana de Lisboa. No entanto o abandono e degradação destas áreas bem como a barreira física que a Linha Férrea proporciona, geram uma segunda noção de segregação (sendo a primeira a conotação negativa que se poderá atribuir ao estado actual da cidade enquanto “mera” periferia) desta vez no sentido da paisagem ribeirinha.

Esta questão é particularmente importante do ponto de vista da situação em estudo, o Bairro Avieiro da Póvoa de Santa Iria, uma vez que se depreende então uma dupla marginalização. Por um lado, aquela que advém de toda a situação específica da comunidade, da ilegalidade do assentamento e da segregação comunitária. Por outro aquela que resulta da sua situação geográfica, em clara descontinuidade com a malha urbana e com a vivência da cidade.

6.2. Uma necessidade mútua de integração

Assim, apontar o potencial de intervir neste espaço ribeirinho é pensar também numa estratégia global de intervenção nas áreas periféricas descaracterizadas. A regeneração destas zonas *marginais* em contacto directo com o rio poderá ser uma medida de actuação eficiente, contribuindo para uma maior continuidade espacial, bem como para um caminho no sentido de reforçar a identidade arquitectónica e urbanística dos lugares. Ora, intervir com esta perspectiva de caracterização e busca de continuidade numa área cuja problemática da marginalização e fragmentação do espaço é tão intensa, como observado anteriormente, é imperativo.

A acompanhar a margem do Tejo, o Bairro Avieiro detém o potencial caracterizador que a área de intervenção necessita, isto pela conotação cultural e vernacular que lhe é inerente. A tradição tão específica do quotidiano Avieiro atribui à área uma atmosfera comunitária completamente distinta da vivência do espaço urbano em que se insere, daí se poder reforçar ainda mais a importância da preservação física e sociológica da cultura presente. Acredita-se que esta tenha o poder de atribuir vida e identidade a um lugar tão descaracterizado quanto destinado ao abandono.

7. Proposta de Desenho Urbano

Esta parte do trabalho materializa o que se teoriza anteriormente. Numa perspectiva inicialmente de análise, procura-se compreender as características essenciais do local, da área de estudo e seus constituintes. Após essa análise tomam-se decisões projectuais e actua-se no local numa perspectiva de valorização do assentamento avieiro informal e da manutenção das suas práticas vernaculares, buscando acima de tudo a sobrevivência cultural e social da comunidade.

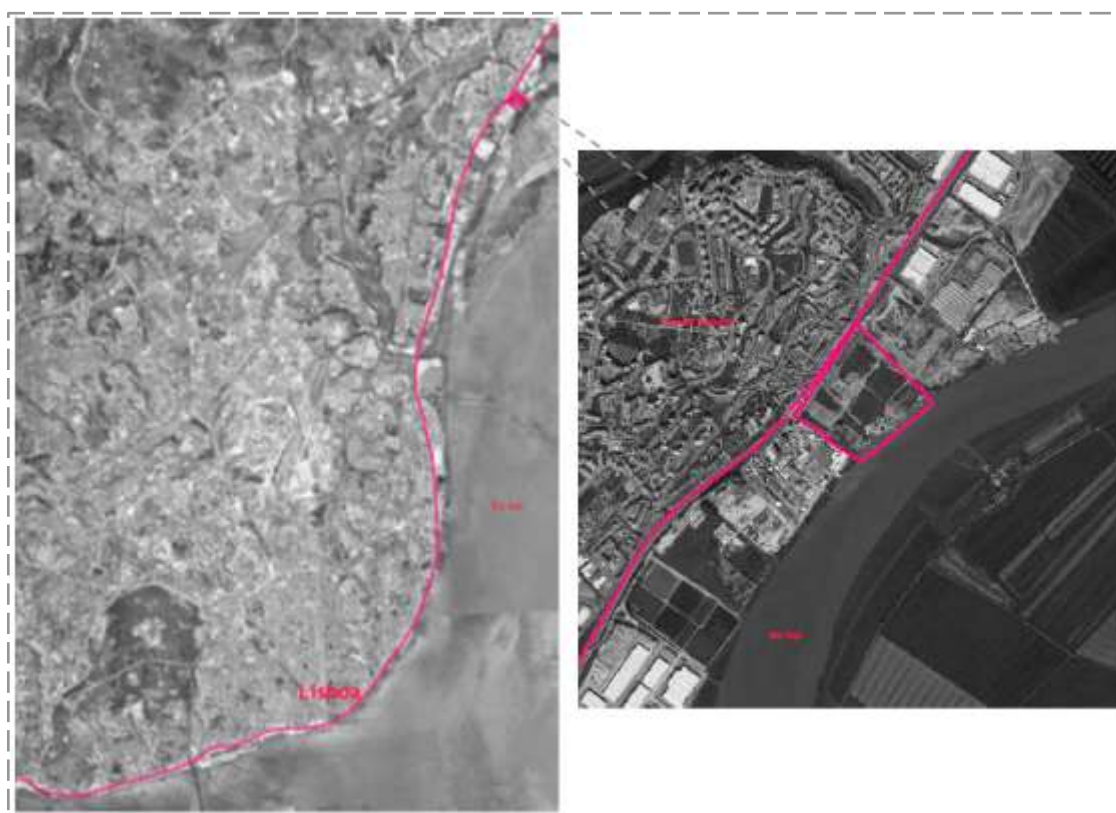


Figura 29 - Localização da área de intervenção enquadrada entre o rio e a linha férrea
(Fonte: edição do autor sobre Google earth)

De acordo com o mencionado no capítulo anterior, a relação espacial e urbanística entre a cidade e o bairro Avieiro tem algo de peculiar, particularmente, tendo em conta as problemáticas da dispersão e/ou marginalização dos lugares. Assim, apesar de qualquer bairro avieiro ser relevante para o estudo de questões como a arquitectura vernacular e a construção informal do espaço, esta situação concreta representa uma ilustração clara das problemáticas estudadas. Enquanto caso de aproximação à cidade e tentativa de integração na sociedade que a constitui reforça, na prática vernacular do assentamento, a informalidade e o desenquadramento perante a realidade legal contemporânea. Reforça ainda a diferenciação social e a urgência de intervenção, principalmente pela aproximação dos casos (Esquema da localização e marginalização do lugar pelas suas barreiras apresentado na Figura 29). Isto é, a construção do bairro Avieiro na cidade permite a observação directa das

discrepâncias mais flagrantes e é isso que o torna tão interessante, neste contexto. Se por um lado as condições de habitabilidade e salubridade em geral são preocupantes, por outro a descaracterização e falta de identidade cultural e local também urge resposta. É um estudo de caso que permite analisar e materializar uma possível relação entre o formal (tantas vezes descaracterizado) e o informal (tantas vezes precário), potenciando a coerência e interligação de conceitos que comumente se têm por opostos mas que naturalmente se tendem a relacionar e equilibrar, tal como analisado no capítulo 3.

7.1. Caracterização da área de estudo

O bairro Avieiro da Póvoa de Santa Iria, cujas características essenciais enquanto assentamento específico desta comunidade, foram enumeradas anteriormente, encontra-se actualmente em estado de degradação pela falta de intervenção (ver fig. 30). No local, permanecem apenas os edifícios classificados como arrumos para apetrechos de pesca, que se encontram sob a ameaça iminente da demolição, uma vez que existem ordens municipais para que tal aconteça. Foi possível avaliar o estado de degradação dos edifícios a partir das visitas feitas ao local, onde ressaltam claramente as razões da ilegalidade e informalidade do espaço. O assentamento resulta de uma aglomeração de edifícios abarracados onde prevalece o emprego da madeira, material de excelência na tradição construtiva em causa, bem como a aplicação de alguns elementos metálicos ou plásticos, que muitas vezes acompanham o primeiro ou servem de cobertura.



Figura 30 - Imagens ilustrativas do estado de degradação do bairro

Com aproximadamente 18,7 hectares, a área de intervenção apresenta-se no espaço existente entre a linha férrea e o rio Tejo, bem como no alinhamento exacto entre o assentamento avieiro e o núcleo da cidade. Tal como a planta seguinte permite analisar (Figura 31), o espaço entre o bairro e a área urbana é bastante disperso, provavelmente devido à

proximidade à área mais industrializada, bem como à anterior utilização de parte destes solos enquanto salinas⁷⁴. A proximidade ao rio e as suas consequentes cheias periódicas ou ainda a barreira física criada pela existência do caminho-de-ferro são também dois argumentos aceitáveis para a existência destes vazios. No entanto, a expansão prevista para a cidade já está definida nesta zona (sendo no entanto um espaço mais abrangente que o estudo de caso aqui apresentado), sendo claro para a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira os benefícios de expandir a área urbana junto ao seu próprio núcleo e no sentido do rio.

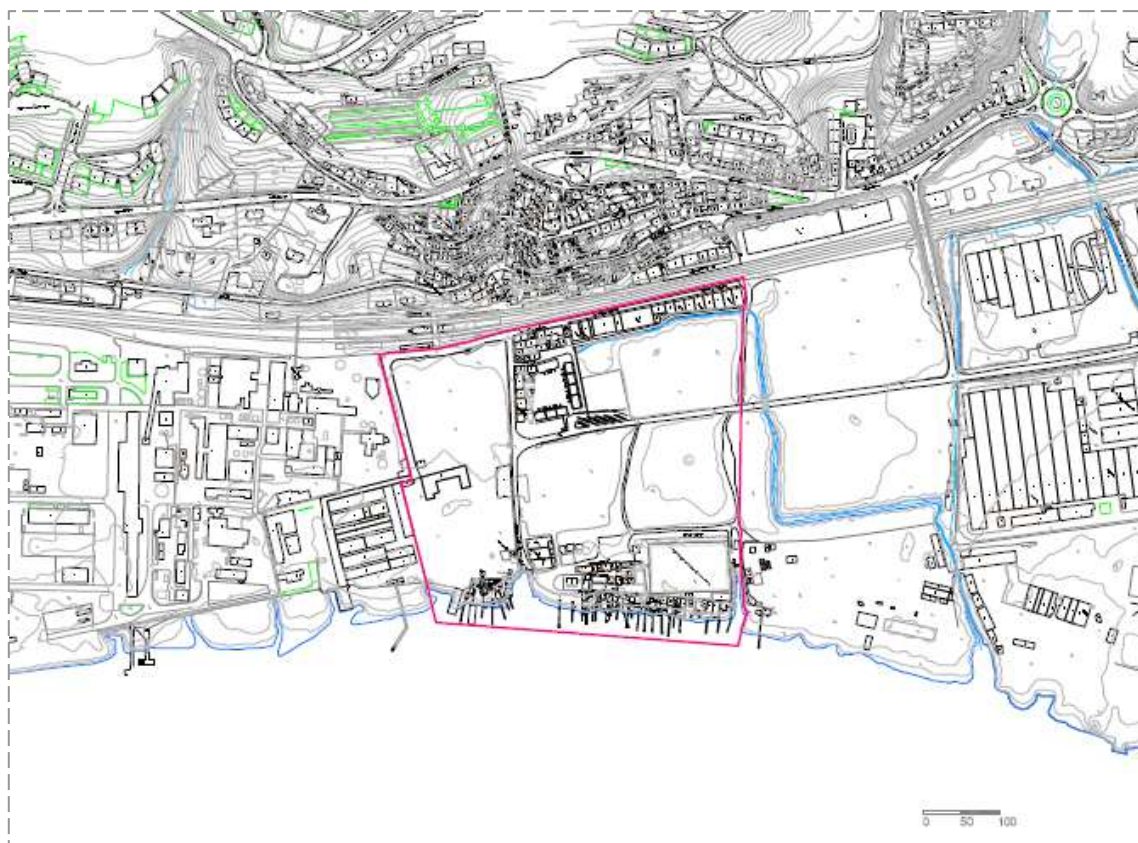


Figura 31 - Planta de Localização da área de intervenção

Esta implantação⁷⁵ para a intervenção foi escolhida através da análise do assentamento Avieiro, pretendendo estender-se até à linha férrea para cumprir um dos maiores objectivos projectuais que passa pela continuidade com a malha urbana existente. Nesta planta de localização (Figura 31) é possível analisar a quantidade de espaço livre, isto

⁷⁴ Em conversa com a geógrafa do departamento de Urbanismo da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Dra. Júlia Reis

⁷⁵ A planta em questão terá sido cedida pelo departamento de Urbanismo da CMVFX e é sobre a mesma que todas as restantes peças desenhadas são efectuadas.

é, baldios, bem como a fraca presença de espaços verdes na envolvente, não sendo perceptível a existência de qualquer estrutura verde urbana.

Como se pode ainda analisar nesta mesma planta, existe efectivamente uma distinção muito acentuada entre um lado e outro da linha férrea. Por cima percebe-se que o núcleo mais antigo, compacto, se dispersa em ambas as direcções sob a forma de pequenos grupos de edifícios que fragmentam o espaço e quebram a continuidade. Abaixo da linha, a dispersão é total, havendo grandes espaços vazios e enormes áreas industriais (activas ou não), tipologicamente desenquadradas da malha urbana.



Figura 32 - Planta das diferentes tipologias existentes

A área desta intervenção é ocupada em apenas 19% (aproximadamente) com construções, sendo que a área destinada à habitação é a que se encontra mais próxima do núcleo urbano, como se pode verificar. Nesta mesma área situa-se o “bairro dos pescadores”, um conjunto de habitação social onde se encontram realojados os Avieiros que residiam na frente ribeirinha, em habitações hoje demolidas. O espaço destacado na Figura 32, junto à fábrica já desactivada, aparenta ser um terreno baldio ocupado diariamente por automóveis, dada a necessidade de estacionamento junto à estação ferroviária da Póvoa de Santa Iria (localizada fora da área de intervenção mas imediatamente por cima deste espaço) e às indústrias aí situadas. Os edifícios industriais junto à linha férrea e os armazéns e oficinas mais próximos do rio, permitem observar nesta área um carácter múltiplo de utilizações e actividades locais. O próprio campo de futebol, hoje desactivado e abandonado, permite

acentuar também esta vasta utilização do espaço, que vai para além da utilização feita pela comunidade Avieira existente e ainda em actividade.

A figura 33 representa a dimensão dos edifícios de acordo com o número de pisos de cada um. No núcleo habitacional que se localiza junto à linha do caminho-de-ferro os edifícios variam entre 1 e 3 pisos, sendo portanto uma característica que o identifica formal e esteticamente com o outro lado da linha. Há uma intenção de continuidade e de tentar atenuar a barreira que é a linha férrea. Ressalta ainda a imponência do edifício fabril desactivado, a antiga moagem industrial “Moinhos de Santa Iria”⁷⁶, com os seus 5 pisos. Hoje abandonado e em fase de degradação, este edifício detém características arquitectónicas bastante relevantes, sendo também parte integrante da história local (Figura 34).

O bairro Avieiro é, tal como tradicionalmente se esperaria, constituído apenas por edificações com um piso, embora distintas de todas as restantes pela sua construção elevada em palafitas bem como pela ligação directa aos cais.



Figura 33 - Planta referente ao número de pisos de cada ao edifício.

⁷⁶ U18 expansão da póp... pág 55 e 56

DA ARQUITECTURA VERNACULAR À INFORMALIDADE CONTEMPORÂNEA DOS ASSENTAMENTOS. OS AVIEIROS
DA PÓVOA DE SANTA IRIA, PROJECTO DE REGENERAÇÃO



Figura 34 - à esq.: continuidade urbana apesar da divisão física; à direita: Moinhos da Póvoa, fábrica de moagens desactivada



Figura 35 - Planta referente ao estado de conservação dos edifícios

Na Figura 35 ressalta o estado de degradação do bairro Avieiro existente⁷⁷. Consideram-se todas estas edificações como precárias exactamente pela degradação elevada que se observa nos arrumos. Para além da construção em madeira que tende a degradar com maior facilidade, estes edifícios não terão sido intervencionados periodicamente para melhorias, como suposto, dada a polémica de uma constante ameaça de renovação urbana na área⁷⁸. Percebe-se, ainda a partir desta imagem, a aglomeração das construções, a sua proximidade (pouco salubre) e a consequente difícil distinção de propriedade. Isto é, como a Figura 36 permite reforçar, os cais servem de acessos individuais ao barco, tudo levando a crer que há uma relação directa entre cada cais e as construções que com ele se alinham. Torna-se analisável então, uma tipologia peculiar de evolução construtiva que não tem par noutros assentamentos avieiros⁷⁹, justificando-se assim a especificidade do local e a necessidade de preservação do máximo possível. No entanto a disposição dos edifícios mais instáveis retira a possibilidade de definir directamente um caminho para a legalização, uma vez que não é possível sequer compreender a organização ou hierarquia espacial nestes edifícios *amontoados*.



Figura 36 - Extracto de uma fotografia aérea do bairro.
(Fonte: Dário Queiroz, Espólio fotográfico da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira)

⁷⁷ Tal como a planta geral da área urbana, estes dados são parte integrante da análise feita pelos órgãos de urbanismo da CMVFX. Informação esta associada à mesma planta geral da Póvoa de Santa Iria que se encontra na base de todas as peças desenhadas.

⁷⁸ Artigos do jornal local comprovam que há muito se esperava por uma acção de realojamento, e consequente demolição dos edifícios existentes, havendo portanto retracção por parte dos moradores em melhorar as suas habitações e arrumos para a pesca (em anexo).

⁷⁹ Apenas se encontra uma aproximação com esta tipologia evolutiva na criação do elemento cozinha nalgumas aldeias Avieiras, onde surge qual anexo e muitas vezes separado por uma via de transitável. Apesar de ser exactamente essa a situação entre o bairro de casas hoje já demolidas e os *arrumos*, a disposição destes em relação ao cais parece surgir mais de um processo intenso de aglutinação, sem nenhum tipo de libertação de espaços.

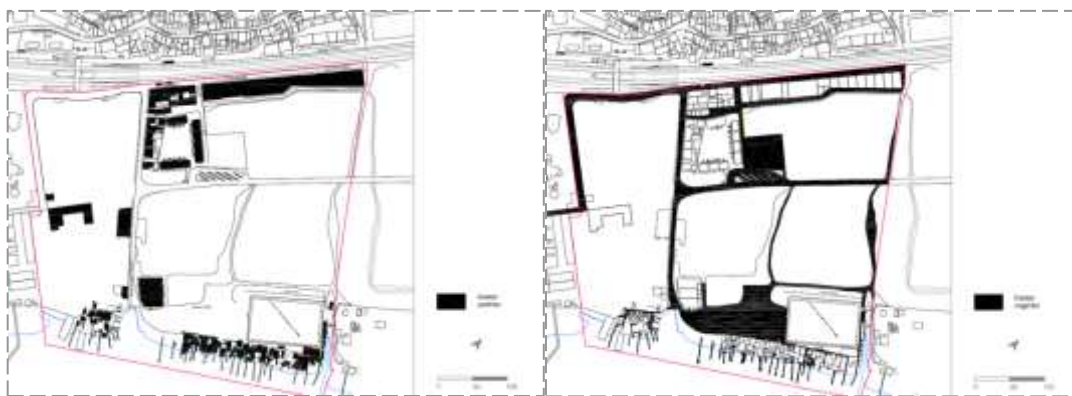


Figura 37 - Espaço positivo e negativo existente

As plantas que representam a caracterização do espaço positivo e do espaço negativo da área de intervenção (Figura 37) comprovam, acima de tudo, a situação dispersa de que já se tem falado ao longo deste capítulo. No entanto é perceptível uma maior fragmentação do espaço positivo, numa perspectiva geral da área, ao passo que a rede viária e espaço público, espaço negativo, apresenta uma clara intencionalidade de comunicação. Encontra-se em ambos os extremos (junto à linha do caminho-de-ferro e ao rio) uma clara intenção de continuidade espacial, num lado um quarteirão consolidado e em continuação (pela disposição definida apenas) com a malha urbana e no outro o bairro avieiro, cuja consolidação do espaço edificado é aparentemente total e cuja formação inicial (ainda com as habitações edificadas) indicava uma aproximação à cidade num sentido de evolução.

A disposição das vias de circulação, ainda que não pavimentadas nem estruturadas, na sua maioria, deixam claras intenções de circulação e tendem a confinar os espaços sobranceiros, hoje devolutos, numa interessante formalização da área. Os cais em madeira dispõem-se de tal forma que aparentam uma ligação contínua, uma forte conexão com o restante espaço negativo, sendo então, acima de tudo um prolongamento do espaço negativo da envolvente.

A figura que se segue (38) ilustra a análise feita no espaço que permite a materialização da busca pela identidade do lugar, pelo *código genético* que se encontra implícito. Associada à visão de que a cidade é um organismo cuja evolução e crescimento acontece de acordo com determinados padrões específicos, estudada na primeira parte desta dissertação, surge esta metodologia de análise. Como a primeira secção da figura permite perceber, surgem três tipos diferentes de malhas associadas ao espaço: uma no núcleo urbano; outra no *corredor* industrializado entre o rio e a cidade; e outra junto ao rio, associada à espacialidade do assentamento. Assim, depreende-se que o tratamento em ambos deverá ser diferente, havendo necessidades divergentes. Assume-se também, dada a importância do assentamento informal, que este deverá influenciar a proposta de forma genérica. E dessa interligação das duas situações surgem as manchas da terceira parte da figura, que evidenciam os pontos de grande interesse para a relação das três zonas.

Numa perspectiva mais próxima da escala da arquitectura, surge uma análise das dimensões associadas às construções palafíticas existentes e seus cais. Pretende-se ter

referências para a reconstrução dos edifícios que não será possível manter, bem como os cais. Procura-se com este estudo formal do assentamento, criar também ferramentas para medidas de recuperação arquitectónica, que embora não explorada neste trabalho, seria umas das fases seguintes a percorrer.

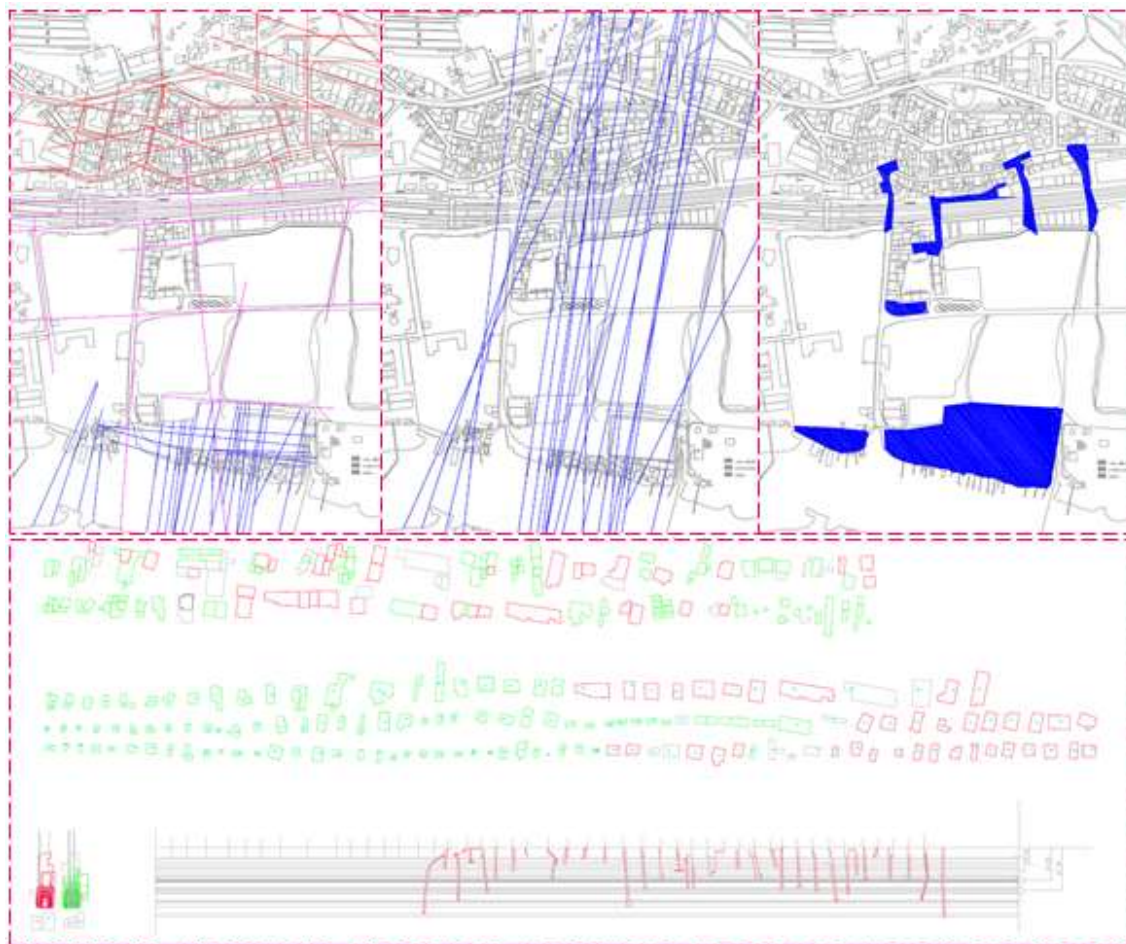


Figura 38 - Análise formal do lugar e seus constituintes. Busca da identidade espacial.

Finalmente, a Figura 39 é a planta que define que espaços são mantidos e quais os demolidos. No assentamento Avieiro apenas são demolidos os edifícios que se encontram em elevado grau de destruição, de acordo com o levantamento do estado de conservação, apresentado anteriormente. O único edifício associado a este local que irá ser demolido sem estar classificado como degradado é o armazém para reparação de barcos que se localiza entre o campo de futebol (hoje inutilizado e por isso a demolir também) e os muros que confinam o bairro entre a água e uma pequena porção de terra (sendo este descaracterizador do espaço e incompatível a sua permanência com a demolição do campo). As restantes demolições atingem apenas os edifícios totalmente em ruína e cujas funções não foi possível averiguar.

Tal como o falado na primeira parte, há nesta proposta, uma intenção clara de preservação e melhoria através do que já existe, uma busca de aprendizagem *in situ* e a clara convicção que a identidade local passa por *ler* o espaço urbano, seja ele mais ou menos

consolidado. Ora, a definição de demolição só faz parte desta proposta pela necessidade óbvia de garantir a qualidade habitacional e espacial.



Figura 39 - Planta dos edifícios a demolir e dos que se irão manter na proposta

7.1.1. Conformidade com os instrumentos de Gestão Territorial

A relação da área de intervenção com os instrumentos de gestão territorial é importante no contexto em questão, especificamente pela informalidade do espaço. Ao tratar-se de um assentamento avieiro de características vernaculares e informais muito próprias, e principalmente por se considerar como espaço ilegal na cidade, pelas formas e meios utilizados para habitar inicialmente o espaço (e ainda hoje), é urgente perceber o enquadramento legal envolvente. Isto para compreender até que ponto será possível uma proposta de legalização do espaço, provando assim, que a demolição não é a única solução para o enquadramento legal da área no Plano Director Municipal ou noutros órgãos condicionantes. Esta importância acresce quando se acredita que o potencial existente é muito superior a qualquer um que seja criado a partir de uma intervenção de raiz.



Figura 40 - Extracto da Planta de Ordenamento: Áreas de risco ao uso do solo.
(Fonte: http://sig.cm-vfxira.pt/Viewer.aspx?serviceName=01_RPDM_V2_91NOVO&host=SRVSIG01)

A primeira análise que se pode efectuar ao observar esta Figura 40, é o facto de a área de intervenção se encontrar abrangida por duas Unidades Operativas de Planeamento e Gestão⁸⁰ distintas, U17 e U18. Estando ambas destinadas a explorar as opções de expansão urbana para aquela área, a Unidade Operativa nº17 pretende, principalmente, trabalhar urbanisticamente a envolvente dos Moinhos da Póvoa (fábrica desactivada já referida). Já a Unidade Operativa nº18 tem como objectivo inicial, a própria expansão da Póvoa de Santa Iria, no entanto sem deixar de ter em conta a exploração dos recursos ribeirinhos e o seu potencial turístico⁸¹. Percebe-se também que não só os edifícios junto à margem se encontram em leito de cheia, dado que os contornos específicos dessa condicionante abrangem uma área maior, sempre a ter em conta como proibição construtiva.

⁸⁰ A informação específica que legenda estes extractos encontra-se a completar a própria imagem na parte destinada aos Anexos, aparecendo aqui apenas a informação mais pertinente.

⁸¹ Toda esta informação relativa às Unidades Operativas, bem como aos objectivos estipulados para cada área em questão, se encontram definidos no Plano Director Municipal de Vila Franca de Xira publicado na 2ª Série do Diário da República nº 224, de 18 de Novembro de 2009 e sujeito à Declaração de Rectificação nº 2956/2009, publicada na 2ª Série do Diário da República nº 234, de 3 de Dezembro de 2009

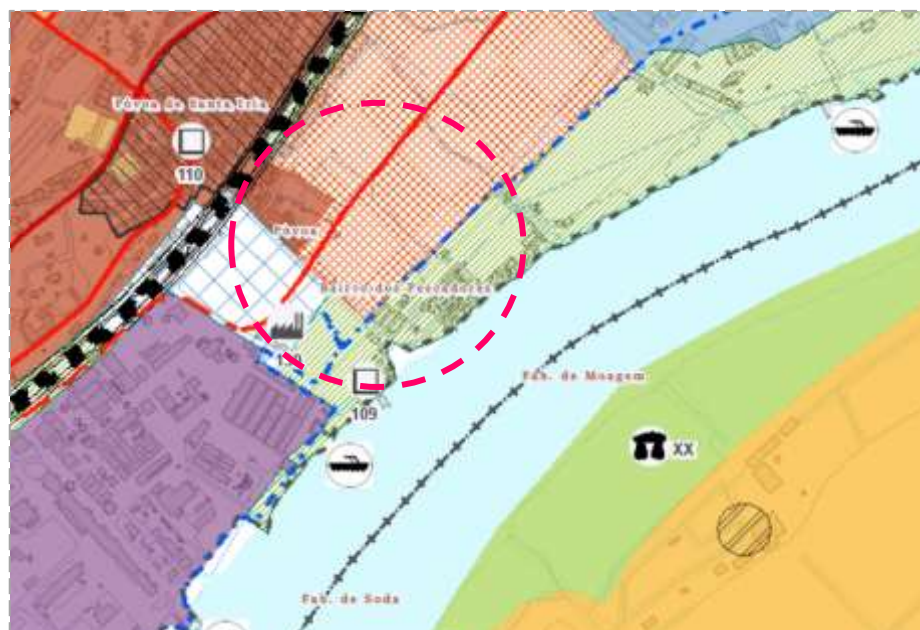


Figura 41 - Extracto da Planta de Ordenamento: Classificação e qualificação do solo.
(Fonte: http://sig.cm-vfxira.pt/Viewer.aspx?serviceName=01_RPDM_V2_91NOVO&host=SRVSIG01)

Com a Figura 41 clarifica-se o tipo de urbanização desejada para a área, sendo assim grande parte classificada como “solo a urbanizar tipo I” (malha quadrangular vermelha), o que significa que se espera a atribuição de uma densidade ocupacional significativamente elevada. Já numa zona mais próxima do rio, a consideração é dada enquanto Estrutura ecológica urbana, elevando-se assim, um potencial espaço de lazer e contacto com a natureza (área constituída por linhas verdes). Na área abrangida pela Unidade Operativa nº17 o espaço é classificado, desde a fábrica descativada até à linha férrea, enquanto “multiusos”, o que permite a adaptação do solo para o uso ao que for mais favorável.

Já a plantas da REN (Reserva Ecológica Nacional) e RAN (Reserva Agrícola nacional) clarificam que o espaço em questão não se encontra abrangido por nenhuma destas condicionantes (Ver Figuras 42 e 43). Assim, para além do contacto com o rio e condicionantes adjacentes (entre elas: respeitar o leito de cheia assim como a faixa de protecção respeitante à margem ribeirinha), o local de intervenção não apresenta nenhum tipo de condicionante (Figura 44).



Figura 42 - Planta de condicionantes: RAN (Reserva Agrícola Nacional)
(Fonte: http://sig.cm-vfxira.pt/Viewer.aspx?serviceName=01_RPDM_V2_91NOVO&host=SRVSIG01)



Figura 43 - Planta de Condicionantes: REN (Reserva ecológica Nacional)
(Fonte: http://sig.cm-vfxira.pt/Viewer.aspx?serviceName=01_RPDM_V2_91NOVO&host=SRVSIG01)

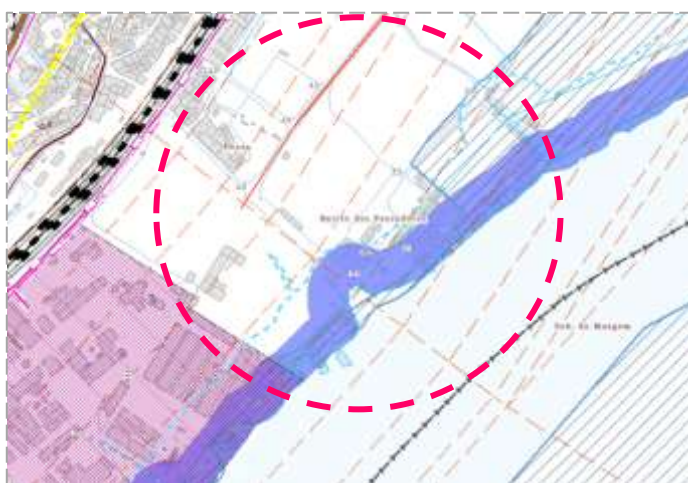


Figura 44 - Planta de outras condicionantes
(Fonte: http://sig.cm-vfxira.pt/Viewer.aspx?serviceName=01_RPDM_V2_91NOVO&host=SRVSIG01)

7.1.2. Problemas e Potencialidades



Figura 45 - Fotografias exemplificativas de problemas mais urgentes

Como resultado das visitas ao local e do levantamento fotográfico consequente, obteve-se uma clara definição das problemáticas mais exigentes e urgentes (Figura 45).

O estado deplorável dos espaços intersticiais pelo abandono, pela demolição das construções exigida aos membros da comunidade e pela ausência de intervenção no espaço público, atribui ao bairro a imagem de degradação que tende a caracterizá-lo de tão flagrante que se torna.

Outra situação muitíssimo recorrente é a má condição estrutural e habitacional dos arrumos ainda em funcionamento. Mas mais uma vez a razão se prende com as enumeradas na situação anterior: a constante ameaça de demolição dos arrumos leva os habitantes a não investirem em melhorias para o espaço e para a sua função.

A poluição directa para o rio é outra preocupação a ter, desde o início da proposta, em conta. A terceira parte da Figura 44 ilustra uma conduta a céu aberto, que além da poluição em causa, provoca cheiros nauseabundos no local, durante as marés mais baixas.



Figura 46 - Fotografias representativas de algumas potencialidades locais

Embora o estado de degradação material e estrutural seja deveras elevado, os potenciais argumentos de preservação também são notórios. A arquitectura vernacular presente detém a essência da arquitectura que ainda vive, que ainda é tratada e vivenciada

pela comunidade que a constituiu. Esta situação é um dos argumentos mais claros da valorização local: um assentamento com características vernaculares e que ainda hoje é utilizado pela comunidade que o construiu (Figura 46). A distanciação da população desta área, com o seu realojamento junto à linha férrea pode levar a um desinteresse pelo espaço e à consequente fragmentação da comunidade, pelo abandono das origens e acima de tudo pela total desvalorização que lhe vêm atribuída. Isto é, enquanto espaços como este bairro forem tendencialmente rotulados como degradados em vez de espaços vernaculares onde a cultura dá vida e forma ao existir, os seus moradores vão sentir-se desclassificados em relação aos restantes membros da sociedade.

7.1.3. Objectivos da intervenção

Esta intervenção pretende gerar, acima de tudo, um processo de valorização da cultura vernacular, onde seja observada e vivida exactamente como é e como se encontra na natureza: livre, evolutiva e sempre aliada à tradição.

Trata-se de programar uma estratégia de regeneração, que muito mais que reabilitar o espaço, irá regenerar uma área preterida do espaço urbano. Para isso procuram-se soluções programáticas que permitam a chegada de maior movimentação social ao lugar. Nesta estratégia o assentamento avieiro tem o papel primordial enquanto linha geradora da forma urbana. Prevalece a ideia de que existe algo complexo mas especial na forma como os elementos do assentamento se posicionam no espaço. Assim, essa forma detém em si algo que se associa à identidade Avieira, principalmente na forma como os cais se relacionam com a terra e o rio. É especificamente nestes dois movimentos, a ligação cais-margem e a interligação evolutiva dos arrumos, entre si, que esta proposta se baseia para crescer.

Do ponto de vista genérico, englobando toda a área definida, o objectivo é procurar um equilíbrio entre uma postura formal, aquela a que se refere uma intervenção urbanística deste género, e uma postura informal que tem origem nas construções para arrumos e que se pretende que se estenda. Isto é, introduz-se a formalidade pelo próprio projecto, pela adequação da proposta às regras abrangentes, mas permitir-se-á uma maior informalidade na utilização de determinados espaços, numa tentativa de beneficiar desse elemento caracterizador que é a cultura vernacular no espaço informal.

7.2. Proposta

7.2.1. Medidas projectuais e programáticas

Numa tentativa de materializar esta relação directa entre o formal e o informal, é estabelecido um percurso que inicia no cais avieiros e termina transbordando a Linha férrea. Este percurso estende-se apenas no sentido da ligação pretendida entre os dois espaços, e valorizando a apreciação da paisagem ribeirinha. Como se pode verificar na Figura 46, há uma extensão do material dos cais que atravessa a proposta inteira. A demarcação do percurso

faz-se pela alteração do pavimento, que mantendo a existência dos cais, se prolonga pelos espaços públicos que se desejam integrantes deste percurso. Para além dos cais e passeios, este pavimento alastra-se em bolsas de espaço livre, espaço este destinado a actividades comerciais e culturais de carácter mais informal e espontâneo (tais como as feiras pontuais que são mencionadas no PDM e na Unidade Operativa U18).

Na Figura 48 ilustra-se o espaço junto aos cais e aos arrumos, onde se pode verificar (também através da Figura 47) que os edifícios mais degradados foram substituídos por novos espaços que comungam com os originais.

Surge, segundo o alinhamento específico dos cais e das construções, um espaço destinado ao comércio e ao apoio à comunidade, multiplicando-se os espaços em funções comerciais e serviços que melhor satisfaçam as necessidades locais, de entre elas: a lota para vender o pescado, espaços de comércio e lazer, oficinas para reparação e construção de novos barcos.

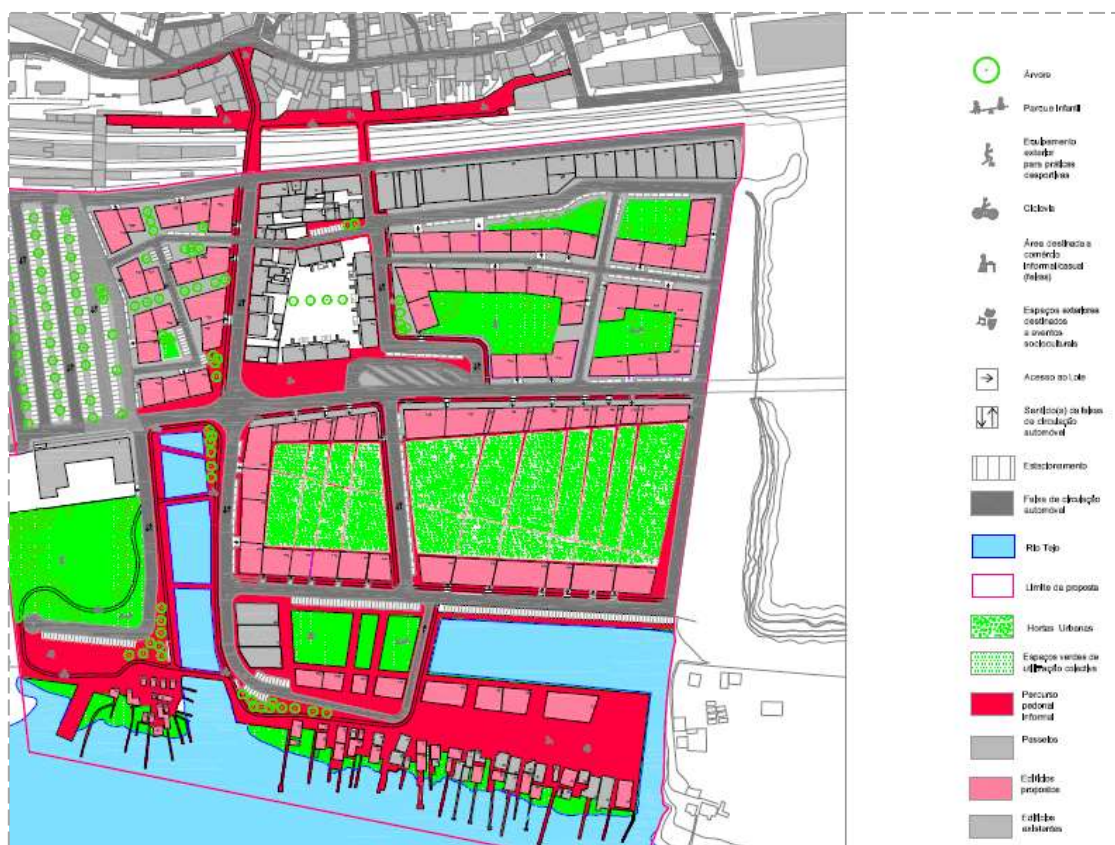


Figura 47 - Planta geral da intervenção

A respeito da intervenção nos edifícios de arrumos, pressupõe-se as mesmas funções acrescidas de espaços comerciais, espaços destinados ao turismo, e edifícios de serviços, havendo sempre prioridade aos usos artesanais e característicos desta comunidade. Isto é, espera-se uma comunhão entre o projecto e a comunidade, algo que fará com que muitos arrumos mantenham suas utilizações e sejam reabilitados pelos próprios proprietários. Os restantes, essencialmente os reconstruídos poderão ser adaptados para arrumos ou para actividades comerciais, esperando-se acima de tudo uma variedade de utilizações.



Figura 48- Representação virtual da proposta. Espaço junto ao bairro Avieiro

A planta geral e síntese da intervenção dá a conhecer a disposição espacial da estratégia definida. Junto à linha férrea surgem áreas de edifícios habitacionais, apenas com actividades comerciais no piso térreo, que para além de consolidarem a malha em continuidade com o quarteirão já existente, consolidam o espaço com a continuação da malha urbana do outro lado da linha. É um movimento que permite trazer população para o lado ribeirinho e possibilitar a comunicação desta com o espaço informal.

Uma preocupação que surge logo no momento da análise da situação existente é a estrutura urbana de espaços verdes (Figura 49), que são escassos. Assim esta proposta prevê que a maioria dos espaços de utilização colectiva seja exterior e consequentemente qualificados enquanto espaços verdes, no sentido de promover uma continuidade de espaço natural a partir do próprio rio. Evoca-se também a proximidade constante do povo Avieiro com a natureza e a espera-se da população urbana que ganhe tendência para interagir com o espaço e a realidade mais natural. Dos espaços verdes apresentados destacam-se: as hortas urbanas (Figura 50), destinadas aos moradores as áreas envolventes ou quaisquer outros, sendo que preferencialmente deveriam ser utilizadas pela comunidade avieira de modo a terem a possibilidade de interligar as actividades do rio com as da agricultura; o parque junto ao edifício industrial a recuperar, que surge como uma área de lazer e contacto com a natureza entre o rio e o espaço urbanizado; os equipamentos infantis dispersos pela proposta e ainda os espaços destinados a desportos colectivos, também dispersos.



Figura 49 - Planta dos espaços verdes colectivos



Figura 50 - Representação virtual da proposta de hortas urbanas

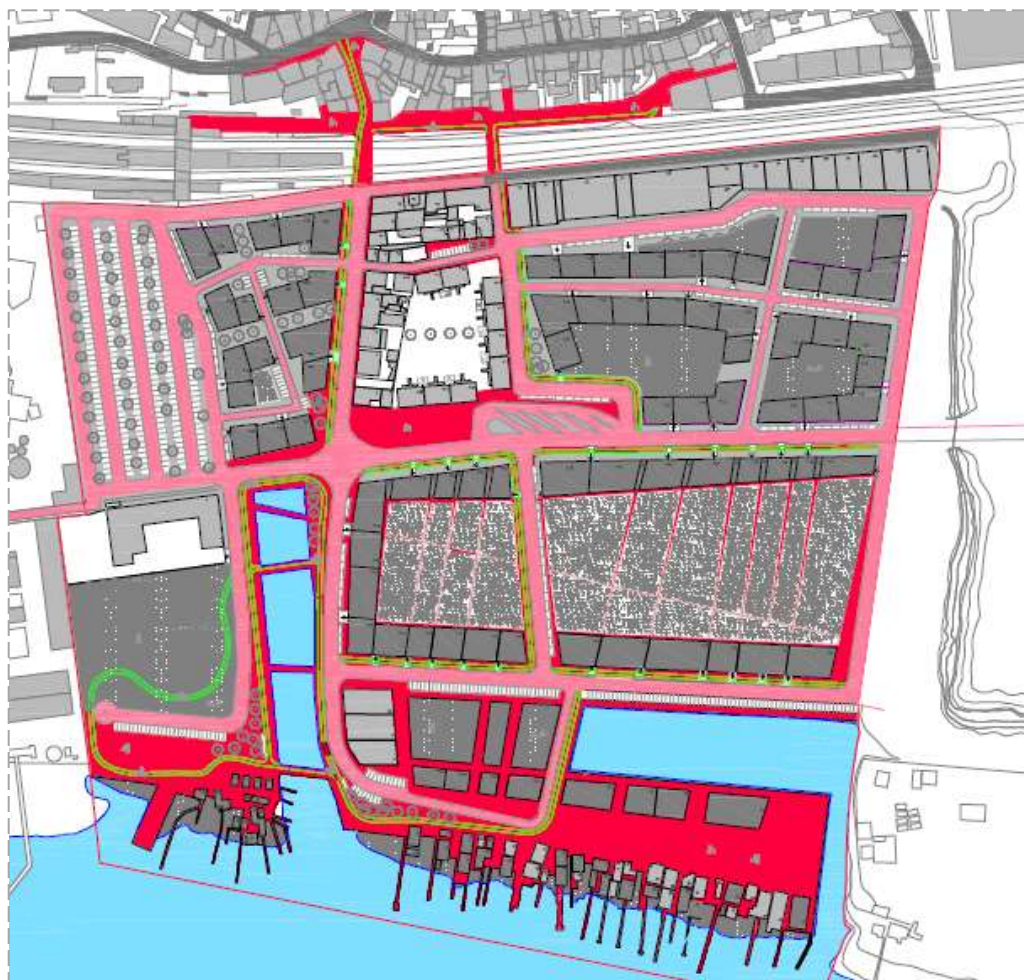


Figura 51 - planta dos percursos

Os percursos foram pensados para todo o tipo de utilizadores, desde peões, ciclistas ou automobilistas e pretende-se estender o conforto do acesso a qualquer um deles (Figura 51). No entanto o percurso enfatizado é o que resulta da ligação dos cais à cidade, um percurso pedonal e para bicicletas que vai dando origem a diferentes pontos de interesse na paisagem e na rotina da cidade. O próprio rio acaba por entrar pelo espaço “a dentro” e acentuar esta vontade de interacção buscando uma maior proximidade à cidade.

Os cais, em madeira e cujas técnicas tradicionais de construção se pretendem manter, transformam-se em espaço de acesso público, através da reestruturação dos espaços intersticiais, agora redimensionados com a reconstrução de alguns dos edifícios.

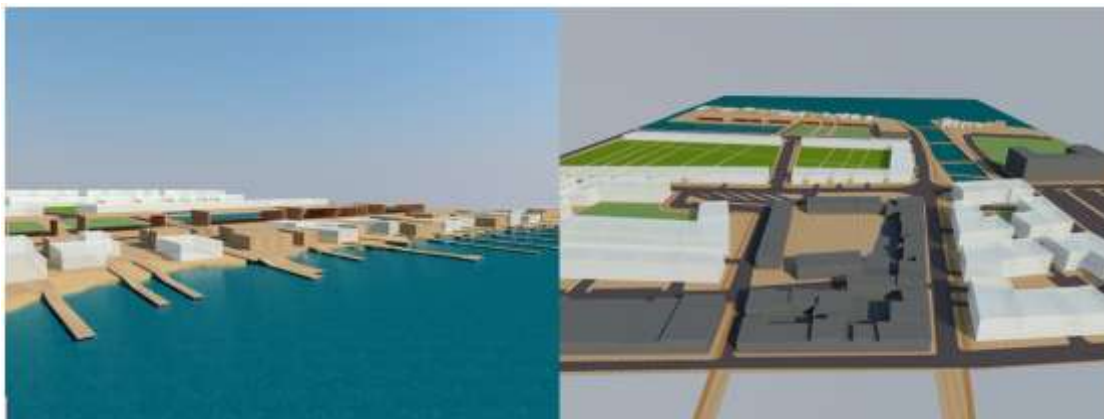


Figura 52 - Representação virtual da intervenção ribeirinha e sua intenção de continuidade para o espaço urbano

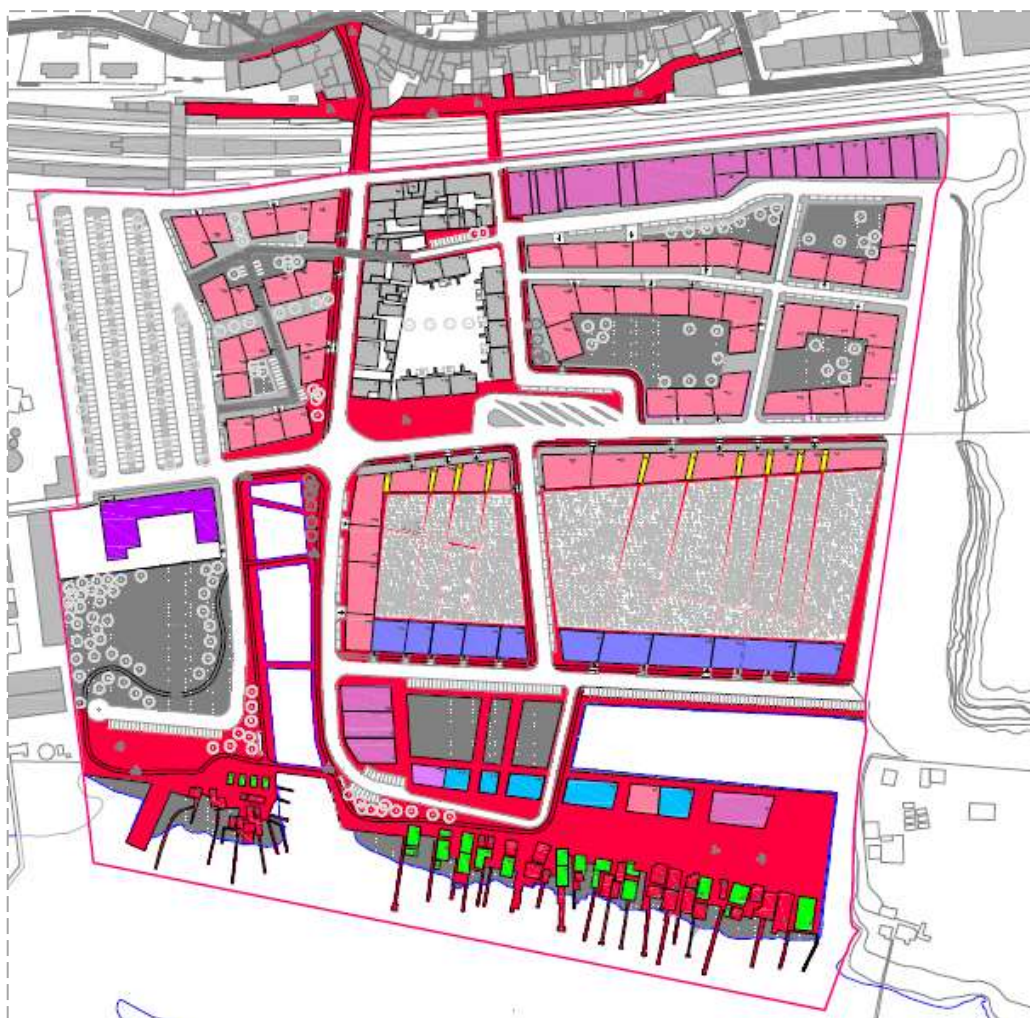


Figura 53 - planta de tipologias do edificado proposto



Figura 54 - Representação virtual da proposta: multiplicidade tipológica para garantir um espaço continuamente utilizado

Pretende-se nesta estratégia de regeneração enfatizar a multiplicidade de usos, e principalmente o usufruto da zona ribeirinha, através das mais variadas funções e durante os mais distintos períodos do dia (Figura 54). As habitações unifamiliares que ocupam o lado oposto da rua em relação ao espaço do mercado, surgem em continuidade com os cais existentes. Bem como os arrumos agrícolas afectos às hortas urbanas, cuja forma expõe do lado mais urbanizado da proposta a presença dos materiais naturais do local caracterizador: o cais e o arrumo. Tipologicamente, a habitação é, salvo a excepção mencionada, multifamiliar e os edifícios tendem a ser mistos, incorporando actividades no piso térreo (Figura 53).

Pretende-se marcar a continuidade urbana com o rio (Figura 52), buscando neste lugar tão específico a essência que deve influenciar todo o espaço. No sentido de garantir esta mesma continuidade entre estes dois opostos, o percurso que leva o cais até à cidade, é responsável por albergar em si ocasionais estruturas informais de comércio ou feiras pontuais. Surgem espaços de grandes dimensões e outros mais pequenos que pretendem ser utilizados de forma natural e espontânea, consoante as intenções comerciais.

A fábrica desactivada será convertida em escola e galeria de arte, buscando de certa forma uma aproximação entre a cultura popular e a erudita, numa tentativa aculturação e de valorização do vernacular. Busca-se também com esta medida, integrar os edifícios industriais devolutos na proposta e nas actividades programáticas (Figura 55).

Os edifícios não ultrapassarão os três pisos, embora o PDM e as Unidades operativas prevejam valores superiores, para garantir a continuidade visual entre a cidade e o rio. A

reestruturação da linha férrea (esta será rebaixada para permitir a passagem directa à cidade) é também uma medida que prevê garantir a utilização do espaço, enquanto aglomerado de espaços verdes, enquanto áreas de passeio junto ao rio, enquanto lugar único pela sua atmosfera e pela comunidade que o constitui.



Figura 55 - Representação virtual da proposta num ponto de vista que permite analisar o seu enquadramento na cidade e nos espaços pré-existentes.

7.2.2. Índices e parâmetros urbanísticos

Tabela 1 - Tabela síntese dos Índices e Parâmetros urbanísticos

ÍNDICES E PARÂMETROS URBANÍSTICOS	
Superfície Bruta [S_b]	18.7 ha
Superfície de equipamentos colectivos [S_{eq}]	3.51 ha
Superfície de espaços verdes colectivos [$S_{esp.verdes}$]	3.40 ha
Superfície de espaços colectivos [$S_{esp.colectivos}$]	6.91 ha

Continuação da tabela anterior	
Superfície de Arruamentos [S_{arr}]	5.31 ha
Área total de Implantação [ΣA_i]	3.92 ha
Área total de construção [ΣA_c]	7.94 ha
Índice de utilização do solo [I_u]	0.42
Índice de ocupação do solo	0.21
Número de Fogos propostos	299 Fogos
População prevista [P]	837
Densidade Habitacional [D_{hab}]	15.9 fogos/ha
Densidade Populacional [D]	44.7 hab/há
Capitação de equipamentos [C_{eq}]	41.95 m ² /hab
Capitação de espaços verdes [C_v]	40.61 m ² /hab

Nesta tabela que sintetiza os índices e parâmetros urbanísticos da proposta, pode-se analisar sumariamente o impacto e a qualidade da mesma. É importante a análise desta proposta de acordo com os valores propostos para o local através dos instrumentos de gestão territorial, bem como da legislação aplicável⁸².

Estando a intervenção localizada numa área classificada, em PDM, como área a urbanizar, a densidade habitacional máxima estipulada é de 55 fogos por hectare. No entanto a Unidade Operativa U17, parte integrante da área de intervenção, estipula um índice de apenas 0.20 fogos por hectare. Assim, tendo em conta que o valor para a intervenção geral é de 0.21 fogos por hectare e que a grande parte da intervenção acontece na área correspondente à Unidade Operativa U18 (55 fogos por hectare), os índices são muito inferiores aos máximos. Isto deve-se à perspectiva, definida na estratégia, de não intervir com a ligação visual da malha histórica com o rio, nem se pretende desenquadrar a dimensão dos edifícios perante o núcleo urbano já existente.

⁸² Os valores apresentados são calculados de acordo com o decreto regulamentar N° 09/2009 que estabelece os conceitos técnicos associados ao ordenamento e urbanismo.

De acordo com o PDM⁸³, os parâmetros de dimensionamento de espaços verdes de utilização colectiva devem cumprir o valor mínimo de 35m² por cada 120m² de área de construção habitacional existente (o que corresponde a 12.5m² por habitante - tendo em conta que em média cada 120m² correspondem a um fogo e que cada fogo corresponde a 2.8 habitantes). A proposta apresentada apresenta, de acordo com os cálculos efectuados, uma captação de espaços verdes que ultrapassa os 40m² por habitante, sendo assim o valor mínimo superado em muito. O mesmo acontece com a captação de equipamentos de utilização colectiva que surge nesta proposta com um valor de 41.95m² por habitante e que se encontra definido no PDM com um mínimo de 14.28m² por habitante (40/120m² a. c. hab.).

O que se propõe nesta intervenção é essencialmente um usufruto directo dos espaços verdes que envolvam a zona ribeirinha, bem como um uso comunitário elevado do espaço publico. Assim se justificam os valores que positivamente se afastam tanto dos mínimos a cumprir ou máximos estipulados, um vez que há uma discrepância entre as vontades desta estratégia e as estipuladas no plano, como evidente no decorrer do trabalho.

7.3. Valorizar o informal a partir da intervenção que formaliza o espaço

Em conclusão, este projecto visa mostrar como é possível integrar numa estratégia contemporânea, a informalidade originalmente instalada no lugar. Não só não se pretende destruí-la ou ignorá-la, como se pretende ainda tirar partido dessa situação. A formalidade é tudo o que constitui esta cidade, e mesmo assim assiste-se a uma descaracterização total. Por sua vez, o espaço informal, ainda que numa urgente necessidade de intervenção, possui traços culturais tão próprios que permitem que se assuma uma identidade local baseada neles mesmos.

Regenerar uma área urbana como esta, só pode ser uma acção bem-sucedida se se assumir o valor dos recursos pré-existentes. Não existe apenas a cidade e o rio, existe também uma comunidade instalada, que anseia inserir-se na sociedade, que possui um conjunto de práticas e saberes muito específicos, únicos neste contexto globalizado. Assumir a existência de determinadas práticas informais, permitir que tal aconteça, possibilita directamente uma maior comunicação entre as partes, numa relação de trocas constantes. A integração da comunidade no projecto é uma necessidade, uma vez que as técnicas de manutenção dos cais ou dos arrumos, lhes são inerentes e o seu contributo, quer na

⁸³ A Portaria 216-B/2008 estipula os valores mínimos para estas mesmas circunstâncias, no entanto mencionam-se os do Plano Director Municipal por serem mais exigentes e direccionadas especificamente ao local, portanto sobre põe-se à primeira.

recuperação quer na utilização, é essencial para o projecto. Recupera-se a comunidade ribeirinha procurando integrá-la no dia-a-dia do lugar, uma vez que a habitação se encontra permanentemente deslocada.

Não é possível intervir urbanística ou arquitectonicamente e criar um produto informal, logo à partida a acção é formal e segue sempre determinados parâmetros. No entanto é possível deixar *espaço* para a informalidade, e é isso que este projecto propõe. Ao prevalecer a perspectiva de que o espaço, enquanto assentamento de origem vernacular, merece a valorização digna destes lugares, procura-se a reabilitação ou reconstrução do edificado, sempre que possível. A adequação aos órgãos de gestão territorial é uma tentativa constante, e o desenquadramento entre estes e a proposta surge apenas quando há a necessidade de comprovar o interesse em seguir novos ideais, novos paradigmas.

CONCLUSÕES

Intervir no espaço urbano acarreta decisões muito específicas, que se regem pelas mais variadas normas. No entanto assumir essas regras e em prol das mesmas desfavorecer o espaço e a sociedade é desmensuravelmente irresponsável. Esta estratégia de intervenção propõe uma visão muito própria do espaço onde a valorização da identidade cultural local se relaciona intimamente com a intervenção.

Conclui-se a partir da primeira parte desta dissertação que o espaço informal contém normalmente características vernaculares relevantes, dada a aproximação dos métodos, dos comportamentos e também das formas. Assim, a desvalorização destes espaços deixa de fazer sentido, devendo ser substituída por uma busca clara de intervenção e melhoramento, sempre focada na tradição e herança presentes. Não se pretende ingenuamente preservar o inabitável, mas sim a sua essência, aquilo que lhe é inerente, e que nesta perspectiva, se prende intimamente com a comunidade e seus modos. Isto quer dizer, aceita-se a reconstrução, a mudança (não fosse a proposta em causa uma intervenção contemporânea arquitectónica e urbanisticamente), mas busca-se no próprio espaço construído as ferramentas para o fazer. Se se aceitar que a cidade pode ser um organismo vivo, então este processo de interpretação do espaço é uma forma de compreender o seu *código genético*. Deixar que este transborde para o espaço envolvente pode ser a solução para a reestruturação do mesmo, nas suas diversas problemáticas.

A componente prática desta dissertação evidencia esta possibilidade de mudança de perspectiva, sendo uma forma, entre muitas outras possibilidades, de concretizar esta busca pela valorização da identidade local. O povo Avieiro ilustra a capacidade de adaptação e evolução que se associa a uma comunidade que lida com a informalidade dos espaços e acções através das técnicas vernaculares. Comprova-se a relação íntima entre estes dois conceitos, materializando-os na análise deste lugar e deste povo.

A descaracterização total e ausência de identidade que se encontra na cidade da Póvoa de Santa Iria é consequência directa de um crescimento das áreas periféricas a Lisboa, sendo esta maioritariamente um dormitório. Assim, a implementação duma estratégia que valorize um espaço culturalmente rico e que procure a dispersão dessa mesma atmosfera pela envolvente, leva à regeneração profunda do lugar, interagindo especialmente com a sociedade, permitindo relações antes marginalizadas. É também esta, uma estratégia que permite quebrar a barreira que se constrói entre o rio e a cidade, ao longo de toda a área do estuário do Tejo (margem norte). Comprovando-se a possível reutilização destas áreas preteridas e desabitadas, não numa perspectiva do que a cidade lhes transmite para melhorar, mas no sentido do que estas podem transmitir à cidade para a enriquecer, nos mais variados sentidos.

Este é o papel da informalidade, afirmar a sua presença, hoje inegável, e contribuir para um enriquecimento arquitectónico e sociológico geral. Impor a informalidade é parte de um processo óbvio de regeneração, uma vez que só assim se garantem parâmetros mínimos de adequação ao espaço. Assim enquanto a formalidade garante a continuidade da qualidade contemporânea que se pretende no espaço, a informalidade estabelece a ponte para uma atmosfera ribeirinha que eleva a identidade e a especificidade, restauradoras da essência do lugar.

BIBLIOGRAFIA

- AA.VV. Actas I - 1º Encontro Nacional da Cultura Avieira. Âncora Editora, Lisboa, 2010
- AA.VV. Instituto Politecnico de Santarém. (2009-2010). Folhas Informativas. In: <http://avieiros.ipsantarem.pt/index.php/folhas-informativas>
- ALEXANDER, Christopher. *The city is not a tree*. In Architectural forum de abril e maio de 1965
- ALEXANDER, Christopher. *The timeless way of building*. London, Oxford University press, 1979
- ALEXANDER, Christopher; Sara Ishikawa e Murray Silverstein com Max Jacobson, Ingrid Fiksdahl-King e Shlomo Angel. *A pattern language. Towns, Buildings, Construction*. New York, Oxford University press, 1977
- ANZORENA, Jorge. *Informal housing and the barefoot architect*. In Companion to Contemporary architectural thought. London, Routledge, 1993
- BAHAMÓN, Alexandro & ÁLVAREZ, Ana María. *Palafitas: da arquitectura Vernácula à contemporânea*. Lisboa, Argumentum, 2009
- BANDEIRINHA, José António. *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007
- BARDA, Marisa. *Espaço (Meta)Vernacular na Cidade Contemporânea. Perspectiva, 2009.*
- BRONNER, Simon J.. *Building tradition: Control and authority in vernacular architecture*. In: AAVV, Vernacular architecture in the twenty-first century: Theory, Education and Practice, Published by Taylor & Francis, 2005
- CAÇOILA, Sandra; LOURO, Margarida. *A cidade informal no pensamento contemporâneo*. In Artitextos 05 de Dezembro, FAUTL, 2007
- COLAS, Janine (S.D.). *Avieiros: Estudo de uma População de Pescadores Emigrados nas Margens do Tejo*. In: Boletim Cultural CIRA. Vila Franca de Xira: Edição da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. s./d. pp. 201-249.
- CORREIA, Mário (tradução), *Países e Povos do Mundo - Índia*, Larousse. Selecções Readers Digest, 1993

CORREIA, Mário (tradução). *Países e Povos do Mundo - médio oriente*, Larousse. Selecções Readers Digest, 1995

COSTA, Alexandre Alves, Introdução ao estudo da História da Arquitectura Portuguesa, Porto, FAUP Publicações, 1995.

DAVIS, Mike. *Planet of slums*. London, Verso, English version, 2007

DIAS, Manuel Graça. Manual das Cidades. Lisboa, Relógio d'Água Editores, 2006.

DIVISÃO DE PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, U18 - *expansão da Póvoa de Santa Iria..* C. M. Vila Franca de Xira, 2010

DOMINGUES, Álvaro. *(Sub)úrbios e (Sub)urbanos - o mal estar da periferia ou a mistificação dos conceitos?*. Revista da Faculdade de Letras - Geografia I Série, Vol.X/XI, Porto, 1994/5, pp.5-18

FATHY, Hassan. *Natural energy and vernacular architecture*. Chicago, The University Chicago Press, 1986

FERNANDES, José Manuel. *Arquitectura portuguesa: uma síntese*. Imprensa Nacional-Cada da Moeda, 2000.

FRANKOWSKI, Eugeniusz. *Hórreos e palafitos de la Peninsula Iberica*. Madrid, edições Istmo, 1986

GASPARINHO, Alcidio, *O Bairro Avieiro em Vila Franca de Xira*, Lisboa ano lectivo de 1990/91, Universidade Nova de Lisboa

GUERREIRO, Rosália, *Urbanismo Orgânico e a Ordem Implícita: Uma Leitura Através das Geometrias da Natureza*, Tese de Doutoramento apresentada em 2010, ISCTE-IUL Escola de Tecnologias e Arquitectura

JEWSON Kick and MACGREGOR Susanne. *Transforming cities. Contested Governance and New spatial divisions*. London, Routledge, 1997.

KOSTOF, Spiro. *The city shaped*, Thames and Hudson Ltd, London, 1999

LOUREIRO, Vânia. *A informalidade do espaço vernacular na cidade contemporânea*. Artigo resultante da comunicação apresentada a 03-06-2011 na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

MAIA, Paula. *Os Avieiros de Nómadas a Sedentários*, CM Salvaterra de Magos

MANSER, Michael. *Is there a modern vernacular? In Companion to Contemporary Architectural Thought*. Routledge, London, 1993

MOUTINHO, Mário. *Arquitectura Popular Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995

OLIVEIRA Ernesto; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim, *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, D. Quixote, Lisboa, 1992,

OLIVER, Paul. *Dwellings. The vernacular house worldwide*. New York, Phaidon press, 2003

OLIVER, Paul. *Encyclopedia of vernacular architecture of the world*. Cambridge University Press, 1997

PALLA, João. Associação dos Arquitectos Sem Fronteiras (Portugal) - *A Arquitectura das Casas Avieiras*, Actas do 1º Encontro Nacional da Cultura Avieira, 2010

PEREIRA, Nuno Teotónio; FREITAS, António; DIAS, Francisco. *Arquitectura Popular em Portugal*, (1961), edição da Associação dos Arquitectos Portugueses, 1980, Lisboa.

REDOL, Alves. *Avieiros*. Lisboa, 1942

SALVADO, Maria. *Os Avieiros nos Finais da década de 50*. Castelo Branco: Edição de Autor, 1985.

SAWANT, Aditya. *Digging beyond visual judgments and 'sustainable materials', Some rants on slum upgrading, 2011 in <http://ahiglobal.wordpress.com/> (consultado a 15.09.2011)*

SOUTO, Henrique. *A Comunidade Avieira da Póvoa de Santa Iria, 1998, in Folha Informativa nº31/2009, Projecto de candidatura da Cultura Avieira a Património*

TEIXEIRA, Manuel C. *Habitação popular na cidade oitocentista: as ilhas do Porto*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996

WALTER, Rossa. *A Cidade Portuguesa*, in *História da Arte Portuguesa*, 3º Volume, 1995

ANEXOS

Anexo 1 - Levantamento Fotográfico





















Anexo 2 - Documentação fotográfica

Antigo Bairro dos pescadores já demolido. Fonte: R. Caetano (Disponibilizadas pela Câmara Municipal de Vila Franca de Xira)





Antigo Bairro dos pescadores parcialmente demolido. Fonte: Hélder Dias (Disponibilizadas pela Câmara Municipal de Vila Franca de Xira)



Fonte: Dário Queiroz

Antigo Bairro dos pescadores parcialmente demolido. Fonte: Marco Aurélio - Setembro de 1996 (Disponibilizadas pela Câmara Municipal de Vila Franca de Xira)



Novo Bairro dos pescadores em construção. Fonte: R. Caetano (Disponibilizadas pela Câmara Municipal de Vila Franca de Xira)



Anexo 3 - Documentação respeitante à condição de bairro ilegal/clandestino

Editais afixados nos edifícios que permanecem, referentes a reuniões ou ordens directas que se pretendiam transmitir aos moradores. (fotografias datam do dia 09.03.2011)



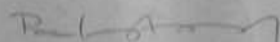
EDITAL Nº 440/2010

MARIA DA LUZ GAMEIRO BEJA FERREIRA ROSINHA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA

FAZ SABER que, por despacho de 2010/12/15, do Sr. Vice-Presidente, proferido ao abrigo do Despacho n.º 32/2009, de 4 de Novembro, de delegação de competências da signatária:

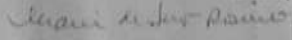
1. Ficam notificados os proprietários das arrecadações, nas quais é afixado o presente Edital, localizadas junto ao Grupo Desportivo e Cultural dos Pescadores da Póvoa de Santa Iria, os quais não foi possível identificar, para no dia 2011/01/21, entre as 10,00 horas e as 12,00 horas, se deslocarem ao local das mesmas, para identificação pelos Serviços de Fiscalização da Câmara Municipal.
2. Procede-se à notificação por Edital nos termos da alínea d) do n.º 1, do artigo 70º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, por não ter sido possível identificar pessoalmente os interessados.

Para constar se publica o presente edital e outros de igual teor vão ser afixados nos locais do costume, nas arrecadações a que o mesmo alude e publicado nos jornais locais.

E eu, , Maria Paula Cordeiro Ascensão, Directora do Departamento de Administração Geral, o subscrevi.

Paços do Município de Vila Franca de Xira, 31 de Dezembro de 2010

A Presidente da Câmara Municipal,


- Maria da Luz Rosinha -



EDITAL Nº 99/2011

DEMOLIÇÃO DE CONSTRUÇÕES ABARRACADAS CLANDESTINAS,
NO ANTIGO BAIRRO DOS AVIEIROS DE PÓVOA DE SANTA IRIA,
ESTEIRO E BAIRRO DO TELHAL E JUNTO À ANTIGA FÁBRICA "MOINHOS DA PÓVOA",
FREGUESIA DE PÓVOA DE SANTA IRIA

MARIA DA LUZ GAMEIRO BEJA FERREIRA ROSINHA, PRESIDENTE DA CÂMARA
MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA:

FAZ SABER, nos termos da alínea m), do nº 2, do artigo 68º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aos proprietários e quaisquer outros interessados das construções abarracadas utilizadas como arrecadação que estejam situadas no antigo Bairro dos Avieiros de Póvoa de Santa Iria, Esteiro e Bairro do Telhal e junto à antiga fábrica "Moinhos da Póvoa", cuja identidade não foi possível apurar e cuja morada e paradeiro são desconhecidos dos serviços camarários, o seguinte:


- a) Tendo sido celebrado um protocolo entre o Município de Vila Franca de Xira e a APL- Administração do Porto de Lisboa, S.A., através do qual a gestão dos terrenos situados nos locais acima mencionados foi transferida para este Município, faz-se saber que se encontra em desenvolvimento nas áreas do antigo Bairro dos Avieiros de Póvoa de Santa Iria, Esteiro e Bairro do Telhal e junto à antiga fábrica "Moinhos da Póvoa", o Projecto POLIS XXI- "Requalificação da Frente Ribeirinha da Zona Sul do Concelho", que prevê o desenvolvimento de vários projectos para a zona ribeirinha da freguesia de Póvoa de Santa Iria, entre os quais o parque Urbano Moinhos da Póvoa, o Parque Urbano da Póvoa, o Núcleo Museológico dos Avieiros e a reconstrução de arrecadações de apoio à pesca para a comunidade avieira, no âmbito do qual a Câmara Municipal deverá desenvolver acções de conservação, uso e requalificação das áreas de intervenção, o que inclui a demolição das construções abarracadas existentes nos locais referidos que foram construídas sem licenciamento municipal, em violação do disposto na alínea c), do nº 2, do artigo 4º, do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei nº 26/2010, de 30 de Março, e pela Lei nº 28/2010, de 2 de Setembro.



- b) Assim, notificam-se os que sejam proprietários e outros interessados que sejam utilizadores da construção abarracada utilizada como arrecadação, de que o projecto de decisão relativamente à construção é o de que deverão proceder à sua demolição e proceder à reposição do terreno no seu estado inicial, bem como retirar quaisquer bens ou materiais que se encontrem no interior da mesma ou nas suas imediações, deixando a construção devoluta de pessoas e bens, dispondo para o efeito do prazo de 20 dias úteis, contados a partir da data da afixação do presente edital.
- c) Mais se notifica que nos termos do nº 3, do artigo 106º, do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, com a sua actual redacção, os proprietários e outros interessados poderão pronunciar-se sobre o presente projecto de decisão, dispondo para este efeito do prazo de 15 dias úteis contados a partir da data da afixação do presente edital.
- d) Caso os proprietários ou outros interessados exerçam a actividade de pesca profissional, deverão apresentar cópia da licença da embarcação de pesca e cópia da licença de pesca profissional, de modo a que tal situação possa ser tida em conta na determinação da data para a execução da demolição da construção.
- e) Notifica-se, ainda, que caso não efectuem a demolição voluntária da construção nos termos e no prazo acima indicados, a Câmara Municipal reserva o direito de proceder à execução coerciva dos trabalhos de demolição e à apreensão de quaisquer bens ou materiais que se encontrem na construção, sendo certo que as despesas resultantes dos mesmos correrão por conta dos interessados, nos termos do nº 4, do artigo 106º, e do artigo 108º, do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei nº 26/2010, de 30 de Março e pela Lei nº 28/2010, de 2 de Setembro.

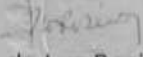
O processo nº 29/07 GENERI/CM poderá ser consultado nos serviços da EMRU- Equipa Multidisciplinar Requalificação Urbana, situados na Rua Duque da Terceira, nº 85, 2600-430, em Alhandra, em qualquer dia útil, das 09H00 às 12H30 e das 14H00 às 17H00.

Para constar se afixa o presente edital na construção abarracada utilizada como arrecadação que vai ser demolida e outros de igual teor vão ser afixados nos Paços do Município e na sede da Junta de Freguesia de Póvoa de Santa Iria.

E eu, , Maria Paula Cordeiro Ascensão, Directora do Departamento de Administração Geral, o subscrevi.

Paços do Município de Vila Franca de Xira, 28 de Fevereiro de 2011

A Presidente da Câmara Municipal,


- Maria da Luz Rosinha -



MUSEU MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA
Centro de Documentação

DATA:	JORNAL	NÚMERO:	ANO	PÁGINA
14/11/2001	TÍTULO: <i>Vida Ribatejana</i>	4149	84	7

Na Póvoa de Santa Iria

Pescadores estão fartos de esperar pelo novo bairro

O processo de construção do novo bairro arieteiro da Póvoa de Santa Iria é um dos mais atrasadas do Plano Especial de Realojamento do concelho de Vila Franca de Xira, o que provoca reclamações das famílias ali residentes

JOÃO TAVARES

A cerca de 50 famílias de pescadores arieteiros, residentes num bairro de construção datada de 1980, na Póvoa de Santa Iria, foram agrupados no Plano Especial de Realojamento (PER), tal como os pescadores de Alameda e de Vila Franca, mas, ao contrário dos seus colegas, continuam aqui, e não quando é que não esperam-se suas novas casas. Entretanto, sofrem, principalmente no inverno, a situação das condições de habitação, da degradação e da falta de água, que em algumas casas não chega a ser quente.

Os habitantes do bairro possuem reclamações que se não resolvem desde 1980. Três anos depois, os restos do novo bairro ainda não começaram a ser construídos, e, segundo dizem, a situação de Vila Franca não tem nenhuma influência sobre o processo. A situação continua que não se consegue ver nenhuma perspectiva de melhoria das condições de habitação, para que não continuem a ser os mesmos problemas de há muito tempo. A situação não muda, e os problemas continuam a ser os mesmos. Por isso, os habitantes do bairro dizem que estão farto de esperar e que não sabem mais o que fazer.

Manoel José Lopes Simões é um dos habitantes do bairro da Póvoa de Santa Iria, e diz que a situação não muda. Ele diz que a situação não muda, e que os problemas continuam a ser os mesmos. Ele diz que a situação não muda, e que os problemas continuam a ser os mesmos. Ele diz que a situação não muda, e que os problemas continuam a ser os mesmos.

estão muitas vezes sem a "energia no boiler", porque as águas do rio estão muito baixas. Não há água quente, e os moradores não sabem mais o que fazer. Eles dizem que a situação não muda, e que os problemas continuam a ser os mesmos. Eles dizem que a situação não muda, e que os problemas continuam a ser os mesmos.

Segundo dizem na Póvoa de Santa Iria, a situação não muda. Eles dizem que a situação não muda, e que os problemas continuam a ser os mesmos. Eles dizem que a situação não muda, e que os problemas continuam a ser os mesmos. Eles dizem que a situação não muda, e que os problemas continuam a ser os mesmos.

Maria Paula Silva também reclama da situação do bairro. Ela diz que a situação não muda, e que os problemas continuam a ser os mesmos. Ela diz que a situação não muda, e que os problemas continuam a ser os mesmos. Ela diz que a situação não muda, e que os problemas continuam a ser os mesmos.

mas não vou pôr um ponto,

depois, vêm depois as casas novas", dizem.

Vila Franca de Xira é conhecida por ser um dos maiores centros de pesca do país. O bairro da Póvoa de Santa Iria é um dos mais antigos da vila. Os moradores dizem que a situação não muda, e que os problemas continuam a ser os mesmos. Eles dizem que a situação não muda, e que os problemas continuam a ser os mesmos.

Pedro Silva também reclama da situação do bairro. Ele diz que a situação não muda, e que os problemas continuam a ser os mesmos. Ele diz que a situação não muda, e que os problemas continuam a ser os mesmos. Ele diz que a situação não muda, e que os problemas continuam a ser os mesmos.

Cláudia Rego também reclama da situação do bairro. Ela diz que a situação não muda, e que os problemas continuam a ser os mesmos. Ela diz que a situação não muda, e que os problemas continuam a ser os mesmos. Ela diz que a situação não muda, e que os problemas continuam a ser os mesmos.

Carlos Silva, presidente do bairro da Póvoa de Santa Iria, diz que a situação não muda, e que os problemas continuam a ser os mesmos. Ele diz que a situação não muda, e que os problemas continuam a ser os mesmos. Ele diz que a situação não muda, e que os problemas continuam a ser os mesmos.

mas não vou pôr um ponto,



O Tejo invade regularmente o bairro

e vende as habitações aos preços de mercado. Isso quer dizer que os preços são altos, e que os moradores não podem comprar as suas casas. Eles dizem que a situação não muda, e que os problemas continuam a ser os mesmos. Eles dizem que a situação não muda, e que os problemas continuam a ser os mesmos.

O plano especial de realojamento da Póvoa de Santa Iria é um dos mais antigos do concelho. Ele prevê a construção de um novo bairro, mas a construção não começou ainda. Os moradores dizem que a situação não muda, e que os problemas continuam a ser os mesmos. Eles dizem que a situação não muda, e que os problemas continuam a ser os mesmos.

Carlos Silva, presidente do bairro da Póvoa de Santa Iria, diz que a situação não muda, e que os problemas continuam a ser os mesmos. Ele diz que a situação não muda, e que os problemas continuam a ser os mesmos. Ele diz que a situação não muda, e que os problemas continuam a ser os mesmos.

mas não vou pôr um ponto,

os moradores não sabem mais o que fazer. Eles dizem que a situação não muda, e que os problemas continuam a ser os mesmos. Eles dizem que a situação não muda, e que os problemas continuam a ser os mesmos. Eles dizem que a situação não muda, e que os problemas continuam a ser os mesmos.

Carlos Silva, presidente do bairro da Póvoa de Santa Iria, diz que a situação não muda, e que os problemas continuam a ser os mesmos. Ele diz que a situação não muda, e que os problemas continuam a ser os mesmos. Ele diz que a situação não muda, e que os problemas continuam a ser os mesmos.

mas não vou pôr um ponto,

os moradores não sabem mais o que fazer. Eles dizem que a situação não muda, e que os problemas continuam a ser os mesmos. Eles dizem que a situação não muda, e que os problemas continuam a ser os mesmos. Eles dizem que a situação não muda, e que os problemas continuam a ser os mesmos.

Carlos Silva, presidente do bairro da Póvoa de Santa Iria, diz que a situação não muda, e que os problemas continuam a ser os mesmos. Ele diz que a situação não muda, e que os problemas continuam a ser os mesmos. Ele diz que a situação não muda, e que os problemas continuam a ser os mesmos.

mas não vou pôr um ponto,

Câmara apresenta candidatura ao Polis XXI

Póvoa de Santa Iria pode ter projecto de regeneração urbana

Um plano para a regeneração urbana das zonas antiga e histórica da Póvoa de Santa Iria vai ser candidatado a fundos comunitários do Polis XXI. O investimento, se for aprovado, ronda os 8,6 milhões de euros

■ Jorge Talha
jorge.talha@vidabotafina.pt

A câmara de Vila Franca de Xira vai candidatar ao programa comunitário Polis XXI um projecto de reabilitação urbana dos núcleos histórico e antigo da cidade da Póvoa de Santa Iria. Os objectivos principais da candidatura são a medida de financiamento da União Europeia relacionada com as Parcerias para a Regeneração Urbana e a Requalificação de Centros Históricos foram apresentados na última sessão camarária, realizada no espaço multifunções da Misericórdia de Alverca, e motivaram algumas dúvidas, sobretudo do vereador do PSD.

Alberto Mesquita, vice-presidente da câmara com responsabilidades no plano do urbanismo, explicou que a entidade "entendeu que de-

veria ser a Póvoa de Santa Iria que iria ser contemplada com este trabalho e com esta candidatura" e que, na elaboração dos estudos, foram recolhidas opiniões de eleitores póvoenses e de outras organizações locais.

Luis de Sousa, urbanista da câmara responsável pela elaboração do projecto, procurou, depois, fazer um enquadramento da candidatura e dos seus objectivos, esclarecendo que envolve um plano de acção com 15 pontos. A autarquia começou por definir os limites da área de intervenção, que abrange o chamado "centro histórico", incluindo o palácio da Quinta da Piedade e a zona envolvente onde moravam os trabalhadores do antigo morgado, o núcleo antigo, situado já na zona da freguesia ribeirinha.

"A área de intervenção es-



As 15 acções propostas na candidatura

Luis de Sousa explicou que um dos principais objectivos da candidatura é promover a qualificação do espaço público e do ambiente urbano, desenvolvendo o conceito de "coexistência", tendo em conta as várias medidas que conduzem a uma melhoria da eficiência energética e a redução dos consumos, entre elas a implementação de sistemas energéticos mais eficientes, a substituição de iluminação pública, o desenvolvimento de programas de sensibilização para o uso de sistemas mais eficientes, a recolha selectiva de resíduos porta-a-porta, a recolha selectiva de vidro e a criação de um gabinete específico para estas questões.

A candidatura contempla, ainda, a requalificação paisagística do quarteirão situado entre as ruas Vasco da Gama e da Lenina, o reforço das ligações pedonais com o palácio da Quinta da Piedade, a criação de uma praça pública e de um parque de estacionamento subterrâneo na Rua de República para criar "uma perfeita integração paisagística" e a construção de um parque subterrâneo no largo em frente da igreja.

Outras iniciativas previstas são a criação de parques urbanos das proximidades em ligação com o parque urbano dos Melhões de Santa Iria (jardim de iniciativa privada) ribeirinho e a instalação de gabinetes de apoio ao comércio, de reabilitação urbana e de qualidade ambiental numa edificação de rua antiga de propriedade do RCU. A candidatura abrange igualmente parcerias com privados para a reabilitação do imóvel, a criação de uma escola básica, a criação de uma escola de restauração de azulejos, a adaptação do antigo mercado para espaço cultural, a reabilitação de entidades culturais nas proximidades do jardim das fontes de Vello e do jardim de música clássica, da música jovem e do teatro amador (este em homenagem a Fernando Augusto). Ainda, a reabilitação do edifício do Grupo Desportivo Póvoense, a reabilitação das novas instalações da ANPPI e do espaço da PSD, a reabilitação do edifício de São Jerónimo e da casa de S. Bento e a reabilitação do jardim histórico da Quinta da Piedade.

Não sendo um outro conjunto de intervenções, algumas delas já concluídas e outras em curso, que vão constituir a candidatura ao Polis XXI, entre elas o arranjo da zona da antiga Casa-Nobre e do terreno do antigo e a reabilitação da ribeira da Costa.

Quinta da Piedade, o centro histórico e a zona ribeirinha. O objectivo é enlazar o centro histórico da Póvoa de Santa Iria enquanto elemento fundamental da cidade", esclareceu, virando que se pretende concretizar a reabilitação urbana deste núcleo histórico como "factor de desenvolvimento económico e social" e "enquanto processo de requalificação patrimonial, de coesão social e de qualidade de vida".

Luis de Sousa acrescentou que levantamentos efectuados permitiu concluir que a esmagadora maioria dos edifícios desta área estão em mau estado. Maria da Luz Rosinha acrescentou que o estudo apresentado é fruto de um conjunto de recolhas de opiniões desenvolvidas na Póvoa.

"Isso é muito bonito para início de uma campanha eleitoral, não se pode ter melhor argumento", sustentou Carlos Coutinho, vereador da CDU, insinuando que, apesar disso, os eleitores comunistas votariam a favor da proposta, esperando que ela se venha a concretizar na prática.

No núcleo antigo deixam-se de fora duas áreas largas, há grandes espaços que têm a mesma característica da intervenção, obten-

do, considerando, todavia, que a CDU "não pode deixar de estar agradada com uma proposta destas, mesmo enquanto a não é uma intenção".

Já Rui Rei, vereador da coligação Mundo Vila Franca (PSD/CDU/PP), começou por salientar que nunca foi convidado a participar na discussão das bases desta candidatura - o executivo PS explicou que o núcleo do PSD da Póvoa foi chamado a dar o seu contributo - e mostrou-se "preocupado" com o facto de um projecto desta dimensão, que poderá deixar uma marca importante para o futuro, não se mostrar sustentável. "Andamos sucessivamente a colocar os mesmos erros e, depois, sucessivamente a seguir lamentando-nos porque as coisas não dão os resultados esperados. De uma vez por todas temos que perceber se o que planeamos e se o que investimos é sustentável", defendeu.

O autarca do PSD considerou muito curioso que o estudo apresentado contemple apenas, ao nível das actividades económicas, um espaço de apoio ao comércio a instalar num antigo edifício da CP. "Se acham que é assim que se revitaliza o comércio",

criticou, afirmando que, na sua essência, os objectivos que estão por trás da candidatura são importantes, mas que o plano apresentado não contempla medidas de revitalização económica da zona antiga e de "casamento" entre as duas áreas da cidade, separadas pela linha-ferrea. Rui Rei acha que esta ligação não pode ficar circunscrita a paragem rodoviária existente a Norte da Póvoa e considera que, embora a criação de novas áreas de estacionamento na zona antiga seja importante, outras medidas deverão ser tomadas. Citou o exemplo da possibilidade de instalação de cabos de fibra óptica, tendo em conta que o subvencional deverá ser mesclado, que permitam desenvolver novas redes de comunicação, que podem ser revitalizadas pelo município.

"Tivemos todo o período do Mundo desta candidatura. Há dinheiro que se vai investir, no mínimo que seja sustentável. O objectivo é excelente, mas acho que as subdivisões devem ser avaliadas na perspectiva de que esta intervenção na Póvoa antiga possa ter consequências. Como está não tem consequências", venceu.

Maria da Luz Rosinha sugeriu que o vereador do PSD apresente um documento com as suas propostas na próxima semana, tendo em conta que a entrega formal da candidatura só deverá acontecer nos primeiros dias de Março. "Esta ligação entre o núcleo antigo e núcleo histórico tem a ver com a necessidade de dar consistência à própria candidatura. Tivemos que aproveitar algumas âncoras como o prédio e a questão histórica", acrescentou a edil, revelando que, no âmbito do projecto que a TD Vila pretende desenvolver a Norte da Póvoa estão previstas "melhorias" da ligação à zona ribeirinha.

"A preocupação aqui é também a do envolvimento dos proprietários no próprio investimento, é uma aposta complicada", admitiu Maria da Luz Rosinha, referindo que "dever-se-ia fazer uma aposta no arrendamento, mas verificamos que muitos senhorios têm uma condição social muito debilitada e sem condições para se envolverem e outros procuram a tirar o maior lucro possível das casas velhas, pretendendo construir coisas novas de raiz".



MUSEU MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA
Centro de Documentação

DATA:	JORNAL	NÚMERO:	ANO	PÁGINA
28/08/2002	TÍTULO: <i>Vida Ribatejana</i>	4190	85	3

Avieiros da Póvoa desesperam pela construção do novo bairro

Cansados de esperar pelas novas habitações os avieiros da Póvoa de Santa Iria dizem-se "esquecidos no mapa" e criticam a falta de informação por parte da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Este poderá ser, no entanto, o último ano que vivem nas atuais condições já que os responsáveis pela autarquia garantem que as obras avançam já no primeiro semestre de 2003

DA FILIPA DE SOUSA

Há muito tempo que cerca de 60 famílias de pescadores da Póvoa de Santa Iria esperam que a construção do novo bairro dos avieiros se tome uma realidade.

Incluído no Plano Especial de Reajustamento (PER), tal como as novas bairras dos pescadores de Vila Franca de Xira e Alentejo que já estão em construção, as obras já deveriam ter avançado há muito tempo.

Agora aqui não, os avieiros da Póvoa esperam assim pelo início da construção das novas e tão desejadas habitações que permitiriam o fim de anos de vivência em condições, por vezes, degradadas.

As primeiras propostas apareceram para o início da intervenção em 1998. Passados quatro anos, tudo continua na mesma com o agravante de no bairro ninguém saber o que e que o futuro lhes reserva.

Assegurando estarem "esquecidos no tempo", os avieiros da Póvoa de Santa Iria acusam a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira de não prestar qualquer tipo de esclarecimento sobre o seu reajustamento, nem tão pouco sobre as causas que, sistematicamente, levam a tantos atrasos.

"Uma vida à espera... mas nada"

Maria José Lemos Simões conhece bem as dificuldades diárias de quem vive no bairro dos avieiros da Póvoa de Santa Iria. Residente no local há 33 anos e, por isso mesmo, uma das habitantes mais envolvidas e preocupadas com a situação.

"Estou aqui há mais de trinta anos e há muito tempo que não falo nas casas novas mas, nada feito. São muitas promessas mas só isso, porque a câmara não diz nada e ninguém, as obras não arrancam e não continuam aqui em condições, de ano para ano. Tem sido uma vida à espera... mas nada. Está ali uma placa a dizer que as obras vão avançar mas foi só para as eleições, mais nada", adianta.

Enquanto esperam pelo início da construção do novo bairro os avieiros da Póvoa vão levando, todos os dias, com as contradições de quem tem o Tejo como vizinho e vive sem algumas condições básicas.

Se durante o inverno a principal preocupação são as inundações, no Verão a situação também não é bem melhor. Com o calor surgem os maus cheiros e compunham menos desejáveis como os ocos ou os ratos.

Este é um cenário que Maria Palmira co-



Não muito que as obras do novo bairro deverão ter começado

nhece bastante bem e que lamenta sempre que se fala nas novas habitações. Também reside no bairro dos avieiros há cerca de trinta anos, e os moradores dizem cansados de tanta espera pelas casas novas que temem em não vir.

Maria Palmira faz, por isso, questão de dizer que "todos os atos dizem que vão fazer o bairro novo mas, não se sabem. Vai passando o inverno, depois o Verão e fica tudo igual. Agora vem aí mais um inverno, mais uma série de complicações e de relações e ninguém se preocupa com quem vive aqui. Todos os anos ficamos com todo desleixo de água, flocos sem utilidade. Não tudo pode mas, ninguém faz nada".

Entre uma infatigável busca de compensações pedidas pelo atraso do problema, Maria Palmira garante ainda que "a situação não está por porque ainda vamos tendo alguns problemas. No dia-a-dia, vamos conservando e melhorando o que se entrega e apressamos porque assim já estava tudo estado a destruído".

"Uma série de condicionantes difíceis de ultrapassar"

Ramiro Matos, vereador responsável pelo

Polígono da Habitação e Urbanismo, da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, acredita que este será o último inverno que os avieiros da Póvoa terão de passar nas atuais condições.

O responsável sublinha, no entanto, que as atenuações na construção do novo bairro têm estado relacionadas com dois fatores muito importantes: "primeiro as obras serão feitas em terrenos que não pertencem à autarquia e que têm de ser negociados e depois no princípio que temos vindo a defender de que os avieiros devem ficar o mais próximo possível do local onde até agora viviam e isso obriga a ultrapassar uma série de condicionantes difíceis de ultrapassar".

Ramiro Matos sublinha ainda que só depois de concluído um estudo de comportamento hidrológico do Rio Tejo, pedido pela DRAOT, é que as obras poderão avançar.

De acordo com o vereador o estudo, que já está em fase final de elaboração, vai permitir "ver qual a influência que as ocupações da margem ribeirinha entre a Vals de Corregado e a Póvoa têm sobre o comportamento do rio. A partir daí todos os investimentos que estão pendentes desse estudo podem avançar, sendo possível iniciar as obras na Póvoa no primeiro semestre de 2003".





MUSEU MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA

Centro de Documentação

DATA:	JORNAL	NÚMERO:	ANO	PÁGINA
30/08/2006	TÍTULO: <i>Vida Ribatejana</i>	4399	89	7

Associação Dom Martinho

Pela preservação do património da Póvoa

Fundada em 1996, a Associação Dom Martinho surgiu com intuito de promover a preservação do património da Póvoa de Santa Iria e de sensibilizar as entidades competentes nesse sentido. A sua actividade passa pela organização de seminários e ateliers temáticos, bem como passeios e exposições que ajudam a proporcionar uma maior proximidade entre a população e a história da freguesia.

■ **Paula Galeão**

A Associação Dom Martinho é uma entidade da sociedade civil, sem fins lucrativos, que tem como principais objectivos a defesa, a promoção e a valorização da história e do património natural e construído, bem como da identidade socio-cultural da Póvoa de Santa Iria e dos seus habitantes. Nesse sentido, a associação desenvolve várias intervenções de sensibilização, participando activamente, em parceria, com todos os órgãos da administração local, e mantendo boas relações com instituições congéneras. "Organizamos, frequentemente, jornadas, ateliers temáticos e ações a nível de intervenção ambiental, assim como sessões em escolas, onde explicamos o trabalho de recuperação e a sua importância", destaca Cláudia Cardoso, actual presidente da Dom Martinho. "Realizamos, também, um pro-

grama, actualmente designado Passadiço Vivo, que consiste em ir ao encontro de locais do rio que tenham interesse. Recentemente, fizemos um passeio no vale da Unidade de forma a rever a ligação das povoações ao do Tejo", descreve. A promoção do genealógico, igualmente, uma das actividades. A associação já publicou dois livros sobre poetas de autoria de joelhos locais. Actualmente, associa-se às comemorações do Dia Mundial da Póvoa e, periodicamente, organiza encontros de poesia, que são contados com esta vez mais adesão por parte da população.

Para além destas ações, a associação dispõe, ainda, de um núcleo museológico, a funcionar desde 1999, no Palácio da Quinta Municipal da Piedade, e mantém um arquivo fotográfico que permite recordar a Póvoa de há décadas atrás. "Temos já de alguns difíceis em termos de espaço do núcleo museológico e ao que respeita à

conservação e ao restauro deste espaço, visto que se trata de intervenções diretas que não temos possibilidade de suportar", refere a dirigente. "Quanto ao arquivo fotográfico, estamos a procurar donatários", acrescenta.

Intervenções prioritárias

Outra preocupação da Associação Dom Martinho é sensibilizar as entidades competentes para intervenções necessárias na freguesia da Póvoa. A ocupação de alguns elementos da Quinta Municipal da Piedade é uma das necessidades mais presentes, de acordo com Cláudia Cardoso. "Esta quinta foi considerada de interesse público pelo Ippar e, a nosso ver, existem alguns elementos, nomeadamente o Balcão, o Oratório de São Jerónimo e o Lapa do Senhor Morto, que, de facto, merecem uma recuperação adequada", admite a dirigente. A delimitação do espaço de



cercado, uma construção muito recente nos termos de Guerra da Fervença, é também vista como uma prioridade. "Em 1999, apoiada pela Associação Dom Martinho, o CP comprometeu-se a preservar a cabida, afectada pelos efeitos de inundação da via. Desde então para uns metros acima, mas, sobre as linhas de um espaço privado, não existe qualquer dimensão e não se anexada. Consideramos que era interessante organizar visitas das escolas e não só", explica Cláudia Cardoso.

Da mesma forma, a recuperação da zona ribeirinha da Póvoa deverá acontecer o quanto antes, uma vez que se trata de um local com "grandes potencialidades a nível do lazer", por outro lado, a própria população "merece que o Tejo lhe seja devol-

vido". Cláudia Cardoso sugere, também, a criação de um museu etnográfico, onde pudesse estar representada "a actividade agrícola e industrial da Póvoa e que tivesse um pouco as condições, que não são patentes mas que existem".

Segundo a dirigente associativa, outra ainda importante a construção de um espaço multifunção, destinado a espectáculos de música e teatro, eventos culturais e recreativos, exposições e seminários, entre outros. "De momento, existem aí dois espaços onde se podem desenvolver este tipo de actividades - o pavilhão e a sede do Grupo Desportivo Povoense. No entanto, o di-

reção da população da Póvoa justifica um novo espaço, pois os que existem não permitem "infringir", consideramos. Nesse momento, por iniciativa da Associação, estão já a ser feitos os primeiros passos de um projecto de parceria entre a freguesia da Póvoa e Portugal. Há um conjunto de referências históricas e socio-culturais comuns porque o primeiro senhor da Póvoa era também senhor da Vila Nova de Portimão. Consideramos assim interessante um movimento entre as duas localidades", salienta Cláudia Cardoso.

Com cerca de 50 associados, a Dom Martinho conta já com uma actividade vasta no domínio socio-cultural da Póvoa de Santa Iria. A presidente faz um balanço positivo deste percurso e garante que é intenção da nova direcção dar continuidade a todas estas ações.

Anexo 4 - Enquadramento da área de Intervenção no PDM

1. Planta de Condicionantes - Recursos Agrícolas e Florestais.
2. Planta de Condicionantes - Recursos Ecológicos.
3. Planta de Condicionantes - Outras Condicionantes.
4. Planta de Ordenamento - Áreas de Risco ao Uso do Solo e UOPG.
5. Planta de Ordenamento - Classificação e Qualificação do Solo.
6. Planta de Ordenamento - Estrutura Ecológica Municipal.
7. Excertos pertinentes do Plano Director Municipal

Anexo 5 - Artigos resultantes do tema da Dissertação

1. II congresso Internacional sobre Cidades, Culturas e Sociabilidades - FLUP, Porto, comunicação apresentada a Maio de 2011
2. 2º Congresso Nacional da Cultura Avieira - IPS, Santarém, comunicação apresentada a Junho de 2011

II CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE CIDADES, CULTURAS E SOCIABILIDADES

Vânia Teles Loureiro, Finalista do Mestrado Integrado em Arquitectura na Universidade da
Beira Interior.

Departamento de Engenharia Civil e Arquitectura, Edifício II das Engenharias, Calçada Fonte do Lameiro, 6200-001
Covilhã. Telefone: 275 329 722. E-mail: vania.teles.loureiro@gmail.com.

RENOVAÇÃO URBANA E MEMÓRIA HISTÓRICA

A informalidade do espaço vernacular na cidade contemporânea

RESUMO

A informalidade arquitectónica e urbanística dos assentamentos urbanos, dado o crescimento exponencial e constante, é uma realidade cada vez mais comum nas cidades de todo o mundo. Sendo que o *espaço informal*, neste contexto se refere ao espaço aleatório e precário no seu sentido mais actual, quase (ou) sempre ilegal, que surge em diferentes partes da cidade, integrando-se (na maioria das vezes) na malha urbana. A forma como esta problemática é abordada (pela total destruição material e social) não comporta o cuidado e a valorização necessárias à maior parte das intervenções nestes espaços.

Numa abordagem à arquitectura vernacular e à valorização do *património popular/informal* procura-se evidenciar a potencialidade cultural e social dos espaços, habitantes da mesma cidade contemporânea que conhecemos, que muitas vezes são ignorados e desvalorizados. O vernacular como expressão directa da vivência popular e o informal como consequência directa da relação com a cidade, em que ambos se desenvolvem no sentido de compreender melhor tais fenómenos.

Exemplo concreto, o *bairro* Avieiro da Póvoa de Santa Iria, é em si a expressão directa de um património cultural com elevado valor histórico, não fosse a construção em palafitas primordial ou o povo Avieiro um dos exemplos mais especiais da cultura popular portuguesa. Ao focar um caso específico e único procura-se ilustrar a necessidade de uma mudança radical na forma como se vêem tais espaços.

Palavras-chave: cidade; arquitectura informal; património popular.

ABSTRACT

The social and architectonic informality of urban settlements due to its exponential and constant growth are a very common situation in cities all over the world. The informal space here in this context refers to the randomness and precariousness of constructed space, most of the time illegal, in cities. The way this issue is commonly addressed (by the total destruction and social depreciation) does not involve the care and recovery needed in most interventions in these spaces.

The approach to vernacular architecture and the enhancement of popular/informal heritage seeks to highlight the cultural and social potential of spaces often ignored and undervalued. The vernacular as a direct expression of popular and informal relationship within the city, where it should develop towards a better understanding of such phenomena.

As a concrete example, the settlement of Avieiros in Póvoa de Santa Iria, is itself the direct expression of a cultural heritage with high historical value, not only by the primitive and amazing ability to build on stilts but also by the people itself. Avieiros are a very special example of Portuguese popular culture that due to circumstances of our times have seen themselves as peripheral and undervalued community *within* the city. By focusing on one specific case one intent to illustrate the need for a radical change in the way we observe such areas.

Key words: city; informal architecture; popular heritage.

INTRODUÇÃO

Esta comunicação surge como resultado de uma primeira abordagem teórica à temática a explorar numa investigação mais aprofundada respeitante a uma Tese de Mestrado, em arquitectura, ainda em desenvolvimento.

Tendo como primeiro objectivo o estudo da presença vernacular na realidade contemporânea do espaço informal, todo o processo de investigação visa concluir com o projecto de regeneração de uma Aldeia Avieira localizada em Póvoa de Santa Iria, à margem da malha urbana. Neste estudo de caso a relação com a cidade e a valorização do património cultural edificado e social, serão cruciais para a execução da proposta.

Para isso, evidencia-se a cultura avieira e a sua importância no conteúdo vernacular português, bem como a relação deste espaço informal com a cidade. Analisa-se a intervenção já concluída e o estado do local, e definem-se os pressupostos para uma intervenção mais eficiente, ética e valorizadora.

OS AVIEIROS DA PÓVOA DE SANTA IRIA

Os Avieiros, comunidades piscatórias oriundas de vieira de Leiria, cuja vivência foi fortemente influenciada pelas migrações sazonais da costa litoral para o rio Tejo, cujo estuário foi fortemente marcado por estes movimentos. Fugindo às dificuldades da pesca no mar durante os meses de inverno, a pesca do sável no rio seria a alternativa, destas comunidades, à fome.

As escassas condições de vida, faziam com que, maioritariamente, habitassem o próprio barco, encostando apenas à margem e construindo pequenas tendas para pernoitar e cozinhar (quando não dormiam também no barco). Quando reuniam as



Fig.1 O barco/casa típico Avieiro Fonte: www.sebentadigital.com

condições necessárias construía pequenas habitações na Borda d'água, sempre elevadas em estacas, muitas vezes feitas de troncos de árvores.

O processo de sedentarização foi lento, mas hoje encontramos algumas dezenas de assentamentos Avieiros ao longo das margens do rio Tejo, alguns ainda habitados e dinâmicos, outros completamente abandonados e em ruína, outros ainda dos quais apenas a memória resta. O caso em estudo refere-se ao assentamento mais próximo do espaço citadino e por conseguinte mais próximo da malha urbana consolidada. O assentamento Avieiro da Póvoa de Santa Iria. Um aglomerado de cais palafíticos sem igual, construções sob estacas que se mantém no seu estado original, claramente degradadas, outras bastante descaracterizadas do ponto de vista tipológico. Todas fruto da presença vernacular, todas resultantes de um assentamento informal à *beira rio* e à *margem* da cidade.



Fig.2 O Assentamento Avieiro da Póvoa de Santa Iria Fonte: Autor

Com a função de arrumos dos apetrechos de pesca, as construções associadas aos cais não detêm já nenhum tipo de função habitacional. As casas construídas pela comunidade no local para esse mesmo fim foram demolidas pelo município e os habitantes realojados num novo *bairro dos pescadores*. Ainda que

situado próximo do local, não estabelece nenhum tipo de relação com o lugar nem com o rio.

São legíveis, afixados nas portas e paredes das construções, ordens de saída e demolição das *barracas* de imediato. Prevê-se uma acção de reestruturação para o local em que serão construídos novos arrumos e onde nascerá um núcleo museológico construído à imagem e semelhança das *verdadeiras* construções avieiras¹.



Fig.3 O Assentamento Avieiro da Póvoa Fonte: Autor

Esta situação reflecte a prática comum das intervenções nos espaços degradados da cidade, em que esta comunidade se insere e que são denominados como *as áreas ilegais ou informais*. Frequentemente estas áreas integram sempre planos de reestruturação urbana e melhoramento do parque urbano edificado, onde não raras vezes a verdadeira matéria é desperdiçada – a presença humana, a cultura viva – em prol de uma musealização irreal e desleal.

Procura-se então, a verdadeira valorização da cultura vernacular, que jamais poderá ser reproduzida por uma intervenção tão técnica e especializada, que será sempre única e que detém, efectivamente, as questões da irregularidade/ilegalidade associadas a si. A qualidade da habitação, as infra-estruturas locais, a qualidade de vida dos habitantes, são questões muito pertinentes e que urge solução. Portanto, a questão reside principalmente no olhar que *podemos/devemos* lançar a estes espaços para perceber outras formas de solucionar tais problemáticas.

O ESPAÇO VERNACULAR

Sendo a forma mais comum de construção no mundo, dada a pequena percentagem de construções dirigidas por profissionais de design ou construção em comparação com a quantidade de indivíduos que continuam a construir a sua própria habitação², a arquitectura vernácula é considerada como unicamente feita *pelo povo e*

*para o povo*³. Numa linguagem construtiva comum dentro de determinada comunidade, sempre procurando uma perfeita adequação ecológica ao lugar, dada a conexão com o espaço, aplica os materiais locais mais disponíveis e técnicas construtivas ancestrais⁴.

Longe de ser uma arquitectura puramente funcionalista, onde existe sim uma necessidade básica associada ao acto de construir, o habitar, será muitas vezes acto simbólico, ligado a princípios culturais, a crenças espirituais e principalmente a uma tradição comportamental muito forte⁵.



Fig.4 A construção vernacular no local de estudo Fonte: Autor

Apesar de ser ainda uma maioria a nível global, no contexto dos países desenvolvidos e particularmente em Portugal a construção vernacular no sentido da verdadeira adequação da comunidade ao lugar pelo uso das técnicas mais tradicionais, tende a desaparecer desta sociedade preconizada pela globalização dos estilos, das técnicas e das funções. Assim, há que expressar a preocupação com a protecção destas áreas tão específicas e tão únicas. Para Oliver⁶ essa protecção passa por três pontos essenciais: Protecção, Reparação e Uso. Contudo assistimos ao esquecimento da terceira vertente deparando-nos, muitas vezes, com verdadeiros museus ao ar livre, desumanizados e sem sentido. Até porque o valor da arquitectura vernacular não se encontra na sua forma ou nos materiais apenas pois o verdadeiro valor está no acto de construir com determinados significados por determinado povo, para determinados objectivos. Mesmo ancestral a arquitectura vernacular evolui, ainda que lentamente.

Na actualidade, a construção vernacular não perde o seu valor pela inserção de novos materiais ou formas⁷, sendo esta forma resultante tão digna como a original. A Casa/Barco Avieira será tão válida, enquanto habitat vernacular, como a casa erguida em palafitas e não será possível considerar uma mais próxima do *original* que outra. Oliver questiona essa busca do *original* afirmando que, embora lentos, existem processos de evolução na arquitectura vernacular que vão de encontro a novos materiais e novas técnicas. Ainda assim não se poderá sobrepor uma forma a outra, sendo vernacular, todas as técnicas e formas serão válidas, o que nos leva para a grande questão contemporânea da informalidade destes assentamentos e da forma como distinguimos dois espaços que, salvo excepções, serão o mesmo.

A CIDADE INFORMAL

O êxodo rural, o aumento exponencial da estrutura das cidades e a sua incapacidade de resposta à quantidade de população que chega em busca de trabalho, habitação, melhores condições de vida, dão origem àquilo que denominamos por cidade informal. Aglomerados ou assentamentos onde a população edifica, por vezes fracos, espaços de habitação e de trabalho, gerando uma cidade à parte, um mundo informal, da habitação (sem propriedades estipuladas nem possíveis de definir) à própria economia. A cidade possível, com os meios que sempre foram utilizados (a simples matéria local), revela uma capacidade de adaptação extrema, quando o meio formal se mostra demasiado caro para ser uma possibilidade⁸.

Para Oliver, esta situação representa o neo-vernacular⁹ pela forma como continua a utilizar os materiais possíveis e existentes no local bem como as técnicas artesanais e ancestrais.

Assim sendo, estes espaços vernaculares distinguem-se dos iniciais apenas pelo envolvimento urbano, não havendo razão para a total desvalorização a que assistimos, como no caso do assentamento Avieiro da Póvoa de Santa Iria

UMA VISÃO URGENTE PARA AS MAIS VARIADAS ABORDAGENS

O espaço em estudo compreende em si uma clara relação com estes dois conceitos (vernacular e informal). Sendo um espaço edificado e habitado pela cultura vernacular Avieira, surgiu da simples relação com os recursos possíveis: o rio e a margem, e inseriu-se nos dias de hoje na vivência urbana que é a Póvoa de Santa Iria. Por conseguinte enfrenta todas as dificuldades de um espaço informal e ilegal na *margem* da cidade.



Fig.5 Relação visual com a cidade, espaço periférico Fonte: Autor

A valorização da arquitectura vernacular tem sido ponto assente desde a 1ª metade do Séc.XX, principalmente a partir da exposição de Rudofsky, *Architecture without architects* em 1969, de onde se questiona se será mesmo necessário a intervenção de um arquitecto para que se possa valorizar a arquitectura¹⁰. Segundo Turner, não necessitamos de *fazer casas* nestas comunidades informais, pois isso sabem elas fazer com invejável perícia. O importante é garantir tudo o resto, as infra-estruturas necessárias, a resolução das problemáticas da propriedade, ou seja caminhos traçados para a legalidade¹¹.

Não será compreensível o porquê de hoje, continuarmos a planejar intervenções generalistas, redutoras, homogêneas e até mais dispendiosas, como se alguma vez, para além dos ideais globalizadores do pensamento modernista, tivéssemos sido semelhantes social e culturalmente. Criando-se a ilusão de ser possível um tipo de vivência em que diferentes comunidades se adequem¹².



Fig.6 Paralelismo entre o espaço vernacular em degradação (esquerda) e o *novo Bairro dos Pescadores* (direita) Fonte: Autor

A prioridade deveria ser sempre a reabilitação do espaço e da comunidade, dado que a valorização cultural que detém neste momento uma comunidade viva seria bem mais eficaz do que a musealização ou a demolição (ainda que parcial) em prol “da representação original”.

Em síntese, estamos perante a prova viva da capacidade humana de se adaptar às variadas circunstâncias, ou será esta aproximação dos Avieiros ao espaço urbano, aos materiais nele existentes, à sua forma de vida, efectivamente uma descaracterização?

Esta reflexão procura incitar à leitura mais consciente dos acontecimentos que gerem as nossas cidades. Pois se a própria arquitectura erudita evidencia, hoje e sempre, o valor da expressão popular através de referências materiais¹³, podemos em prol do desenvolvimento municipal participar e apoiar a destruição fácil de espaços como este?

Mais do que uma resposta concreta, este artigo procura questionar as formas de actuação que podemos observar nas nossas cidades e despertar para uma realidade mais profunda.

NOTAS:

- 1 Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território, *UI8 – expansão da Póvoa de Santa Iria*. C. M. Vila Franca de Xira, 2010. Acrescentando informações disponíveis no site da C.M. de Vila Franca de Xira
- 2 Paul Oliver. *Encyclopedia of vernacular architecture of the world*. Cambridge University Press, 1997. p. xxii.
- 3 Paul Oliver. *Dwellings. The vernacular house worldwide*. New York, Phaidon press, 2003. p. 14.
- 4 Paul Oliver. *op. cit.*, 1997. Página xxi.
- 5 *Idem*, p.4.
- 6 *Idem* p. 22.
- 7 Ideia expressa em: Simon J. Bronner – *Building Tradition in Vernacular architecture in the twenty-first century: Theory, Education and Practice*; e em: Paul Oliver, *op. cit.*, 2003, p. 16.
- 8 Jorge Anzorena. *Informal housing and the barefoot architect*. In Companion to Contemporary architectural thought. London, Routledge, 1993.
- 9 Paul Oliver. *op. cit.*, 1997, p. xxii.
- 10 José António Bandeirinha. *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007, p. 30.
- 11 Referenciado numa entrevista com Nuno portas in *Arquitectura e Vida*, nº51
- 12 Sandra Caçoila e Margarida Louro. *A cidade informal no pensamento contemporâneo*. In Artitextos 05 de Dezembro, FAUTL, 2007.
- 13 Walter Rossa. *A cidade Portuguesa*. In História da Arte Portuguesa, Vol.3, Circulo de Leitores, 1995, p. 247.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AA.VV. Actas I – 1º Encontro Nacional da Cultura Avieira. Âncora Editora, Lisboa, 2010
- ANZORENA, **Jorge**. *Informal housing and the barefoot architect*. In Companion to Contemporary architectural thought. London, Routledge, 1993
- BAHAMÓN, **Alexandro & ÁLVAREZ, Ana María**. *Palafita: da arquitectura Vernácula à contemporânea*. Madrid, Argumentum, 2009

BANDEIRINHA, José António. *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974.* Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007

BRONNER, Simon J. *Building tradition* In Vernacular architecture in the twenty-first century: Theory, Education and Practice. Taylor & Francis, 2006

CAÇOILA, Sandra; LOURO, Margarida. *A cidade informal no pensamento contemporâneo.* In Artitextos 05 de Dezembro, FAUTL, 2007

COSTA, Alexandre Alves. *Introdução ao estudo da história da arquitectura portuguesa.* Porto, FAUP publ, 1995

DIVISÃO DE PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, U18 – *expansão da Póvoa de Santa Iria..* C. M. Vila Franca de Xira, 2010

FRANKOWSKI, Eugeniusz. *Hórreos e palafitos de la Peninsula Iberica.* Madrid, edições Istmo, 1986

OLIVER, Paul. *Dwellings. The vernacular house worldwide.* New York, Phaidon press, 2003

OLIVER, Paul. *Encyclopedia of vernacular architecture of the world.* Cambridge University Press, 1997

ROSSA, Walter. *A cidade Portuguesa.* In História da Arte Portuguesa, vol.3, Circulo de Leitores, 1995

SALVADO, Maria. *Os Avieiros nos Finais da década de 50.* Castelo Branco, Edição de Autor, 1985

DA ARQUITECTURA VERNACULAR À INFORMALIDADE CONTEMPORÂNEA DOS ASSENTAMENTOS. OS AVIEIROS DA PÓVOA DE SANTA IRIA

Vânia Teles Loureiro e Ana Lúcia Virtudes

Departamento de Engenharia Civil e Arquitectura, Universidade da Beira
Interior, Covilhã

RESUMO.

Por reabilitação urbana entende-se a intervenção integrada no tecido urbano existente, na qual o património urbanístico e edificado é mantido, no todo ou em parte. Paralelamente, as acções de reabilitação urbana integram a modernização e melhoramento das infra-estruturas, equipamentos e espaços verdes de utilização colectiva.

A presença Avieira apresenta-se arquitectónica e urbanisticamente como uma expressão cultural de carácter informal e espontâneo em muitos casos esquecida que urge reabilitar. Atravessar a ponte que existe entre a arquitectura vernacular e o espaço informal contemporâneo será a chave para compreender o valor patrimonial desta forma de construção tão intrínseca aos movimentos migratórios e à sobrevivência das populações.

Neste contexto, este artigo pretende apresentar uma reflexão sobre a regeneração urbana do “bairro Avieiro” da Póvoa de Santa Iria que permitirá mostrar como esta cultura pode ser integrada na vivência urbana e, consequentemente, regenerada a partir de uma intervenção actual. Com esta proposta a morfologia urbana é mantida nos seus traços essenciais, bem como o tecido edificado, contribuindo para maximizar o valor e a boa gestão dos recursos existentes no local.

Palavras-chave: “bairro Avieiro”, reabilitação urbana, arquitectura vernacular, assentamentos informais.

1. INTRODUÇÃO



Figura 56- Mapa geral das aldeias Avieiras (fonte autor sobre google earth)

A temática dos Avieiros constitui uma linha de investigação no DECA-UBI inserida numa abordagem multidisciplinar.

Em termos urbanísticos, poder-se-ão sistematizar dois tipos de aldeias Avieiras. Os aglomerados urbanos isolados

localizados junto ao rio Tejo e os bairros Avieiros inseridos na malha urbana de uma cidade, mais ou menos preteridos no conjunto urbano. Insere-se neste tipo o bairro Avieiro da Póvoa de Santa Iria, um subúrbio da extensa Área Metropolitana de Lisboa e que padece de todas as desvantagens que se atribuem aos subúrbios.

O artefacto que é a cidade e as suas mutações são continuidades que se condensam no tempo e no espaço. A cidade é o memorial final de lutas e glórias, onde os orgulhos ou frustrações do passado se exibem e evidenciam. Ora, o estudo da cidade não pode ser dissociado das características da comunidade e da sociedade crescentemente individualizadas. Uma sociedade que separa ou reúne indivíduos, crescentemente racionalizada e que gradualmente substitui a tradição pela razão, as pessoas pelos números. Uma cidade onde dilata a diferenciação social pela diversificação das funções dos grupos e indivíduos na mesma comunidade (Ascher, 2010).

Para além de associado ao conceito de periferia, o espaço geograficamente afastado do centro, que o envolve e no qual a cidade se estende, o subúrbio identifica o espaço subalterno, invisível, preterido no conjunto urbano, no qual a segregação e a distância espacial são sinónimo de segregação e distância social.

O bairro dos Avieiros da Póvoa de Santa Iria caracteriza-se por ser uma área suburbana, totalmente desconectada da malha urbana existente, onde a própria cidade que o abarca, por sua vez, sofre a marginalização resultante da sua conotação com a periferia da Área Metropolitana de Lisboa. Assim, qualquer acção que vise a sua requalificação e regeneração, deverá ter em consideração uma intervenção à escala da

cidade que urge um olhar profundo, colmatando a imagem de mero dormitório descaracterizado.

2. CARACTERIZAÇÃO DO BAIRRO AVIEIRO DA PÓVOA DE SANTA IRIA



Figura 2- Aldeia Avieira da Póvoa de Sta Iria (fonte autor)

O estudo do bairro Avieiro da Póvoa de Santa Iria, para além de abranger uma acção que contribua para a sua requalificação e regenera, deverá ter em consideração uma intervenção à escala da cidade, agora dormitório descaracterizado que urge um olhar profundo.

Este bairro caracteriza-se pela dualidade de ser simultaneamente uma área preterida do espaço urbano e um bairro Avieiro com elevado valor patrimonial e cultural que importa valorizar e preservar. Para além de uma relação clara com a malha urbana (ou a ausência ainda mais clara dessa relação), existe uma forte conexão ao rio Tejo, elemento que reúne os Avieiros nesta zona do país e os dispersa pelas suas margens. Esta abrangência do caso em estudo leva-nos a avaliar duas premissas que poderiam, à partida, não coincidir.

Pode-se avaliar este bairro por uma das suas características mais especiais, a aproximação das construções em palafitas ao seu estado original, ainda em madeira, já raras no contexto contemporâneo. Talvez por isso, nos deparemos com um estado de degradação também elevado dos imóveis, resultado provável das aproximadamente cinco décadas de existência.

Identifica-se a clara utilização de materiais que “fogem” à tipologia original de construção Avieira da casa em madeira. No entanto a

presença da cor, já envelhecida, a adaptação ao lugar e às cheias do rio, a matriz tipicamente avieira explicita em algumas construções, a cultura ainda viva numa comunidade que continua a habitar o lugar, são claras evidências do valor patrimonial



Figura 3- Aldeia Avieira da Póvoa de Sta Iria (fonte autor)

local e da importância da sua preservação, principalmente no contexto das aldeias avieiras como um todo.

Como já referido, este espaço urge ser alvo de soluções de intervenção, cujo contributo da questão associada ao património cultural e arquitectónico presente se deve considerar sempre como um caminho para a melhoria local e nunca como um impedimento ao desenvolvimento comunitário.

Numa breve descrição, a actuação municipal mais recente protagonizou a demolição do núcleo edificado (não palafítico) do bairro, realojando os moradores num *novo Bairro dos Pescadores* com melhores condições habitacionais. Prevê-se também a demolição das “barracas” onde são guardados os apetrechos de pesca, cuja imagem degrada a zona, com o objectivo de incorporar a área num parque urbano, com novas áreas de arrumos e cais para os Avieiros, considerados pelo projecto mais próximos da matriz original.

3. O ESPAÇO VERNACULAR NA *CIDADE* INFORMAL CONTEMPORÂNEA

É urgente validar o valor patrimonial deste tipo de construções. A construção vernacular embora seja, a nível mundial, uma das mais comuns formas de edificar, é no contexto português e europeu uma raridade a preservar.

Segundo Oliver (2007), a abordagem feita a estes espaços ditos “informais” que surgem nas cidades e representam as tais áreas de aspecto degradante e marginal, não será a mais correcta, uma vez que estes resultam efectivamente de uma “urbanização do vernacular”, o neo-vernacular, como clara adaptação das comunidades ao meio e à realidade contemporânea. Consequentemente, justificam-se os novos materiais e as novas formas que muitas vezes classificamos de descaracterizadoras.

É neste exacto momento que podemos colocar a questão de saber se o vernacular é o resultado da expressão de determinada comunidade e se, mesmo aplicando o conhecimento ancestral, é plausível e aceitável a evolução dos processos e das formas. Trata-se de investigar até que ponto a valorização patrimonial ou cultural se pode apenas prender à *tal ideia de casa ou matriz original*.

Inequívoca é a importância da comunidade viva que ainda temos oportunidade de observar neste bairro: o barco que foi casa; a casa que era apenas uma extensão do rio que permitia algum abrigo estável; ou mesmo a casa que, dadas as necessidades, introduziu novos materiais e reinterpreto a forma inicial. É incerta a possibilidade de sobrevalorizar algum destes legados, quer do ponto de vista cultural, social e mesmo da arquitectura vernácula. Assim, devemos-nos questionar então sobre a correcta forma de

intervenção, sendo crucial observar e procurar atentamente em cada espaço o que importa preservar. É urgente agir e converter o espaço, permitir-lhe a qualidade que merece, mantendo sempre em mente a valorização patrimonial e os limites que daí advêm, que neste contexto se encontram algo dispersos.

Podemos visualizar a cidade como um conjunto de colagens que evolui com o tempo. Ainda assim não será necessário idealizar este tipo de intervenção como mais uma peça a colar, como o espaço irregular que simplesmente coabita com o regular. O processo de intervenção no bairro, pode ser guiado no sentido de levar a uma homogeneização gradual e consequente integração na malha urbana. Não se trata de intervir na cidade subjugando ou eliminando este espaço degradado mas de tão grande valor, nem tão pouco intervir no espaço esquecendo a sua continuidade e interacção com a cidade. O importante será obter um processo de regeneração que coloque ambas as partes (bairro e cidade) em diálogo.

Para além da questão relativa ao valor patrimonial do corpo arquitectónico edificado, da sua integração no espaço urbano e da preocupação com uma acção actual e modernizadora que traga soluções espaciais contemporâneas, a introdução das preocupações sociológicas deve ser vista como o motor gerador do processo. O factor humano bem como as suas características e necessidades, associado a toda uma intervenção, obrigam-nos a usar o termo Regeneração, uma vez que esta surge quando o processo de Reabilitação Urbana associa a si a componente sociológica.

Assim, uma intervenção no bairro Avieiro da Póvoa de Santa Iria levar-nos-á a:

1. Ler a Arquitectura e a morfologia urbana como expressão cultural de carácter informal e espontâneo;
2. Intervir maximizando o valor patrimonial do conjunto edificado e da comunidade viva;
3. Promover uma acção integradora do espaço informal no conjunto urbano, maximizando o potencial cultural e social no sentido da caracterização de *mais um dormitório da metrópole*, deixando de ser apenas uma cidade da periferia e tornando-se única nas suas características;
4. Regenerar a comunidade e o espaço por ela construído tendo sempre em conta as técnicas e os conhecimentos ancestrais;
5. Garantir o reconhecimento patrimonial de uma expressão arquitectónica única, bem como um dos mais raros exemplos da vivência vernacular no ambiente contemporâneo da “cidade desenvolvida”.

4. CONCLUSÃO

A título de conclusão, resta mais uma questão, que após toda esta exposição ideológica terá certamente uma resposta directa. Vale realmente a pena continuarmos a aplicar e reproduzir estes moldes tipificados de bairro sociais iguais em todo o lado, em prol da garantia de uma melhor qualidade de vida para as populações, destruindo a identidade de bairros únicos como o dos Avieiros da Póvoa de Santa Iria?



Figura 4- Aldeia Avieira da Póvoa vs Novo Bairro dos pescadores (fonte: autor)

A actualidade desta questão reside no facto de vermos na imagem do bairro demolido e do novo bairro erigido, duas realidades habitacionais distintas: o bairro original dos Avieiros que aqui apresentámos em comparação com o *novo bairro dos pescadores* onde estes foram realojados, em resultado da acção municipal no local.

A qualidade habitacional que se pretende adquirir está também intimamente ligada às raízes e aos quotidianos dos habitantes. Embora a valorização destas características e a reabilitação do espaço edificado pela comunidade seja um caminho mais específico e sinuoso, certamente será mais proveitoso em muitos sentidos, do que o seu desaparecimento, inserindo no mapa cultural Europeu este legado único do património vernacular.

Referências bibliográficas

AA.VV. Actas I – 1º Encontro Nacional da Cultura Avieira. Âncora Editora, Lisboa, 2010

ARCHER, F. *Novos Princípios do Urbanismo seguido de Novos Compromissos Urbanos*. Livros Horizonte, Lisboa, 2010.

DIVISÃO DE PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, U18 – *expansão da Póvoa de Santa Iria..* C. M. Vila Franca de Xira, 2010

OLIVER, Paul. *Dwellings. The vernacular house worldwide*. New York, Phaidon press, 2003

OLIVER, Paul. *Encyclopedia of vernacular architecture of the world*. Cambridge University Press, 1997

